

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS  
CULTURAIS  
MESTRADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

**EM BUSCA DA ESQUERDA ESQUECIDA: SAN TIAGO  
DANTAS E A FRENTE PROGRESSISTA**

APRESENTADA POR

GABRIEL DA FONSECA ONOFRE

ORIENTADOR ACADÊMICO: Prof. Dr. AMÉRICO FREIRE

Rio de Janeiro, março de 2012

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS  
CULTURAIS  
MESTRADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

**EM BUSCA DA ESQUERDA ESQUECIDA: SAN TIAGO  
DANTAS E A FRENTE PROGRESSISTA**

APRESENTADA POR  
GABRIEL DA FONSECA ONOFRE

Rio de Janeiro, março de 2012

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS  
CULTURAIS  
MESTRADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS

PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO AMÉRICO OSCAR GUICHARD  
FREIRE

GABRIEL DA FONSECA ONOFRE

EM BUSCA DA ESQUERDA ESQUECIDA: SAN TIAGO  
DANTAS E A FRENTE PROGRESSISTA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de  
História Contemporânea do Brasil – CPDOC como requisito parcial para a obtenção do  
grau de Mestre em História, Política e Bens Culturais,  
Política e Bens Culturais.

Rio de Janeiro, março de 2012

Onofre, Gabriel da Fonseca

Em busca da esquerda esquecida: San Tiago Dantas e a Frente Progressista / Gabriel da Fonseca Onofre. – 2012.

156 f.

Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

Orientador: Américo Freire.

Inclui bibliografia.

1. Dantas, San Tiago, 1911-1964. 2. Trabalhismo. 3. Direita e Esquerda (Ciência política). 4. Brasil – Política e governo – 1946-1964. I. Freire, Américo. II. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 320.981



**GABRIEL DA FONSECA ONOFRE**

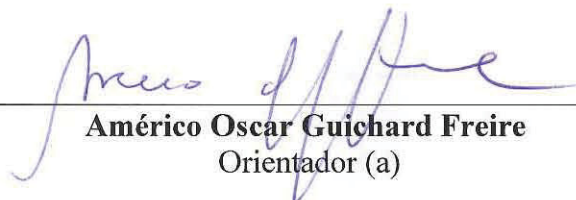
**EM BUSCA DA ESQUERDA ESQUECIDA:  
SAN TIAGO DANTAS E A FRENTE PROGRESSISTA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil para obtenção do grau de Mestre em História, Política e Bens Culturais.

Data da defesa: 30/03/2012

Aprovada em: 30/03/2012

**ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO**

  
Américo Oscar Guichard Freire  
Orientador (a)

  
Marly Silva da Motta

  
Jorge Ferreira

## Sumário

Introdução -----	7
Capítulo I – San Tiago Dantas: o teórico do trabalhismo -----	20
Capítulo II – O trabalhismo de San Tiago Dantas -----	46
Capítulo III – Os impasses do governo Goulart -----	81
Capítulo IV - A Frente Progressista -----	113
Considerações Finais -----	144
Fontes -----	146
Bibliografia -----	149

## Agradecimentos

A minha noiva Luciana, sem cujo apoio e carinho não teria sido possível produzir esta dissertação.

Aos meus pais Almir e Marinelza, por terem investido na minha educação e acreditado que esta seria a melhor herança deixada a um filho.

Aos meus irmãos Gustavo e Gleicon, sempre prontos a me ajudarem com minhas dificuldades com o computador.

Ao meu orientador, Américo Oscar Freire, cuja valiosa contribuição teórica e metodológica foi fundamental para a definição do trabalho.

## INTRODUÇÃO

No dia 01 de abril de 1964, um golpe civil-militar derrubou a democracia brasileira, colocando o país, por 21 anos, na mais completa escuridão de intolerância e autoritarismo. Desde a década de 1970, muitos estudos apareceram buscando explicar as razões para o falecimento do sistema democrático que vigorou entre 1946 e 1964.<sup>1</sup> Surgiram autores, como Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni e Francisco de Oliveira<sup>2</sup>, que relacionaram a queda de João Goulart a fatores de ordem estrutural, explicando o golpe militar como resultado de um processo de desenvolvimento econômico do país, marcado por um projeto de industrialização dependente e concentrador de renda. Apesar de seu caráter inovador para o período, essa análise estruturalista pecou por defender a idéia da inevitabilidade do golpe, colocando os eventos políticos como conseqüências determinadas pelas mudanças macro-econômicas.

Há outra vertente que explicou o movimento de 1964 como uma intervenção preventiva para evitar que a crescente mobilização popular se refletisse em transformações profundas da ordem política e econômica. São exemplos os trabalhos de Caio Navarro de Toledo e Florestan Fernandes.<sup>3</sup> Outros historiadores, por outro lado, trabalharam com a hipótese de uma conspiração organizada pelos setores conservadores para acabar com o governo reformista de João Goulart. Destacaram-se, nesse sentido, as análises de Moniz Bandeira, René Dreifuss e Heloísa Starling.<sup>4</sup>

Recentemente, um conjunto de historiadores deslocou o foco de análise para a esfera política, ressaltando os aspectos conjunturais e os acontecimentos políticos que levaram ao golpe civil-militar. Wanderley Guilherme dos Santos, em *1964: anatomia da crise* (1986), abordou as limitações e imposições do sistema político brasileiro ao afirmar que a crise de 1964 teve origem em uma situação de completo impasse e paralisia do sistema político. Seguindo essa mesma linha, Argelina Figueiredo, em *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política – 1961-1964* (1993), e Jorge Ferreira, em *O governo João Goulart e o golpe civil-militar de 1964*

---

<sup>1</sup> Para uma análise mais profunda sobre as diferentes correntes historiográficas sobre o golpe civil-militar de 1964, ver: NEVES, 2004.

<sup>2</sup> Ver: CARDOSO, 1973; IANNI, 1971; OLIVEIRA, 1975.

<sup>3</sup> Para mais sobre esses autores: TOLEDO, 1982; FERNANDES, 1981;.

<sup>4</sup> Para a versão conspiratória, ver: BANDEIRA, 1978; DREIFUSS, 1982; STARLING 1986.



(2003), defenderam que a queda da democracia brasileira não foi fruto de um movimento todo-poderoso e conspiratório dos setores conservadores, nem resultado de uma transformação estrutural, mas consequência de elementos políticos internos que provocaram a radicalização política e a crise de 1964.

Este trabalho segue essa abordagem, considerando o golpe civil-militar produto da agitação de setores das esquerdas e das direitas que não possuíam comprometimento com as instituições democráticas, permitindo, dessa forma, o rompimento da ordem constitucional em 1964. Busco, dentro da perspectiva de que os extremismos das direitas e das esquerdas ocasionaram a paralisia do sistema político, romper, no entanto, com a idéia de que essa radicalização impossibilitava qualquer solução moderada, reformista e democrática. A partir da análise da Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base, organizada pelo deputado petebista San Tiago Dantas, a pedido do presidente Goulart, pretendo demonstrar a existência de uma alternativa política disponível no momento capaz de evitar o golpe militar. A ideia da Frente Progressista era elaborar um programa mínimo de reformas que fosse aprovado por diferentes forças políticas com o compromisso de formar uma “frente ampla” para sustentar o governo e por fim ao impasse político que assolava o país no final de 1963 e início de 1964.

Para entender a organização desta frente de centro-esquerda, analisarei a trajetória política do intelectual e deputado petebista San Tiago Dantas, principal articulador da coalizão reformista. Das distintas facetas de sua personalidade poliédrica, pode ser lembrado como professor, jurista, advogado, diplomata, financista, escritor e estadista,<sup>5</sup> interessar-nos-á sua atuação como um dos principais teóricos e dirigentes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sendo uma figura-chave para a compreensão do partido durante as décadas de 1950 e 1960. Ingressando no PTB em 1955, teve uma ascensão muito rápida. Eleito deputado federal, em 1958, passou a integrar, como um de seus vice-presidentes, a Executiva Nacional. Filiado ao grupo de João Goulart, de quem foi amigo, não ficou imune às disputas internas que marcaram o partido.<sup>6</sup> No momento

---

<sup>5</sup> Affonso Arinos de Mello Franco, em MOREIRA, NISKIER & REIS, 2007.

<sup>6</sup> No final da década de 1950, o maior adversário político do grupo janguista foi Fernando Ferrari, ideólogo trabalhista e formulador dos programas partidários nas convenções nacionais de 1955 e 1957. No início da década de 1960, com a saída de Ferrari e o crescimento da radicalização política, esse papel passa a ser desempenhado por Leonel Brizola. Analisarei as atuações de Fernando Ferrari e Leonel Brizola, bem como seus projetos políticos e divergências com o trabalhismo proposto por Dantas, no terceiro capítulo da presente tese.

de crescimento eleitoral e afirmação do PTB no cenário político brasileiro, exerceu funções importantes para o sucesso do partido.

Em primeiro lugar, San Tiago foi um dos principais responsáveis pela reorganização partidária do PTB. No início da década de 1950, a força eleitoral do partido concentrava-se nas áreas urbanas, principalmente, nas regiões industrialmente mais desenvolvidas. Apesar de, a partir de 1947, concorrer às eleições em todos os 21 estados da Federação, seu nível de penetração nos estados era bem inferior ao Partido Social Democrático (PSD) e à União Democrático Nacional (UDN), lançando poucas candidaturas nos municípios mais afastados das principais regiões metropolitanas.<sup>7</sup> Era necessário, portanto, realizar um processo de reestruturação e expansão da máquina partidária, fundando diretórios municipais por todo país e apresentando candidaturas no maior número de municípios possíveis. Para isso, Dantas, na condição de membro do Diretório Regional mineiro e do Diretório Nacional, atuou promovendo rearranjos nos cargos políticos e administrativos petebistas, recebendo, inclusive, a tarefa de coordenar o partido na formação das alianças políticas para a disputa eleitoral.<sup>8</sup>

Além do aspecto organizacional e político, o intelectual petebista contribuiu para ocupar um vazio no partido, deixado com as mortes em 1955 e 1960, respectivamente, dos teóricos trabalhistas, Lucio Bittencourt e Alberto Pasqualini. Neste sentido, San Tiago elaborou uma nova proposta de trabalhismo que, em suas palavras e como forma de se legitimar internamente, era a continuação dos ideais de Alberto Pasqualini. Sua doutrina centrava-se, segundo ele, em uma “revolução democrática”, com a defesa das reformas sociais, sem, no entanto, sacrificar os direitos políticos. Em outras palavras, seu projeto de renovação da sociedade baseava-se no imperativo do desenvolvimento econômico aliado às transformações das estruturas sociais, respeitando o processo e as instituições democráticas. Para Dantas, democracia e reforma social caminhavam lado a lado. Não era possível abrir mão de um para obter o outro.

Todavia, em um contexto de crescente radicalização política, o discurso moderado e conciliador do trabalhismo de San Tiago Dantas, apesar de contar com o apoio de setores progressistas – principalmente no PTB, mas também no PSD, PSB e,

---

<sup>7</sup> SOARES, 2001, P.66-68.

<sup>8</sup> Em discurso, não datado, de apresentação da candidatura presidencial do Marechal Henrique Lott para apreciação dos convencionais petebistas para as eleições de 1961, San Tiago Dantas realiza um balanço do crescimento eleitoral do partido durante a década de 1950. Fundo San Tiago Dantas. (Arquivo Nacional. AP 47. Caixa 43, Pacotilha 2).

até mesmo, na UDN – não conseguiu se impor no jogo político. No próprio PTB, o trabalhismo de Leonel Brizola, que liderava a ala da extrema esquerda do partido, venceu a disputa pela liderança das forças populares e nacionalistas, ganhando, no último momento, a adesão do presidente Goulart. A partir daí, abandonaram-se as negociações e articulações políticas para a aprovação das reformas de base via Congresso, frustrando-se a alternativa da Frente Progressista. A opção pelo enfrentamento, por parte das direitas e das esquerdas, acabou por levar o país, no dia 1 de abril de 1964, a um golpe civil-militar que derrubou o governo de João Goulart.

O objetivo deste trabalho é analisar esta corrente política da esquerda brasileira, atuante durante a república democrática de 1945-64, defensora de uma proposta de reforma social respeitando as instituições legais e institucionais. Entendo o trabalhismo desenvolvido por San Tiago no PTB como um vetor de uma cultura política trabalhista mais ampla, representando uma experiência de esquerda democrática em um contexto de radicalização política. Por meio da figura de San Tiago Dantas, principal político e ideólogo dessa concepção do trabalhismo, e da Frente Progressista, pretendo compreender o que foi essa variante do trabalhismo - sua formulação teórica, sua penetração política, bem como seus sucessos e fracassos – buscando, dessa forma, dar uma pequena contribuição para explicar as razões do malogro da democracia brasileira no período.

Não se pretende discutir aqui o significado dos conceitos de *esquerda*, *trabalhismo* e *democracia* em outros contextos históricos e nem mesmo esgotar o debate sobre o tema no país. É do interesse deste trabalho investigar a formação de um grupo político específico, a esquerda trabalhista democrática, analisando suas ideias, crenças e representações durante os anos de 1946-1964, por meio da atuação política e dos escritos de San Tiago Dantas.

A concepção de *esquerda*, adotada no presente trabalho, inspira-se no livro de Norberto Bobbio *Direita e Esquerda*, que analisa a díade pela diferença de posição adotada diante do ideal de igualdade. Não avalio a distinção *direita* e *esquerda* com base em juízo de valor; entendo o critério *igualdade* como um valor relativo, podendo

variando de diferentes maneiras, segundo a resposta dada a três perguntas: igualdade entre quem, em relação a quem e com base em quais critérios?<sup>9</sup> (Bobbio, 2001).

A partir da noção de que o igualitarismo é uma característica distintiva da esquerda, cuja filosofia política está comprometida com algum tipo de transformação social, considero os grupos trabalhistas analisados neste estudo como pertencentes a esse campo político. O trabalhismo brasileiro, percebido como um corpo doutrinário de ideias, não era homogêneo. Com trabalhistas de diferentes matizes, podemos, no entanto, destacar que o trabalhismo possuía um eixo central, comum às diversas correntes, marcado pelo nacionalismo, desenvolvimentismo e distributivismo. Como um projeto de desenvolvimento econômico e social do país, o trabalhismo tornou-se o signo de uma época (Neves, 2001). Nas décadas de 1950 e 1960, uma geração de homens e mulheres, como afirma Jorge Ferreira:

(...) partilhando ideias, crenças e representações, acreditou que no nacionalismo, na defesa da soberania nacional, nas reformas das estruturas socioeconômicas do Brasil, na ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores do campo e da cidade, entre outras demandas materiais e simbólicas, encontraria os meios necessários para alcançar o real desenvolvimento do país e o efetivo bem-estar da sociedade. (Ferreira, 2005, p. 12)

Com uma literatura rica sobre o fenômeno do trabalhismo, creio com este estudo focar as diferentes estratégias políticas dos grupos trabalhistas.<sup>10</sup> No início da década de 1960, período privilegiado pela análise, delineou-se, crescentemente, uma divisão na cultura política trabalhista entre uma ala mais à esquerda e uma coalizão de centro-

---

<sup>9</sup> No célebre livro *Desigualdade reexaminada*, o prêmio Nobel de economia Amartya Sen afirma que as principais teorias do ordenamento social compartilham a defesa da igualdade em termos de alguma variável focal. A questão não seria *por que a igualdade?*, uma vez que o raciocínio ético sobre os problemas sociais, torna difícil e arbitrariamente discriminatório a não defesa da igualdade em algum nível. Para Sen, portanto, a pergunta crucial é *igualdade de quê?*, pois cada abordagem possui uma interpretação particular sobre o que ele chama *igualdade basal*. Toda teoria ética do ordenamento social defende a igualdade em algum “espaço” central, o que provoca, conseqüentemente, desigualdades nos “espaços” periféricos. Nas suas palavras, “uma das conseqüências da ‘diversidade humana’ é que a igualdade num espaço tende a andar, de fato, junto com a desigualdade noutro”. Em outras palavras, a negação da igualdade numa teoria em termos de uma alguma variável focal anda de mãos dadas com a aprovação da igualdade em termos de outra variável. Dessa forma, mesmo os chamados inegalitários, como a abordagem de Nozick, que ao demandar que um conjunto de direitos libertários devam ser garantidos igualmente a todos, minando a igualdade em outros “espaços” como rendas, riquezas ou utilidades, partilham a defesa da igualdade em uma variável focal específica.

<sup>10</sup> Algumas referências de estudo sobre o trabalhismo são: FERREIRA, 2005; GOMES, 2005; Neves, 2001.

esquerda. Os primeiros lutavam por um amplo processo de reformas, não aceitando os limites impostos pelos partidos ou pela Constituição. Liderados pelo petebista gaúcho Leonel Brizola, começaram a radicalizar a posição das esquerdas, defendendo as reformas, sem importar os meios, se preciso com soluções de força. Já os segundos, manifestavam-se a favor da adoção das reformas de forma conciliatória, preservando as instituições democráticas. Segundo Angela de Castro Gomes, podemos diferenciar o *trabalhismo moderado* de San Tiago Dantas e o *trabalhismo revolucionário*<sup>11</sup> pela defesa do gradualismo reformista como meio e da democracia como fim. Na suas palavras, assim, a “renovação do trabalhismo”, como proposto por Dantas, caracterizava-se por abrir um espaço maior para temas como *reformas* e *democracia* dentro desta ideologia, constituindo-se em “um” dos trabalhisismos que existiam e disputavam influência no PTB na segunda metade dos anos 1950 e início dos anos 1960 (Gomes, 1994: 143-144). A esta proposta de associar o trabalhismo à ideia de uma “revolução democrática” que passarei a chamar aqui de *trabalhismo democrático*.

Mas é necessário explicar qual a concepção de *democracia* aqui entendida? Uso o termo *democracia*, entendendo-o como uma construção histórica, cuja característica central é a prioridade dada à preservação das instituições legais. Trabalho com a hipótese de que o trabalhismo de San Tiago Dantas baseou-se em uma concepção liberal de *democracia* por sua preocupação com a defesa das liberdades individuais e econômicas. Sua teoria considerava a democracia representativa como a forma mais apropriada de governo, entendendo ser possível e imprescindível combinar *liberalismo* e *democracia*, no sentido de que há uma interdependência entre ambos, ou seja, a democracia é condição necessária para a manutenção dos ideais liberais e o Estado liberal é condição para a realização da democracia. Contudo, seu pensamento político não representava uma defesa conservadora, intransigente da democracia liberal, pois, simultaneamente, se engajava na defesa dos direitos sociais, advogando, inclusive, a maior participação do Estado em algumas áreas consideradas estratégicas e vitais para o desenvolvimento econômico e social do país.

O conceito, utilizado aqui, é, portanto, diferente de algumas definições difundidas hoje em dia. Atualmente, observamos duas grandes correntes teóricas sobre a democracia. Segundo as análises de Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer,

---

<sup>11</sup> Darei preferência ao uso do termo *nacional-revolucionários*, que era como os grupos mais a esquerda do trabalhismo, ligados a Brizola e a Frente de Mobilização Popular, se autointitulavam.

existe uma concepção hegemônica da democracia e um conjunto de teorias alternativas, não hegemônicas. A primeira corrente, em resposta às críticas marxistas à democracia, concebe a democracia como forma e não como substância, reflexão apoiada no procedimentalismo de Hans Kelsen.<sup>12</sup>

O conjunto de concepções não-hegemônicas surgiram a partir das teorias de Jurgen Habermas, responsável por ampliar a ideia do procedimentalismo, entendendo-o como prática social, e não apenas como método de constituição de governo.<sup>13</sup> Assim, além da questão da autorização, importa para essa corrente, outras duas dimensões: a da prestação de contas e da representação das múltiplas identidades. A preocupação com a organização dos governos e o respeito pela pluralidade humana está na origem de ambas teorias, mas a segunda se distingue pela preocupação em construir uma nova gramática social e cultural, ressignificando o conceito de democracia, defendendo, dessa forma, a constituição de uma nova relação sociedade-Estado, com o aumento da participação social e o questionamento da relação entre representação e diversidade cultural e social. (SANTOS & AVRITZER, 2002).

Essa disputa pelo significado da democracia, que acompanhamos hoje em dia, é bastante recente, fruto da chamada terceira onda de democratização. A extensão da democracia, a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, na Europa – Portugal e Espanha - e na América Latina, proporcionou uma rediscussão do conceito de democracia. Todavia, nos anos 1960, o debate estava polarizado entre o modelo hegemônico e liberal de democracia e os críticos, principalmente, da vertente marxista.

Por essa razão, considero os grupos políticos do *traballismo nacional-revolucionário*, como críticos à concepção democrática liberal-representativa, vigente no período. Valorizavam a chamada *democracia popular*, que começava a ser experimentada em Cuba. Partilhando um discurso nacionalista e anti-imperialista, Brizola e Fidel representavam neste período, cada um a sua maneira, projetos revolucionários de reformas econômicas e sociais, pregando, se fosse preciso, a ruptura institucional.

Já os defensores do *traballismo democrático* acreditavam na concepção dominante de democracia, pautada nos seguintes pontos:

---

<sup>12</sup> Alguns autores que compartilham desta concepção são: Joseph Schumpeter, Robert Dahl e Norberto Bobbio.

<sup>13</sup> São referências desta teoria: HABERMAS, 1984 e 1995; CASTORIADIS, 1986; SANTOS, 1998.

- Regra da maioria, segundo a qual as decisões são aprovadas pela maioria daqueles a quem compete tomar a decisão. Pode ser também uma decisão por unanimidade, possível apenas nos grupos reduzidos ou homogêneos;
- Baseado no sufrágio universal;
- Necessário que os indivíduos chamados a decidir sejam colocados diante de alternativas reais, podendo escolher livremente entre as opções. Para isso é preciso que seja realizado as liberdades básicas do Estado liberal: liberdade de expressão, opinião, associação etc;
- Sociedade policêntrica e pluralista, na qual são os grupos os protagonistas do jogo político;
- Alternância no poder;
- Regime fundado no consenso real, só possível de se manifestar nas sociedades onde o dissenso é permitido. No entanto, esse consenso é sempre provisório. A busca do consenso definitivo entre partes discordantes é desejo dos regimes autoritários;
- Governo da maioria, mas com limites, a fim de preservar a diversidade e os direitos da minoria.<sup>14</sup>

A partir disso, acredito na importância do estudo do *trabalhismo* formulado por San Tiago Dantas, como um elemento importante para nos ajudar a compreender o contexto político que precede o golpe civil-militar de 1964. Se, nos últimos anos, a literatura especializada avançou bastante no entendimento de que a queda da democracia brasileira foi resultado de um momento político de radicalização, acredito ser relevante destacar a existência de alternativas políticas aos extremismos de esquerda e de direita. Meu objetivo aqui é desmitificar a ideia da inevitabilidade de um golpe de direita ou esquerda, analisando para isso a trajetória política de San Tiago Dantas, sua teoria trabalhista e a formação da Frente Progressista como exemplos de uma

---

<sup>14</sup> Alexis de Tocqueville, pensador político francês de meados do século XIX, teve como um dos principais eixos de análise a tensão entre *Liberdade e Igualdade*. Entendia que a democracia, dependendo de condições específicas, poderia se tornar uma democracia liberal, como a dos EUA, ou uma democracia tirânica, como a da segunda fase da Revolução Francesa. A questão central era: como compatibilizar democracia e liberdade, de forma a evitar que o avanço crescente da igualdade sacrifique a liberdade? Para ele, a solução estava na força das instituições. Para autores preocupados com os efeitos negativos da onipotência da maioria em regimes democráticos, ver: Tocqueville, *Democracia na América* (1835), e Stuart Mill, *Da Liberdade*, 1859.

experiência de esquerda reformista e democrática existentes no Brasil naquele momento. Sustento na presente dissertação que atuavam interpretando ideias, crenças e projetos de grupos pertencentes a uma esquerda “moderada”, que disputava espaço no processo político em época de radicalização.

No primeiro capítulo, investigo a vida e a trajetória política do professor, jurista, diplomata e deputado petebista San Tiago Dantas. Cronologicamente, começo na década de 1930, momento de sua formação na Faculdade Nacional de Direito e ingresso na Ação Integralista Brasileira (AIB), acompanhando seu afastamento da vida política nos anos de 1940 e seu retorno, com a filiação ao PTB, em 1955. A partir daí, examino sua atuação no partido, como dirigente político e ideólogo, bem como a ocupação de cargos de destaque durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart. Termino o capítulo contando o final de sua vida, o agravamento da doença que o afligia, a debilidade física que contrastava com a intensa atividade profissional. Os meses restantes foram dedicados à construção de articulações políticas para a formação da Frente Progressista, sua última batalha política, a fim de evitar uma solução golpista para o impasse institucional que vivia o país.

No segundo capítulo, abordo a figura do intelectual e político San Tiago Dantas, como o ideólogo de um projeto trabalhista democrático, caracterizando sua teoria em seus diversos matizes: o desenvolvimentismo reformista, o nacionalismo não-estatista e a política externa independente.

No terceiro capítulo, pretendo analisar, mais detalhadamente, o processo de radicalização política ocorrida no final do ano de 1963 e início de 1964 que provocou o isolamento político de João Goulart. Busco destacar a atuação de San Tiago Dantas nas negociações e articulações com as diferentes forças políticas, partidárias e extra-partidárias, para a composição da Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base. Reconstituo também os primeiros meses de 1964, analisando a formação da Frente Progressista, principalmente, as razões de seu fracasso. Desejo acompanhar os debates travados no interior da frente que provocaram os atritos entre o PSD e os setores mais a esquerda, ligados ao PTB, PSB e o PCB, que impossibilitaram uma solução reformista e democrática para a crise política.

Para tanto, usei quatro tipos de fontes primárias. O primeiro tipo de fonte é formado pela imprensa. Pesquisei extensivamente em quatro periódicos: *Jornal do*



*Brasil, Última Hora, Correio da Manhã e Jornal do Commercio*, disponíveis na Biblioteca Nacional. A consulta aos três primeiros jornais foi importante na reconstituição dos fatos narrados, principalmente, para os anos de 1963 e 1964, momento de radicalização política e de formação da Frente Progressista. No caso do último periódico, pesquisei os anos de 1957 a 1959, quando era propriedade de San Tiago Dantas.

O segundo tipo de fonte consultada foram os depoimentos orais, recolhidos no Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea (CPDOC/FGV), como, por exemplo, as entrevistas cedidas por Renato Archer, Augusto do Amaral Peixoto e Ernani do Amaral Peixoto.

O terceiro tipo de fonte foram os debates parlamentares do período, principalmente, os discursos políticos de San Tiago Dantas no Congresso Nacional. Esse documento me permitiu captar a atividade do deputado, ministro e embaixador San Tiago Dantas, sendo também uma importante amostra do rico pensamento político do intelectual petebista, uma vez que a tribuna do parlamento foi plataforma, por excelência, para a defesa de seu projeto trabalhista.

O quarto tipo de fonte foram documentos de política externa, disponíveis em dois livros: *Documentos da Política Externa Independente* e *San Tiago Dantas, Coletânea de textos sobre Política Externa*. São livros compostos de uma variada coletânea de fontes: programas de governo, entrevistas, cartas, manuscritos de política externa, prefácios, discursos e declarações, organizados pela Fundação Alexandre de Gusmão, instituição pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores. Aí estão os principais documentos oficiais da gestão de San Tiago Dantas a frente do Itamaraty, assim como uma fonte próspera para a compreensão da política externa independente, um dos pilares do projeto trabalhista de Dantas. Além disso, foi bastante utilizado, o livro escrito por San Tiago Dantas, *Política Externa Independente*, que apresenta em linhas gerais as diretrizes da política externa desenvolvida pelo ex-ministro das Relações Exteriores. Consultei também, de forma complementar, biografias, autobiografias, memórias e a bibliografia especializada no assunto.

Finalmente, o último tipo de fonte, a *pièce de résistance* documental da pesquisa, é formado pelo Fundo San Tiago Dantas, disponível no Arquivo Nacional. Trata-se de uma coleção particular, rica e bem documentada, que guarda um conjunto

de fontes bastante variado: correspondências, telegramas, fotos, recortes de jornais, discursos, declarações, pareceres, memorandos, relatórios, documentos políticos, bens pessoais, etc. Através do material acumulado, pude perceber a complexidade do personagem estudado, sua trajetória de vida, sua família – há documentos de seus avós, pais, referências a sua esposa Edméia – as escolhas que fez, suas hesitações e fragilidades – como o medo crescente de morrer com o agravamento da doença - suas paixões – de Goethe, Cervantes e Proust à sua família, a querida esposa Edméia e os sobrinhos – em fim, pude observar o San Tiago Dantas em carne e osso.

A trajetória de San Tiago, suas ações políticas e ideias, revela-nos a história de alguém preocupado em deixar uma marca na sociedade em que vive. A preocupação com a irremediabilidade do *Tempo* era uma constante em suas reflexões, segundo Marcílio Marques Moreira, seu amigo e principal memorialista. Daí sua admiração por Marcel Proust, escritor francês do início do século XX, cuja obra literária tem como tema principal o *Tempo*. Proust era fascinado pelas questões relativas ao tempo, por sua capacidade destruidora que a tudo modifica, transforma e extingue. *Tempo* que não poupa nada: sentimentos, paixões, amores, ideias, opiniões e até mesmo corpos (Py, 2001). Mas San Tiago tinha uma resposta diferente de Proust para a fatalidade do *Tempo*. Para o autor francês, à voracidade do *Tempo*, contrapõe-se o papel da memória, capaz de recuperar o *tempo perdido*. Não a memória comum, produto do esforço voluntário para apropriar o passado, mas a *memória involuntária*. Toda tentativa da inteligência, de uma memória voluntária para resgatar o passado é vã. O acesso ao passado está no que ele denomina *memória involuntária*, que não depende do esforço consciente de recordar, sujeita ao acaso e, por isso, independente da vontade humana. No primeiro volume da série *Em busca do Tempo Perdido (Caminho de Swann)*, é significativa a passagem na qual o narrador conta como num dia, quando já adulto, ao saborear um biscoito (chamado *madaleine*) molhado no chá, invade-lhe uma inesgotável sensação de felicidade, fazendo-lhe recordar, de súbito, sem esforço algum, sua infância remota, as ruas e pessoas da cidadezinha de Combray, seu passado despertado pelo gosto do biscoito. Passado que trazido do esquecimento deixa de ser *Tempo perdido*.

San Tiago, segundo a memória construída por Marcílio Marques Moreira, supera o saudosismo de Proust, ao ver na ação a resposta para vencer o *Tempo*. Não queria ser apenas um observador, um intérprete dos acontecimentos de sua época, queria atuar

sobre eles, modificá-los, reformulá-los, não só em teoria, mas na prática. Daí, sua disposição para formular teorias e projetos políticos de longo prazo, capazes de reformar a sociedade de seu tempo. Na biografia sobre José da Silva Lisboa, o Barão de Cairu, San Tiago escreve:

o que deveria ficar sendo a mais fecunda lição da sua vida e da sua carreira: a de que o destino individual só se realiza plenamente quando o homem logra, pela mobilização de suas energias e faculdades, entrar em equação com a sua época, e exprimir na peripécia de sua própria vida a trama dos problemas em que se debate a sociedade a que pertence (Dantas, 1962c: 20) .



## CAPÍTULO: 1 – San Tiago Dantas: o teórico do trabalhismo

Seja qual for o caminho que eu  
escolher, um poeta já passou por ele  
antes de mim.

Sigmund Freud

Que pode fazer o intelectual quando  
o fanatismo esbraseia os corações?

Stefan Zweig

A ele como estadista, se aplicava, no Brasil, o que há pouco se disse de Churchill, na Câmara dos Comuns: os mais velhos não conheceram ninguém parecido; os mais novos dificilmente encontrarão outro igual. Observei depois que, como homem, somente a morte veio dar-lhe a verdadeira dimensão de grandeza. Tudo o que nele se acusava de versatilidade, hedonismo, ambição e vaidade, se sublimou naquele fim, espartano pela bravura, estóico pela modéstia e moderação. Se vaidade havia, ela se fundiu no esforço de não provocar piedade, de não fazer sofrer os que o amavam; se existia versatilidade e hedonismo, identificaram-se na calma com que, de um ano a esta parte, jogou indiferentemente as suas paradas nos dois tabuleiros, o da vida e o da morte; se restava ambição, ela transcendeu do pessoal para o nacional, pois, sabendo-se perdido, sua vocação de homem público o fez trabalhar até o fim, no encontro de soluções nacionais de que sabia não poder mais participar.

Afonso Arinos de Melo Franco<sup>15</sup>

Em discurso bastante emocionado, o senador udenista Afonso Arinos pronunciou à beira do túmulo de San Tiago Dantas, em nome dos muitos amigos presentes, as últimas palavras de admiração e gratidão a um dos mais importantes intelectuais e políticos da sua época. Embora tenha atuado em diferentes campos, como diplomata, jurista, professor, nos interessa neste trabalho analisar a trajetória política de San Tiago Dantas,

---

<sup>15</sup> *Jornal do Brasil*, 20 de setembro. 1964, Caderno especial, p.6.

especialmente, sua atuação como ideólogo do trabalhismo. Ao ingressar no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em meados da década de 1950, substituiu Alberto Pasqualini, então afastado por um derrame cerebral, como grande articulador de um projeto trabalhista capaz de influenciar uma ala expressiva do partido, com destaque para os grupos ligados mais diretamente a João Goulart.<sup>16</sup>

Francisco Clementino de San Tiago Dantas nasceu no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 30 de outubro de 1911. Descendente de militares - seu avó lutara na Guerra do Paraguai e seu pai comandara o encouraçado *Minas Gerais* durante a Segunda Guerra Mundial - não seguiu carreira nas Forças Armadas. Sem filhos, dedicou seu afeto à esposa Edméia e aos sobrinhos<sup>17</sup>. Corpulento, mas não gordo, com pouco cabelo, mas não calvo, o carioca de raízes mineiras – gostava de lembrar suas origens de sangue materno da longínqua cidade de Paracatu, noroeste de Minas Gerais – diplomou-se em Direito pela Faculdade Nacional em 1932. Pouco tempo depois de formado, já lecionava como professor catedrático de diversas disciplinas de Direito.<sup>18</sup>

Na Faculdade de Direito, no Rio de Janeiro, ainda como aluno, conheceu seu “grupo”, como gostava de dizer, seus amigos da vida inteira: Antonio Gallotti, Gilson Amado, Américo Lacombe, Hélio Vianna, Plínio Doyle, Octávio Faria, Chermont de Miranda e Thiers Martins Moreira. É lá também que entrou em contato com as ideias que sopravam contra o liberalismo. O final dos anos 1920 e início da década de 1930 foram marcados, no Brasil e no mundo, pela descrença com os princípios que fundamentam o liberalismo. A Itália observava atônica o fortalecimento de Mussolini, o *Duce*. No bojo da crise de 1929, o partido nazista alemão, considerado - em termos de votação – o nono partido em 1928, torna-se, já em 1932, o primeiro partido no Reichstag alemão, pavimentando o caminho para a ascensão de Hitler ao poder. A URSS, por não sofrer com as turbulências da crise econômica, tornava-se exemplo para

---

<sup>16</sup> Há outros teóricos trabalhistas, como Fernando Ferrari e Sérgio Magalhães. O primeiro, de perfil menos intelectualizado que os demais, possui atuação parlamentar e partidária de destaque, rivalizando com o grupo ligado a João Goulart. Expulso do partido, funda o Movimento Trabalhista Revolucionário (MTR) em 1960. Já o segundo, é um expoente das ideias nacionalistas, participando da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN).

<sup>17</sup> “No meu afeto, coube esse lugar aos filhos de minha irmã”. Testamento disponível no Fundo San Tiago Dantas. (Arquivo Nacional. AP 47. Caixa 59).

<sup>18</sup> As referências factuais da biografia de San Tiago Dantas foram pesquisadas no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Pós-1930. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, versão CD-ROM; no *Jornal do Brasil*, 20 de setembro de 1964, Caderno especial, p.5 e no Fundo San Tiago Dantas, disponível no Arquivo Nacional.

partidos comunistas que afluíam em todo o mundo. Eram, assim, anos em que os movimentos de extrema-direita e de extrema-esquerda se fortaleciam, atacando os princípios do liberalismo político e econômico.<sup>19</sup>

Nesses anos, fundou, com um grupo de amigos, um centro de estudos jurídicos, o CAJU, que reuniu um número expressivo de alunos, inclusive de outras faculdade, tendo, entre seus membros, pessoas como: Vinicius de Moraes, Octávio de Faria, Américo Lacombe, entre outros. Frequentou os círculos laicos da Igreja Católica, a Livraria Católica, a revista *A Ordem* e a Ação Universitária Católica. Num momento em que o liberalismo parecia em extinção, para os jovens formados nos círculos católicos, o comunismo era abominado, surgindo o integralismo como alternativa, ao qual se filiaram diversos jovens estudantes, entre eles San Tiago Dantas. Por meio de Alceu de Amoroso Lima, que substituíra Jackson de Figueiredo na liderança laica da Igreja, entrou em contato com as ideias do nacionalismo radical, inspiradas na *Action Française*<sup>20</sup>, de Charles Maurras e Maurice Barrés. Acompanhou de perto os passos da Itália fascista, que, em 1929, assina o Tratado de Latrão, reconhecendo o Vaticano como um Estado independente e tornando obrigatório o ensino religioso.

Em 1931, foi apresentado a Plínio Salgado, passando a integrar o núcleo carioca do movimento da Legião Revolucionária, que defendia o aprofundamento do processo revolucionário, iniciado com a Revolução de 1930. Fundou e se tornou um dos principais redatores do jornal *A Razão* e, pouco depois, da revista *Hierarquia*, também vinculada às ideias de Plínio Salgado. Em 1932, filiou-se à Ação Integralista Brasileira (AIB)<sup>21</sup>, grupo de inspiração fascista, contribuindo para difundir a doutrina do movimento ao escrever para seu principal semanário, chamado *A Offensiva*. Atuou também dando cursos pelo departamento de doutrina da “província” da Guanabara, chegando a concorrer, sem êxito, pela AIB a uma cadeira na Câmara dos Deputados pelo Distrito Federal.

---

<sup>19</sup> A título de exemplo temos a França. Exemplo de tradição liberal e iluminista, terra da Queda da Bastilha e dos Direitos do Homem e do Cidadão, caracteriza-se, no período entre guerras, pelo crescimento dos movimentos fascistas, em reação ao sucesso eleitoral da esquerda. Grupos como *Jeunesses Patriotiques* e a Federação Nacional Católica rivalizavam com a Frente Popular de esquerda. Outros países atingidos pela onda fascista, por exemplo, são: a Hungria com o Partido da Cruz de Ferro-Movimento Húngaro, a Romênia com a Legião do Arcanjo Miguel, a Bélgica com o movimento *Rexista de Léon Degrelles*, além da Inglaterra e da Noruega. Para mais, ver: PAXTON, 2007.

<sup>20</sup> Sobre a *Action Française*, ver o artigo de Frederico José Falcão em SILVA, MEDEIROS & VIANNA, 2000.

<sup>21</sup> Para um estudo mais detalhado sobre a Ação Integralista Brasileira: MAIO, 2003. Para um estudo pioneiro e bastante completo sobre o movimento: TRINDADE, 1974.

Recém-formado, tornou-se, em 1932, com apenas 21 anos, professor catedrático interino de Legislação e Economia Política da Escola Nacional de Belas-Artes. Simultaneamente, ocupou um alto cargo no Ministério da Educação, além de dar início à carreira na advocacia. Em fevereiro de 1934, casou-se com Edméia Carvalho Brandão, a *Ed*, como carinhosamente costumava chamá-la, ficando ao seu lado por toda vida.

## O magistério e a advocacia

Com a mudança da conjuntura política nacional a partir de 1935, marcada pela tentativa de revolução socialista organizada pela Aliança Nacional Libertadora (ANL)<sup>22</sup> e a posterior implantação da ditadura do Estado Novo, a AIB assumiu uma postura de confronto com o novo regime, fato que levou ao afastamento gradual de San Tiago do movimento. A partir deste momento, ele passou a se dedicar à vida acadêmica e à advocacia, tornando-se professor catedrático da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil e professor visitante da Universidade de Montevidéu. No ano de 1938, assumiu duas cadeiras na Universidade do Brasil: uma na Faculdade de Ciências Econômicas e outra de direito civil da Faculdade de Direito. No início da década seguinte, exerceu a direção da Faculdade Nacional de Filosofia, lecionando também na Faculdade de Direito de Paris. Atuou com o mesmo destaque na área de advocacia, sendo considerado um dos maiores advogados do país.

Neste período, o professor e advogado San Tiago Dantas, especialista em Direito Civil, inclinava-se, cada vez mais, a pensar a realidade social recusando soluções extremadas, pautando suas opções políticas segundo os princípios jurídicos. Em seu discurso de posse na cadeira de Direito Civil, em agosto de 1940, expressou sua convicção de que o “direito é a disciplina do equilíbrio social e sua excelência se mede pela exatidão com que modera e contrasta as forças em trabalho pela desagregação da sociedade”<sup>23</sup>. Dessa forma, afirmando ser o Direito Civil “o campo das aquisições lentas, das transformações aluvionais”, posicionou-se como um defensor da mudança de forma reformista, em vez de revolucionária, como nos tempos integralistas.

---

<sup>22</sup> Para um estudo mais detalhado sobre a Aliança Nacional Libertadora, ver: ALMEIDA, 2003.

<sup>23</sup> Discursos Parlamentares. San Tiago Dantas. Câmara dos Deputados, 1983. Citado no prefácio de Marcílio Marques Moreira.



Ainda na década de 1940, assumiu funções importantes, como, por exemplo, no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), na Missão Abbink<sup>24</sup>, na refinaria de petróleo de Manguinhos e na delegação brasileira enviada à IV Reunião de Consulta dos Ministros do Exterior das Repúblicas Americanas.

Nesta época, enriqueceu bastante com a advocacia, o que lhe permitiu mudar da casinha pequena e apertada de Ipanema para um belo e espaçoso apartamento de primeiro andar na Rua Barão de Jaguaribe. Tão importante quanto o conforto, seu livros não ficariam mais jogados pelo chão. Rapidamente, comprou o andar térreo do prédio, aumentando significativamente sua biblioteca. O sucesso profissional não se refletiu apenas na mudança de residência. San Tiago e Edméia puderam comprar bens de luxo, como uma televisão - artigo raro nesse momento, até mesmo para a elite carioca – e trocar suas reproduções de quadros famosos por originais de boa qualidade. Dona Edméia não conseguia esconder a euforia ao mostrar para os amigos os originais de Portinari e Duffy. Fizeram também sua primeira viagem à Europa, logo após a guerra. Ao lado do grande amigo, o poeta Frederico Schimidt, conheceram Paris, cidade admirada e já conhecida por San Tiago através dos livros de Proust. Era um sonho sendo realizado. Segundo o poeta, San Tiago percorria as ruas da Cidade da Luz como se “conhecesse todos os seus recantos”. Viu as ruínas de um país que emergia da guerra. Ouviu os traumas da ocupação nazista. Amadureceu no viajante as convicções liberais e democráticas que pautarão seu retorno ao cenário político brasileiro.<sup>25</sup>

Sua volta ao cenário político, no início da década de 1950, ocorreu em um contexto completamente diferente das radicalizações políticas da década de 1930. O nazi-fascismo derrotado não era mais uma alternativa viável, o Estado Novo ficou para trás e o liberalismo parecia ganhar fôlego. Tornou-se assessor pessoal de Vargas durante o seu segundo governo (1951-1954), preparando estudos do anteprojeto de criação da Petrobras e da Rede Ferroviária Federal. A partir de 1952, participou de inúmeras reuniões e organismos internacionais. Em 1955, decidiu retornar às atividades político-partidárias, escolhendo ingressar no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

---

<sup>24</sup> Comissão Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, reunia um grupo de técnicos, engenheiros, advogados, economistas, cujo objetivo era analisar a situação econômica nacional e as possibilidades de desenvolvimento para o país.

<sup>25</sup> *Jornal do Brasil*, 20 de setembro. 1964, Caderno especial, p.5 e 6.

## O ingresso no PTB

O contexto de filiação de San Tiago Dantas ao PTB era um momento-chave para o partido. O sucesso eleitoral nas eleições de 1950, fruto da popularidade de Getúlio, ficou para trás. Após a morte de Vargas, o partido não conseguiu capitalizar o prestígio de seu fundador e presidente de honra. A ausência de Getúlio desnorteou o sistema partidário, uma vez que foi montado tendo como eixo divisor o “getulismo”. Sua desapareição física revitalizou seu carisma, mas provocou a desorientação do eleitorado que não possuía mais sua principal referência simbólica. Coube aos partidos, principalmente os de orientação trabalhista, buscar incorporar a força e o prestígio do “getulismo”, refazendo as ligações e lealdades do corpo eleitoral com o sistema partidário (Gomes, 1994). Nesse sentido, o desempenho do PTB nas eleições de 1954 foi decepcionante. Ainda que conquistando 56 cadeiras na Câmara dos Deputados (eram 51 na última legislatura) e elegendos oito senadores, sofreu derrotas duras no Rio Grande do Sul, estado que despontava como partido mais forte. Na disputa ao Senado, João Goulart, herdeiro político de Vargas e então presidente do Diretório Nacional, foi derrotado, passando a sofrer crescentes contestações no interior do partido. Alberto Pasqualini, importante político gaúcho e considerado o grande ideólogo do trabalhismo, também perdeu a eleição na disputa pelo governo do estado. Era, portanto, do ponto de vista eleitoral, uma fase bastante difícil para o partido.

Ainda, assim, influenciado pelas vitórias do Partido Trabalhista inglês no pós-guerra,<sup>26</sup> San Tiago Dantas decidiu filiar-se ao PTB brasileiro. Convencido do sucesso do trabalhismo inglês, entendia ser possível reproduzir em terras brasileiras um projeto político no mesmo sentido. Grande admirador de Harold Laski, cientista político e ideólogo do partido inglês, San Tiago introduziu suas ideias no PTB, que, até então, desconhecia o intelectual europeu. Para o deputado federal do PSD, Renato Archer,

---

<sup>26</sup> Nos anos 1950, os trabalhistas ingleses já não estavam mais no governo. Em 1951, os conservadores conquistaram a maioria, afastando os trabalhistas do poder até 1966, quando retornaram sob a liderança de Harold Wilson. Mas, sua força política e referência para San Tiago advêm das experiências anteriores quando assumiram o governo. O primeiro governo, em 1924, ao conquistarem 192 cadeiras, superando os liberais, com os quais se coligaram para governar, foi bastante curto. A coalizão não deu certo, permitindo a vitória dos conservadores, em 1930, com Neville Chamberlain. Já, em 1945, recém terminada a guerra, os trabalhistas saem vitoriosos das urnas, conseguindo formar, pela primeira vez, uma maioria suficiente para implementar as reformas enunciadas em seu programa. Nesse momento, as principais indústrias inglesas são estatizadas, bem como as ferrovias, serviços telefônicos e o Banco da Inglaterra. Conquistas na legislação social também são marcos deste período de governo trabalhista.

aliado político e amigo de San Tiago, Dantas escolheu o PTB, por acreditar no trabalhismo como doutrina política (Moreira e Soares, 2007). Embora sem adotar o princípio socialista dos ingleses<sup>27</sup>, a luta na esfera da legislação social e trabalhista aproximava o Partido Trabalhista Inglês das experiências do partido brasileiro.

Apesar de seu prestígio, sua chegada ao partido foi vista com bastante desconfiança pelos setores mais à esquerda. Advogado bem-sucedido, seu escritório de advocacia atendia a muitas multinacionais, o que provocava hesitações nos setores mais nacionalistas<sup>28</sup>. Mas se a fama de grande advogado e financista jogavam contra ele, San Tiago também tinha seus trunfos. Dono de um capital intelectual invejável, despontava rapidamente como um quadro necessário ao PTB. Sua filiação ao PTB de Minas Gerais e, posterior, candidatura ao cargo de deputado federal, ocorreram graças à intervenção de João Goulart, a despeito da hesitação dos correligionários mineiros. De acordo com Angela de Castro Gomes, a escolha da seção mineira do partido se deu depois da recusa de Lutero Vargas a entrada de Dantas no PTB do Distrito Federal. Além disso, o PTB mineiro estava desfalcado de seu mais importante quadro, Lucio Bittencourt, rival de Jango.<sup>29</sup> A entrada de San Tiago, aliado de Jango, em Minas, fortalecia, portanto, o grupo janguista nas intensas disputas intrapartidárias (Gomes, 1994).

Em um partido dominado por gaúchos, a ascensão deste carioca, deputado federal por Minas Gerais, é bastante surpreendente, mas facilmente explicável. Primeiro, o eminente jurista, apesar de despossuído de capital político relevante, distinguiu-se pelo seu capital intelectual. Chamado carinhosamente de *professor* pelos amigos, “San Tiago dava aula enquanto conversava”<sup>30</sup>. Seus conhecimentos nas mais diferentes áreas do saber, além de sua notória capacidade retórica, era reconhecida por aliados e adversários, o que permitiu ao novato rapidamente se destacar no partido. Como nos ensina Bourdieu (1989), a dependência a um partido é tanto maior quanto mais fraco o capital político acumulado ou o capital econômico e cultural possuído pelo

---

<sup>27</sup> O Partido Trabalhista Inglês incluiu em seu programa o princípio da posse coletiva dos meios de produção – a chamada Cláusula IV – no ano de 1918. Mas, diferentemente da grande parte dos defensores do socialismo, o trabalhismo inglês rejeita o socialismo revolucionário, optando pelo evolucionista. Prefere-se Bernard Shaw e Stuart Mill à Karl Marx.

<sup>28</sup> Hércules Correa em *Memórias de um stalinista* fala sobre a antipatia que muitos militantes do PTB e do PCB tinham com relação a San Tiago Dantas.

<sup>29</sup> Em 19 de setembro de 1955, Lucio Bittencourt, em plena campanha eleitoral para o cargo de governador de Minas Gerais, falece em um desastre de avião.

<sup>30</sup> Artigo do deputado Bezerra Leite, disponível no Arquivo Nacional AP 47. Caixa 46. Pacotilha 2 e 3.

político antes da entrada no partido. Não é de se estranhar, portanto, que, na mensagem de apresentação da candidatura de San Tiago a vice-governadoria de Minas Gerais, em 1958, ressaltou-se que ele “reúne em sua personalidade as características do intelectual e do homem de ação”.<sup>31</sup> No documento político, San Tiago buscou se apresentar como imbuído de uma combinatória de características entre o homem de ideias e o homem de ação, como político capaz de transformar ideias, suas ideias em fatos.

Em segundo lugar, a entrada de San Tiago Dantas viria a preencher um vácuo no partido, após as mortes, em 1955, de Lucio Bittencourt e, em 1960, Alberto Pasqualini, dois ideólogos do trabalhismo<sup>32</sup>. Diferentemente de Bittencourt que confrontava crescentemente a liderança de Jango e, mais parecido, nesse ponto, com Pasqualini, San Tiago Dantas teve o papel de desenvolver um corpo doutrinário para o trabalhismo que se aproximasse das perspectivas políticas do grupo janguista, ao qual se filiou.

Para isso, foi extremamente importante a aquisição do *Jornal do Commercio*,<sup>33</sup> no início de 1957. Tradicional jornal do Rio de Janeiro, fundado em 1827, foi comprado por San Tiago Dantas, passando a servir como um veículo de divulgação do trabalhismo. Para surpresa de muitos, o *professor* decidiu se afastar de grande parte das suas atividades, vendendo sua participação em diferentes companhias, para se dedicar ao jornal. Como ele mesmo afirmou, em editorial para o *Jornal do Commercio*:

tendo feito fortuna na advocacia – onde se firma como o mais conhecido *investment lawyer* do Rio de Janeiro – e nos negócios – como diretor de banco e de indústrias – decide inesperadamente entrar no reduzido número dos proprietários de grandes jornais brasileiros.<sup>34</sup>

E, confessando a mudança de posição do jornal, declarou que “(o *Jornal do Commercio*) até aqui muito discreto, atuando quase nos bastidores, vai saltar para o

---

<sup>31</sup> Fundo San Tiago Dantas (Arquivo Nacional. AP 47. Caixa 43. Pacotilha 2).

<sup>32</sup> Alberto Pasqualini sofre, em 1956, um derrame cerebral, vindo a falecer, no Rio de Janeiro, em 1960. Segundo Lucilia de Almeida Neves Delgado (2001), o trabalhismo brasileiro, entendido como um corpo doutrinário de ideias, não era homogêneo, mas possuía um eixo central marcado pelo nacionalismo, distributivismo e desenvolvimentismo.

<sup>33</sup> San Tiago revitaliza o jornal carioca. Introdz gravuras, cria suplementos e contrata novos redatores como Carlos Castelo Branco e Murilo Melo Filho. Também escreve no jornal na seção *Várias*. Em abril de 1959, depois de um incêndio, vende o jornal para Assis Chateaubriand.

<sup>34</sup> Fundo San Tiago Dantas (Arquivo Nacional. AP 47. Caixa 06. Pacotilha 3).

*front* mais movimentado da política brasileira”.<sup>35</sup> Com uma imprensa hostil ao PTB e às ideias trabalhistas, o jornal de San Tiago Dantas cumpriu, durante os anos de 1957 a 1959, um papel relevante de apoio ao governo de Juscelino – amigo pessoal de San Tiago – não sem críticas, mas, principalmente, como um veículo de difusão e propaganda do nacionalismo e do desenvolvimentismo.

Por essas razões, tornou-se estratégico para o partido e, principalmente, para o grupo janguista o ingresso de San Tiago. Eleito deputado federal, em 1958, tornou-se um dos principais expoentes da bancada petebista, ocupando a vice-liderança do bloco parlamentar formado por PTB e o Partido Social Democrático (PSD) para apoiar o governo Juscelino Kubitschek. Em 1959, chefiou a delegação brasileira que participou da V Reunião dos Ministros do Exterior das Repúblicas Americanas, realizada no Chile. E, ainda nesse ano, passou a integrar a Executiva Nacional do partido, como um de seus quatro vice-presidentes.

Sua ascensão no interior do partido o alçou à disputa pelo governo de Minas Gerais, como candidato a vice-governador na chapa encabeçada por Tancredo Neves do PSD.<sup>36</sup> Em documento de apresentação para a disputa do cargo, San Tiago passou a se apresentar para o eleitorado como alguém que combinava o papel do *intelectual* e do *político*, como um homem de *ideias e ações*, e mais importante como um homem capaz de transformar suas ideias em ações. Buscando atrair o apoio dos políticos e o voto do eleitor mineiro do PSD, definiu-se como “o trabalhista mais amigo do PSD” e “trabalhista e também conservador, representando o pensamento mais moderado do trabalhismo”.<sup>37</sup> Para os petebistas, apresentou-se como “um dos homens mais identificados com Jango”, de quem era amigo e fiel aliado. Além disso, de forma bastante significativa, depois de associar seu nome com o de Jango – presidente do partido, vice-presidente da República e herdeiro político de Getúlio Vargas - identificou-se como “o continuador de Pasqualini”, principal ideólogo, já falecido, do PTB.<sup>38</sup>

O político San Tiago Dantas que então se construía, enfrentava as dificuldades de uma personalidade conciliatória em tempos de radicalização. Se, por um lado, o

---

<sup>35</sup> Idem.

<sup>36</sup> A chapa Tancredo Neves-San Tiago Dantas saiu derrotado pelo candidato udenista Magalhães Pinto.

<sup>37</sup> Manuscrito, sem data, provavelmente do ano de 1958, apresenta San Tiago Dantas como candidato na chapa de Tancredo. Fundo San Tiago Dantas (Arquivo Nacional. AP 47. Caixa 43. Pacotilha 2).

<sup>38</sup> Idem.

respeito e o fácil contato com as diferentes forças políticas o habilitavam como um grande articulador do partido, por outro lado, levantavam suspeitas nos setores mais radicais da esquerda, especialmente no PTB e no PCB. Após a XI Convenção do partido, em 1959, integrado como um membro da Executiva Nacional, foi encarregado de coordenar a aliança das forças nacionalistas e populares visando o embate presidencial.<sup>39</sup> O fortalecimento do grupo janguista afluente a oposição interna. A Convenção foi marcada pela radicalização do grupo liderado por Fernando Ferrari, teórico do trabalhismo e maior adversário à liderança de Jango. À disputa pelo controle do partido somava-se a luta pelo apelo ideológico do trabalhismo, tanto interna como externamente. Formulador do programa partidário na VIII Convenção (1955) e X Convenção (1957), Ferrari acirrou a disputa com o grupo janguista, principalmente, na seção gaúcha, setor mais forte do partido (Gomes, 1994). Na batalha pelo controle da máquina partidária e da orientação programática, San Tiago Dantas, reconhecido intelectual, tornava-se uma peça-chave para o grupo de Goulart, dedicando-se à formulação teórica do trabalhismo, bem como à reorganização do partido a nível nacional.

O PTB, encontrado por San Tiago, era um partido extremamente centralizado e hierarquizado. Segundo Maria Celina D' Araujo (1996), comparado ao PSD e à UDN, o PTB possuía um centralismo gritante. Na UDN, a Convenção Nacional era composta pelos representantes do partido no Congresso Nacional, por delegados dos diretórios municipais (na razão de um para cada 5 mil votos obtidos pelo partido nas eleições federais) e também por um delegado de cada departamento especializado do partido. Já os pessedistas, chegavam a reunir entre 2 a 3 mil pessoas em suas convenções, incluindo parlamentares, governadores, entre outros membros do partido. No partido trabalhista, o número de correligionários nunca ultrapassou 50. Nascido com a marca do personalismo de Vargas, o partido não conseguiu instituir mecanismos de participação democrática em seu interior. A formação de correntes oposicionistas ou de lideranças dissidentes era esmagada pelo Diretório Nacional. Essa estrutura antidemocrática, da qual participou e contribuiu para fortalecer, foi, a meu ver, uma contradição não superada pelo trabalhismo de San Tiago Dantas. A minha hipótese é a de que esta ambiguidade pode ser explicada pela relação dele como o grupo político janguista,

---

<sup>39</sup> Idem.

hegemônico no partido. Contestar a estrutura hierárquica do PTB contribuiria para enfraquecer seu próprio grupo político, além de fortalecer as alas rivais no partido.

Com grande projeção na mídia e no Congresso, não foram inesperadas as especulações sobre seu nome para a sucessão presidencial de 1960, como candidato a vice-presidente. Imediatamente negado por San Tiago, que reafirmou sua lealdade à Jango, descrito como “insubstituível, herdeiro de Vargas”<sup>40</sup>, as especulações demonstravam, no entanto, o crescimento meteórico do político de Minas no cenário nacional.

## A Política Externa Independente

Em 22 de agosto de 1961, San Tiago Dantas foi alçado à linha de frente da política nacional. Nomeado, pelo presidente Jânio Quadros, embaixador do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU), o deputado petebista passou a ter projeção nacional e internacional. No entanto, não assumiu oficialmente o cargo, em virtude da renúncia de Jânio três dias depois. Durante os dias de grave crise institucional atravessados pelo país, San Tiago, junto com Afonso Arinos de Melo Franco, Nestor Duarte, Luís Vianna Filho, Néelson Carneiro e Guilhermino de Oliveira, entre outros, ficou encarregado de redigir um projeto, aprovado pelo Congresso em 2 de setembro, para solucionar a crise.

Com o início do governo parlamentarista de João Goulart, e a indicação de Tancredo Neves, assumiu a pasta das Relações Exteriores, no dia 11 de setembro, em uma das cerimônias mais concorridas do Itamaraty. No seu discurso de posse, comprometeu-se a dar continuidade e aprofundar a *política externa independente*, iniciada por Afonso Arinos, na gestão anterior, baseada nos princípios de autodeterminação dos povos, do pacifismo e do anticolonialismo:

O nosso país, cômico de suas responsabilidades na ordem internacional e perfeitamente esclarecido a respeito dos objetivos nacionais que persegue, não pode deixar de ser cada vez mais o que tem sido: uma nação independente, uma nação fiel aos princípios

---

<sup>40</sup> Fundo San Tiago Dantas (Arquivo Nacional. AP 47. Caixa 06. Pacotilha 3).

democráticos em que se funda sua ordem interna, fiel aos compromissos internacionais (...) fiel à grande causa – da emancipação e do desenvolvimento econômico de todos os povos – que nos levou a, com eles, nos solidarizarmos e a tomarmos (...) uma atitude, uma linha de conduta coerente e uniforme, em defesa da emancipação dos povos e pela abolição dos resíduos do colonialismo no mundo. Não podemos, também, deixar de ser uma nação decididamente empenhada na preservação e na aplicação do princípio de não-intervenção na vida dos povos.<sup>41</sup>

Durante esse período, chefiou a delegação brasileira na Conferência de Ministros em Punta Del Este, quando Cuba foi expulsa da OEA, contra o voto do Brasil, e reatou, em uma viagem à Argentina, relações diplomáticas com a URSS. Elogiada, interna e externamente, também foi alvo de inúmeras críticas. Em nota publicada no *Globo*, intitulada “Os chanceleres brasileiros pedem que o Brasil respeite seus compromissos”, quatro ex-ministros das Relações Exteriores – Horácio Lafer, José Carlos de Macedo Soares, Vicente Rao e João Neves Fontoura – contestaram a posição da política externa brasileiro, fazendo um apelo para que o governo brasileiro contribua para isolar Cuba “do nosso convívio político através do rompimento coletivo das relações diplomáticas”.<sup>42</sup> Em resposta, Dantas escreveu que

no caso de Cuba, o isolamento diplomático conduziria a resultados opostos aos que desejam, em seu bem intencionado apelo, os quatro Chanceleres. Cuba se integraria ainda mais no mundo socialista, para o qual teria que gravitar por força do repúdio pelas Repúblicas americanas. Ao mesmo tempo, rompido o contato diplomático com o Hemisfério, o caso cubano ficaria aforado, em caráter exclusivo, ao litígio entre Ocidente e Oriente.<sup>43</sup>

## O Ministério da Fazenda

Em 25 de junho de 1962, San Tiago Dantas deixou a chefia do Ministério das Relações Exteriores, com o intuito de renovar seu mandato de deputado federal nas eleições de

---

<sup>41</sup> Discurso de posse no cargo de ministro das Relações Exteriores, ver: FRANCO, 2007.

<sup>42</sup> Citado por Celso Lafer em LESSA & HOLLANDA, 2009.

<sup>43</sup> Idem.



outubro do mesmo ano. Ao sair, escolheu seu antecessor no cargo, Afonso Arinos para dar continuidade à sua diretriz de política externa. Convenceu Goulart a convidar o senador udenista, que, depois de muita conversa na Granja do Torto, aceitou a função, não sem problemas com os membros de seu partido. Interessante observarmos a relação de amizade existente entre San Tiago e Afonso Arinos, dois mineiros situados em lados opostos do espectro político.

Um dia depois de se afastar do ministério, a renúncia de Tancredo Neves, tornou-o o candidato natural para assumir o cargo.<sup>44</sup> O sucesso da “política externa independente” atraiu a simpatia dos setores nacionalistas e de esquerda que lhe deram intenso apoio. As centrais sindicais ameaçaram entrar em greve caso seu nome não fosse aceito (Figueiredo, 1993).

Em discurso no Congresso Nacional, em 27 de junho de 1962, traçou um plano de governo afinado com os interesses pessoais. O ex-chanceler sabia que precisava granjear o apoio do maior partido e, por isso, afirmava, em tom de convencimento das forças conservadoras:

A finalidade desse programa de reformas, que pouco a pouco ganhou a consciência do nosso país, longe de ser, como a incompreensão de alguns pode supor, a de estimular uma reivindicação desordenada, nada mais é do que o de despertar os homens públicos, as classes dirigentes, aqueles que têm responsabilidade no setor público e no setor privado para uma série de ações eficientes, enérgicas e ordenadas que possam assegurar à Nação a paz, a tranqüilidade e um enriquecimento equilibrado.<sup>45</sup>

Apesar disso, encaminhado ao Congresso, seu nome foi vetado. Entusiasta do parlamentarismo, considerou esta uma das grandes derrotas da sua vida. Rechaçado pelo PSD e pela UDN, não teve o apoio necessário do seu próprio partido, nem de Jango, amigo e aliado.<sup>46</sup> Segundo diferentes depoimentos, embora Jango tenha feito diversas

---

<sup>44</sup> “Indicação tranqüila de San Tiago e renúncia tranqüila de Tancredo”, *Jornal do Brasil*, 16-17 de junho. 1962, p.3.

<sup>45</sup> Discursos Parlamentares. San Tiago Dantas. Câmara dos Deputados, 1983, p. 159.

<sup>46</sup> Nos seguintes depoimentos entende-se que a habilidade de San Tiago e a disposição para um plano de reformas moderadas poderiam comprometer os planos de Goulart para a convocação do plebiscito sobre o retorno do parlamentarismo. Ver : ARCHER, op.cit. E também: depoimentos de Augusto do Amaral Peixoto – feito entre 31/10/1975 a 23/11/1975, fita 15, p. 517 - e Angelo Nolasco de Almeida – realizado entre 06/03/1986 a 20/08/1986, entrevista 29, p. 458-459 - ao Programa de História Oral do CPDOC/FGV.

declarações públicas a favor de San Tiago, não havia verdadeira disposição para apoiá-lo. Goulart apoiaria apenas um primeiro-ministro comprometido com a realização de um plebiscito pela volta do presidencialismo. Dantas, por suas posições moderadas na busca pelas reformas e seu comprometimento com o sistema parlamentarista, representava uma ameaça ao principal objetivo de Goulart: a recuperação dos plenos poderes presidenciais (Figueiredo, op.cit: 75-77). Para Argelina Figueiredo, citando entrevistas de Almino Afonso, Raul Riff, Tancredo Neves e Afonso Arinos, sem o apoio de Goulart e do PTB, San Tiago desistiu de buscar o apoio dos partidos conservadores. Raul Riff, secretário de imprensa e amigo íntimo de Goulart, afirmou que o governo não tinha interesse na manutenção do parlamentarismo e, por isso, não apoiou a indicação de Dantas. Almino Afonso, líder do PTB na Câmara, ratificou que Goulart solapou a nomeação do teórico trabalhista<sup>47</sup>.

Em janeiro de 1963, plebiscito realizado determinou a volta do regime presidencialista. Com o retorno dos plenos poderes presidenciais, previstos na Carta de 1946, Jango montou sua equipe ministerial convidando Dantas para assumir a pasta da Fazenda. Em um momento econômico bastante complicado, a decisão de aceitar o convite envolvia muitos riscos. Trabalhando com Celso Furtado, ministro extraordinário do Planejamento, elaborou o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, com o objetivo de controlar o déficit público e eliminar a inflação, sem comprometer o desenvolvimento econômico. Ao fracasso na negociação com os credores estrangeiros para o reescalonamento da dívida externa, somaram-se as frustrações no âmbito nacional.

Inicialmente, os grupos patronais estavam divididos sobre o plano. A Confederação Nacional das Indústrias (CNI), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) apoiavam. A Confederação Nacional do Comércio (CNC), a Federação das Indústrias do Estado da Guanabara (FIEGA) e as Associações Comerciais (AC) estavam contra.

Do lado dos trabalhadores, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), responsável por controlar três das seis confederações nacionais existentes, não assumiu

---

<sup>47</sup> Em entrevista, disponível no Programa de História Oral do CPDOC/FGV, Ernani do Amaral Peixoto – em 26/01/1977 a 04/10/1985, 29 entrevista, p. 1472-73, acusa San Tiago de conduzir, de forma pouco hábil, as negociações para formar seu gabinete, o que teria contribuído para o seu insucesso.

posição imediata sobre o plano. O Plano Trienal apresentava propostas muito abaixo do reivindicado pelo movimento dos trabalhadores. No início de fevereiro, o CGT anunciou sua posição contra o plano. Aproximando-se dos grupos da esquerda brizolista, lançou um manifesto a favor de reformas imediatas, do restabelecimento do presidencialismo e do que chamavam o “fim da política de conciliação”. Com o incremento da pressão sindical e das reivindicações salariais, a posição dos grupos anteriormente comprometidos com o Plano passou a ser de crítica ao governo.

O plano de austeridade acabou recusado por empresários e trabalhadores. Como observou Thomas Skidmore: “embora a maioria dos brasileiros quisesse evitar a hiperinflação, nenhum grupo – empresários, trabalhadores, funcionários públicos, oficiais militares – queria começar a estabilização cortando suas próprias demandas” (Figueiredo, op.cit: 106).<sup>48</sup>

Além das dificuldades com o Plano Trienal, San Tiago, agora, precisava lidar com um problema bem mais grave: um câncer no pulmão começava a afetar seriamente sua saúde. A partir das mudanças no gabinete feitas por Goulart e da saída de Celso Furtado do ministério, Dantas, bastante debilitado, renunciou ao cargo, em junho de 1963, reassumindo sua cadeira de deputado federal. Mas, os meses seguintes não são de retorno ao parlamento, mas de reclusão. San Tiago passava os dias repousando na sua bela mansão na Rua Dona Mariana, onde recebia os amigos mais íntimos, e, quando, possível, viajava com Edméia para sua fazenda nas barrancas do rio São Francisco. Sentia tanto prazer em falar de sua criação de bois como de uma obra de Goethe ou Camões. Nos momentos de agravamento da doença, gostava da proximidade dos animais, do mar – do qual falava com paixão, aprendida com seu pai.<sup>49</sup>

No entanto, o afastamento político durou pouco. Já bastante doente, San Tiago, a pedido do presidente, começou, em outubro do mesmo ano, um trabalho de articulação política com o objetivo de construir uma coalizão de apoio à João Goulart e às reformas de base. Em um contexto de crescente radicalização política de setores das esquerdas e das direitas que comprometia as instituições democráticas, dá início, assim, à chamada Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base<sup>50</sup>. Uma frente “ampla”, supra-partidária, responsável por elaborar um programa mínimo de reformas que fosse

---

<sup>48</sup> No terceiro capítulo da presente dissertação farei uma análise mais esmiuçada do Plano Trienal.

<sup>49</sup> Fundo San Tiago Dantas (Arquivo Nacional. AP 47. Caixa 06. Pacotilha 2 e 3).

<sup>50</sup> Há outros nomes usados para designar a frente política formada por San Tiago Dantas, como Frente-Dantas e Frente Única.

aprovado por diferentes forças políticas, afastando, assim, as ameaças de solução radical que vinham das direitas e das esquerdas. Era a aposta de Jango para pôr fim ao impasse político que assolava o país no final de 1963 e início de 1964. Desde a derrota no pedido de estado de sítio, o governo encontrava-se isolado, distante das forças de centro, lideradas pelo PSD, e das esquerdas. A iniciativa de San Tiago era, então, construir um movimento de união nacional,<sup>51</sup> em defesa das instituições representativo-democráticas e das reformas de base, reagrupando as forças de centro-esquerda em apoio ao governo e detendo as conspirações civil-militares em curso.

Para isso, em fevereiro de 1964, divulgou ao público, por meio dos principais jornais do país, a versão final do programa da frente. Escrito por San Tiago Dantas, afirmava-se:

A Frente de Apoio às Reformas de Base constitui-se com o propósito de assegurar apoio parlamentar e popular a um programa, que abrange emendas à Constituição, leis ordinárias e atos da competência exclusiva do Poder Executivo, destinado a permitir que se processem no país, pacificamente, através da expansão e consolidação do processo democrático, e sem quebra de continuidade do sistema constitucional, as reformas de base capazes de conciliar o desenvolvimento econômico, a emancipação do país e a melhoria efetiva do nível de vida das classes populares.<sup>52</sup>

Apoiada e elogiada por muitos quando lançada, a Frente Progressista, aos poucos, sentiu a resistência dos diferentes grupos políticos, incapazes de abandonar suas posições e convicções. Em um momento marcado por expressões radicais e sectárias, o discurso conciliador do intelectual e deputado petebista teve pouco terreno para florescer. Falecia a Frente Progressista e, com ela, a última alternativa política, disponível a João Goulart. Retiravam-se da mesa as propostas moderadas, vencendo o discurso e a estratégia do radicalismo político. A derrota de Dantas contribuiu, no final, para a derrota da democracia brasileira.

---

<sup>51</sup> A ideia de San Tiago era que a Frente se tornasse um instrumento de mobilização não só na esfera parlamentar, mas também extra-parlamentar, em apoio ao governo. Neste sentido, conversou com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), com entidades do movimento sindical, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) e com a Ação Popular (AP). Ver: *Correio da Manhã*, 21 de janeiro de 1964, p. 6 e *Correio da Manhã*, 28 de fevereiro de 1964, p. 1.

<sup>52</sup> Fundo San Tiago Dantas (Arquivo Nacional. AP 47. Caixa43. Pacotilha 3).

Em 31 de março de 1964, um golpe civil-militar depôs o governo trabalhista de João Goulart, colocando em marcha um processo de cassações e repressão política. Mesmo depois de muita pressão de inimigos políticos, o marechal Castelo Branco decidiu não cassar o mandato parlamentar de Dantas.<sup>53</sup> Gravemente enfermo e marginalizado politicamente, ele continuou sua batalha política até os últimos dias de vida. Cinco dias após sua morte, ocorrida em 6 de setembro de 1964, o *Jornal do Brasil* publicou, o que foi chamado, o testamento político de San Tiago Dantas. Após consultas com líderes partidários de diversos partidos, a exemplo de Afonso Arinos, José Maria Alkimin, Pedro Aleixo, Amaral Peixoto, Bilac Pinto e Renato Archer, Dantas elaborou um documento com a intenção de transformá-lo em uma bandeira de reforma política e partidária. O documento intitulava-se “Nota prévia sobre o reagrupamento das forças políticas brasileiras, em 1964”, e começava com um prognóstico sobre o novo regime: “A presente situação do país pode evoluir no sentido do restabelecimento da legalidade democrática em toda sua amplitude, ou de um reforço da autoridade militar”. Para evitar o segundo desenvolvimento, defendia a união das forças políticas em um “esforço comum de revisão das estruturas partidárias” em uma “aliança das forças políticas em que se integrem não os partidos, mas os homens públicos independentemente do partido a que pertencem, com ou sem desvinculação dos quadros deste.” Para ele, o primeiro objetivo dessa aliança seria:

a defesa de um programa de reformas, dentro de uma conciliação histórica e institucional com o regime democrático representativo. Quer quanto à reforma agrária, que repercuta de maneira direta na estrutura social, quer quanto a reformas, técnicas e administrativas como a bancária, a tributária e a do Serviço Público, quer quanto a reformas de natureza política como a constitucional e a eleitoral<sup>54</sup>.

Mais uma vez, a defesa de um programa de reformas comprometido com as instituições democráticas. Apesar de já bastante doente, San Tiago Dantas não se furtava de pensar a realidade e buscar agir sobre ela. Grande admirador de Proust, não compartilhava, no

---

<sup>53</sup> Afonso Arinos de Mello Franco afirma que Evandro Lins e Silva – sogro de um filho do presidente interino da República, Ranieri Mazzili – narrou-lhe estar presente em uma discussão entre dois militares na qual confessam que o presidente-marechal Castelo Branco só não cassou o mandato parlamentar e suspendeu os direitos políticos de San Tiago Dantas, conforme desejava o general Costa e Silva, para não transformá-lo em um mártir, pois sabiam que seus dias estavam contados. Ver: MOREIRA, NISKIER & REIS, 2007.

<sup>54</sup> *Jornal do Brasil*, 11 de setembro de 1964, p. 3.

entanto, o saudosismo de seus personagens. Ao lermos a biografia de José da Silva Lisboa, o Barão de Cairu, escrita por Dantas em 1962, identificamos elementos que, simultaneamente, descrevem o personagem biografado e o biógrafo:

Visto sob esse ângulo, o Visconde de Cairu torna-se o exemplo, a que poderemos recorrer indefinidamente, do homem que ajusta o seu destino individual ao da sociedade a que pertence, e não só procura, como consegue exprimir, na sua vida intelectual e na sua vida pública, o imperativo vital de sua época, fazendo de si mesmo um instrumento e uma resposta às questões que desafiam seus contemporâneos (DANTAS, 1962b).

“Ideólogo de uma reforma da sociedade”, como descreveu no mesmo livro a figura de Rui Barbosa, San Tiago tornou-se um protagonista de seu tempo. Longe de esgotar completamente o retrato de uma época, sua trajetória política, durante os anos de agitação das esquerdas e das direitas, refletiu os desafios e dificuldades de se propor um discurso mais moderado na época. Buscando acordos, programas comuns, frentes únicas, San Tiago terminou derrotado pelos extremismos. Perseguidor do consenso tornou-se, ironicamente, o homem do dissenso. Seu projeto reformista e democrático foi atacado pelos dois flancos. À direita, acusaram-no de radical, simpatizante do comunismo. À esquerda, de conciliador, aliado dos grupos conservadores. Embora vencido em muitas batalhas na vida – entre as quais ter sido rejeitado para o cargo de primeiro-ministro e para a Academia Brasileira de Letras – sua atuação, como político e intelectual, nos deixou um importante legado.

Em conferência sobre D. Quixote em 1947, chamada *D. Quixote, um apólogo da alma ocidental*, San Tiago afirmou: “A tarefa da inteligência humana é tirar o valor das coisas da obscuridade para a luz”. Mais a frente, citou Quixote como um símbolo que permite elevar “a nossa reflexão até a eficácia da ação histórica não pelo resultado alcançado, mas pela repercussão do exemplo e por essa reversibilidade que recolhe, no tesouro comum, o valor aparentemente perdido das boas ações”. Do Quixote “brota ensinamento contrário ao ideal da eficiência”, que consiste “na simples entrega de si mesmo para operar pelo exemplo e pela germinação”. É “o dom de si mesmo” que “não aniquila aquele que o consuma”, encerrou San Tiago a conferência.<sup>55</sup>

---

<sup>55</sup> DANTAS, 1948. Citado por Celso Lafer em MOREIRA, NISKIER & REIS, op.cit.

A história do Cavaleiro da Triste Figura (expressão usada pelo seu fiel escudeiro Sancho Pança) bem poderia nos dizer um pouco sobre o nosso personagem. Relembrando a magistral obra de Cervantes e a realidade que há na ficção, penso no exemplo de D. Quixote, que, em sua epopéia de fracassos é, todavia, um herói vitorioso por protagonizar a história que lemos.

**Arquivo Nacional / Fundo San Tiago Dantas**



San Tiago Dantas discursa em reunião política



San Tiago em evento ao lado de Tancredo Neves



SAN TIAGO DANTAS



LEIA NO VERSO ALGUNS DADOS BIOGRAFICOS ORGANIZADOS PELO COMITÊ PRO-CANDIDATURA SAN TIAGO DANTAS A DEPUTAÇÃO FEDERAL.

Comité Pró-Candidatura

SAN TIAGO DANTAS

E n d e r e ç o s

**RIO DE JANEIRO**

Rua Araujo Pôrto Alegre, 56, sala 39

**BELO HORIZONTE**

Hotel Finacial - Apto. 2010  
Av. Afonso Pena

**POÇOS DE CALDAS**

Rua Minas Gerais, 666 - Sobrado

Propaganda eleitoral da campanha para deputado federal em 1958

**P T B**



**PARA PREFEITO  
MUNICIPAL**

**PARA DEPUTADO  
FEDERAL**

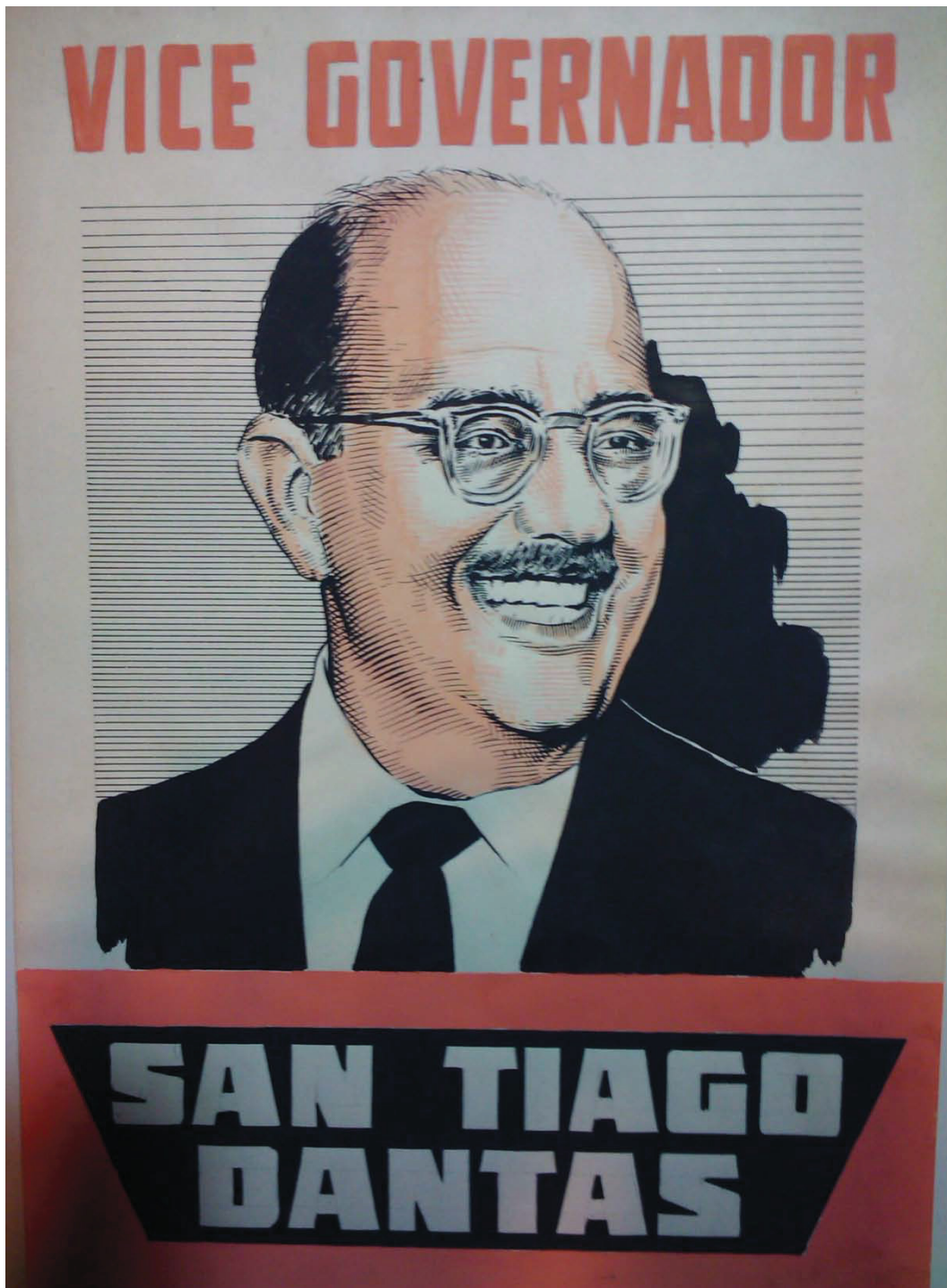
**JOAQUIM VIANNA JARDIM**

**SAN TIAGO DANTAS**

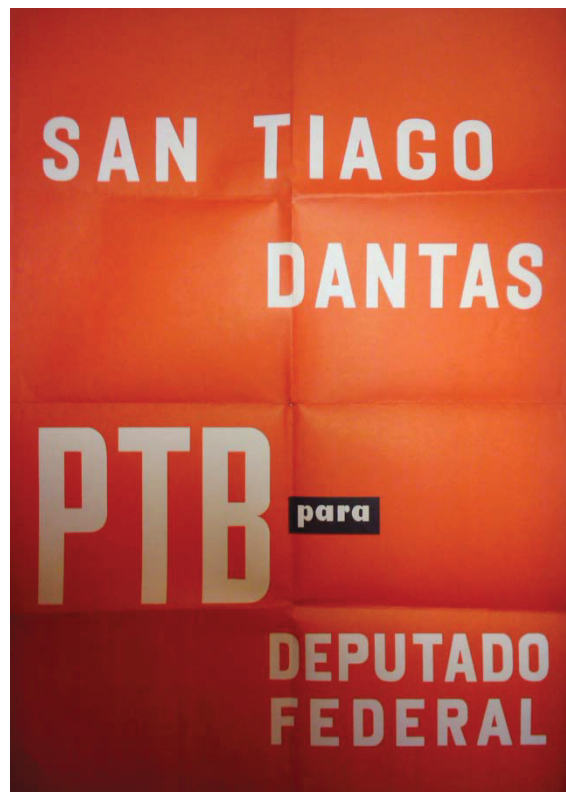
**UNIDOS**

**PELO PROGRESSO DE CORONEL MURTA**

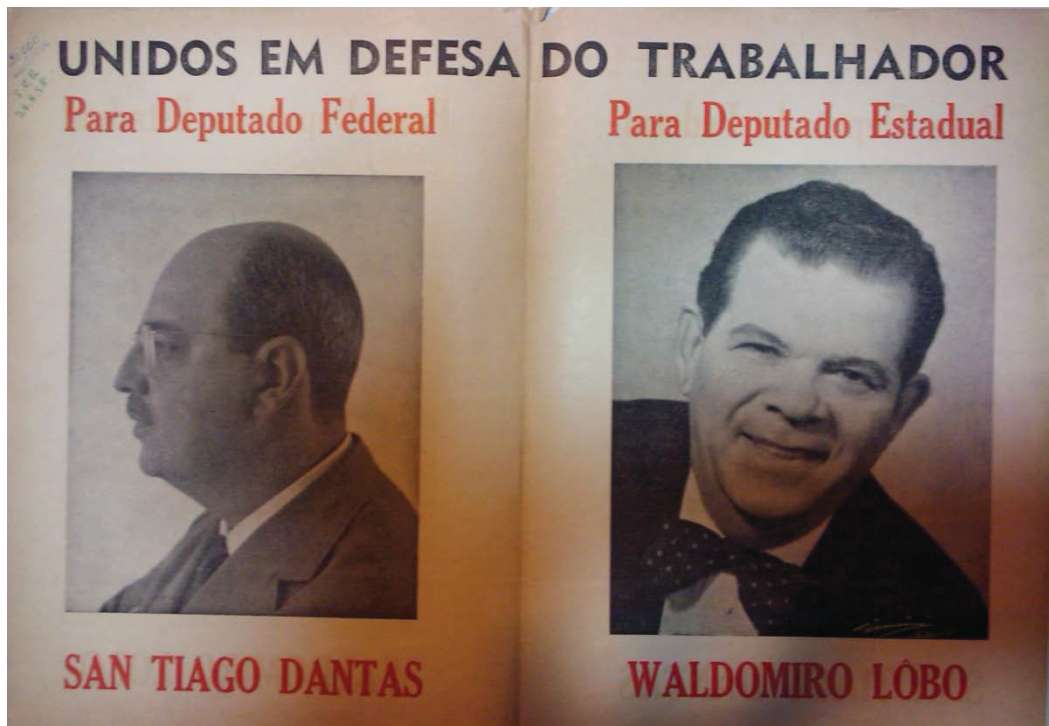
Propaganda eleitoral



Campanha para vice-governador de Minas Gerais na chapa de Tancredo Neves



Panfletos eleitorais



Campanha eleitoral de 1958



Campanha para vice-governador de Minas Gerais na chapa de Tancredo Neves

## CAPÍTULO 2 – O TRABALHISMO DE SAN TIAGO DANTAS

Na verdade, entretanto, se desejarmos evitar que os países subdesenvolvidos de hoje apelem para o regime ditatorial, para uma ditadura de classe, como base para promover o desenvolvimento econômico, o essencial é adotarmos uma política de melhor distribuição social da riqueza, distanciando menos as classes dentro da sociedade, melhorando o nível de satisfação das camadas populares, fazendo com que a riqueza se distribua de maneira mais equitativa, porque a grande fragilidade do regime democrático reside na desigualdade econômica, não apenas considerável, mas crescente que se conserva no seu seio e que ele ainda não encontrou os meios seguros de eliminar rapidamente. Eis por que a política trabalhista, visando conciliar a melhor repartição social da riqueza, com a preservação das franquias democráticas, tem especial caráter construtivo, em face das opções que se abrem ao mundo de hoje.<sup>56</sup>

Esse é um pequeno trecho do discurso de estréia de San Tiago Dantas no Congresso Nacional. Em seus dois primeiros pronunciamentos na Câmara dos Deputados, na sessão de 30 de março e 1 de abril de 1959, San Tiago Dantas, apesar de iniciante na vida parlamentar, já desfrutava da condição de um dos principais líderes do PTB, falando em nome do partido, ao fazer a defesa das reformas de base. A tribuna do Congresso passava a ser mais um espaço para a atuação do intelectual petebista e a difusão de sua proposta trabalhista. Na sua concepção, defendia um movimento de renovação da sociedade brasileira, através de um amplo processo de reformas, aliando a necessidade do desenvolvimento econômico às reformas sociais, respeitando as instituições democráticas.

Para se entender a produção político-ideológica de San Tiago Dantas sobre o trabalhismo, há que se tomar como ponto de partida sua sólida formação na área jurídica. Advogado e professor de direito civil por muitos anos, Dantas não defendia mais, durante as décadas de 1950 e 1960, os projetos de mudanças extremadas do tempo

---

<sup>56</sup> Discurso de San Tiago Dantas na Câmara dos Deputados, realizado na sessão de 30 de março de 1959. O pronunciamento, feito em nome do PTB, tinha como objetivo propor as reformas de base. Discursos Parlamentares. San Tiago Dantas. Câmara dos Deputados, 1983.

em que militava na Ação Integralista, nos anos 1930. O trabalhismo democrático propunha que a renovação da sociedade se daria por sucessivas reformas sociais e econômicas, conservando as instituições políticas. Com relação aos anos de militância na Ação Integralista, mudaram: contexto e autor. Em exemplar no jornal *A Razão* escreveu: “se a questão social perdurar, acesa ou dormida, no ambiente político que se vai constituir, pode-se já prever que outra revolução se irá formando na consciência das massas brasileiras”<sup>57</sup>. Assim, nenhum tipo de construção política que se queira duradoura podia prescindir de reformas que buscavam eliminar as desigualdades sociais. Em suas palavras: “... toda serenidade e toda união serão artificiais, aparentes, enquanto perdurar um regime de desequilíbrio social como este que vivemos”<sup>58</sup>. Mas, durante os conturbados anos 1930, período de radicalização política e ideológica, agora no jornal *A Offensiva*, órgão oficial da AIB, escreveu: “No mundo, não há mais lugar para liberais (...). O dilema é fatal – ou o integralismo ou o comunismo”.<sup>59</sup>

A preocupação principal e o diagnóstico da realidade social são os mesmos da época integralista. Mas, as soluções adotadas, bem como a participação dos atores sociais e do Estado no processo são bastante diferentes. A luta pelas reformas sociais é o fio condutor que percorre a trajetória e o pensamento político de San Tiago, desde o integralismo até o trabalhismo. Todavia, abandonava-se a posição autoritária e o discurso extremado, alinhando-se com posições mais moderadas e democráticas.

Assim, como jurista e político, a doutrina trabalhista de San Tiago Dantas situava a *política* e o *direito* como pilares do projeto de reforma da sociedade. A primeira era vista como instrumento de contínua transformação social, enquanto o papel do segundo estava em sedimentar os avanços conquistados, sem se deixar levar por soluções extremadas e pouco comprometidas com a ordem democrática.

---

<sup>57</sup> *A Razão*, 21-7-1931. Citado no prefácio de Marcílio Marques Moreira op.cit.

<sup>58</sup> *Idem*.

<sup>59</sup> *A Offensiva*, 14-02-1935. *Idem*.



## A autêntica revolução brasileira

Professor de Direito Civil, nas suas palavras, “o campo das aquisições lentas, das transformações aluvionais”<sup>60</sup>, construiu seu trabalhismo como um projeto de reforma social, buscando combinar a estabilidade com as mudanças, ao “ligar o novo ao antigo”<sup>61</sup>, em uma tentativa de promover soluções graduais, progressivas, para os problemas que afligiam o país. Sua filosofia política era marcada pela busca do consenso, refutando soluções intransigentes. Na sua visão, as posições extremistas “conduzem ao verbalismo ideológico, afastando-se de soluções históricas capazes de representar resultados progressistas.”<sup>62</sup> Eram, por isso, “atitudes ideológicas, de sentido pseudo-revolucionário”, que “retardam, em vez de acelerar a superação de contradições”<sup>63</sup>. Para San Tiago Dantas, as transformações políticas, econômicas e sociais necessárias para o país, só seriam possíveis com a “união dos que trabalham e dos que dirigem a produção, com a participação consciente dos intelectuais, dos responsáveis pela direção da empresa pública e dos militares”.<sup>64</sup> Ou seja, um grande movimento de união nacional em torno de um projeto de emancipação e desenvolvimento. Afirmava que “nenhuma reforma poderá ser implantada hoje em nosso país se não conseguirmos obter, de nós mesmos, um nível mínimo de confiança na viabilidade de um projeto brasileiro”<sup>65</sup>. “Uma autêntica revolução brasileira”, sem lugar para extremismos, para a qual seria necessário “um mínimo de confiança entre as classes”<sup>66</sup>, na realização de um processo de sucessivas reformas conjunturais e estruturais, respeitando as instituições legais e democráticas.

A interpretação do trabalhismo realizada por San Tiago baseava-se, portanto, na tríade *Democracia – Paz – Reformas*, entendendo que a manutenção da estabilidade das instituições democráticas passava pela preservação da paz e pela eliminação das desigualdades:

---

<sup>60</sup> *A Época*. Idem.

<sup>61</sup> Idem.

<sup>62</sup> Discurso de San Tiago Dantas, em 25 de outubro de 1963, no Hotel Glória, durante o jantar em que foi homenageado pelo título “Homem de Visão 1963”, prêmio concedido pela revista “Visão”. No Arquivo Nacional, há inúmeros recortes de jornais brasileiros e estrangeiros que relatam o jantar e o discurso feito por San Tiago. Além disso, há também fotos do banquete de homenagem à Dantas. Fundo San Tiago Dantas. (Arquivo Nacional. AP 47. Caixa 46. Pacotilha 1).

<sup>63</sup> Idem.

<sup>64</sup> Idem.

<sup>65</sup> Idem.

<sup>66</sup> Idem.

Se quisermos salvar, no mundo de hoje, as instituições democráticas, em primeiro lugar, devemos preservar a paz; mas, em segundo lugar, e de modo igualmente imperativo, o que devemos é obter, no plano internacional e no plano interno, a abolição, tão pronta, quanto possível, das tremendas desigualdades econômicas que ainda se abatem sobre os povos e que, se tiverem de perdurar nas condições em que hoje se apresentam, não tornaram apenas difícil, mas impossível, a subsistência das características do regime democrático no mundo moderno. Salvar a democracia é eliminar desigualdades.<sup>67</sup>

## Influência do trabalhismo inglês

Importante destacar a influência do trabalhismo inglês, principalmente de Harold Laski, um de seus principais ideólogos, na orientação política e na conformação doutrinária do trabalhismo de San Tiago Dantas. Embora sem concordar com o princípio socialista adotado pelos ingleses<sup>68</sup>, sua reflexão aproximava-se do modo inglês de fazer política, preferindo reformas às revoluções, conciliando tradição e mudança. A preocupação com os elementos de continuidade, com o respeito à dominação legal-racional, para adotar a tipologia weberiana, percorria suas análises:

A consciência coletiva, ao aceitar o Poder, reconhece nele um valor ético, jurídico, que se traduz no conceito de legitimidade. Portanto, um estudo dos tipos do Poder Estatal, em última análise, é um estudo sobre os estudos da sua aceitação ou sobre os seus tipos de legitimidade.<sup>69</sup>

Vale dizer que o Partido Trabalhista Brasileiro, apesar de suas especificidades, estava inserido em um grande movimento internacional de luta na esfera da legislação social e trabalhista, o que aproximava o trabalhismo brasileiro do Partido Trabalhista Inglês. A

---

<sup>67</sup> San Tiago Dantas, “Formulação da Política Externa Independente”. Discurso no parlamento, durante a sessão de 24 de agosto de 1961, renunciando ao mandato de deputado federal para aceitar a designação para Delegado Permanente do Brasil na ONU. Op.cit.

<sup>68</sup> O Partido Trabalhista Inglês incluiu em seu programa o princípio da posse coletiva dos meios de produção – a chamada Cláusula IV – no ano de 1918. Para o cumprimento do programa, defendem a intervenção direta do Estado na economia, a começar pelo sistema financeiro. Prefácio de Lúcio Alcântara à edição brasileira de *Bases e Fundamentos do Trabalhismo*, 1998.

<sup>69</sup> MOREIRA, 1983.

escolha de San Tiago pelo PTB, no momento de seu retorno às atividades político-partidárias, se deu por influência dos sucessos eleitorais do partido inglês. Acreditando poder reproduzir, com suas peculiaridades, o exemplo europeu, ingressou no PTB na condição de formulador doutrinário do trabalhismo. Sua filosofia política possuía, dessa forma, muitos traços do trabalhismo inglês.

Diferentemente dos demais partidos trabalhistas e socialistas europeus, o Partido Trabalhista Inglês, desde a sua formação, investiu na estratégia reformista, rejeitando as opções de mudanças bruscas. Em *Bases e Fundamentos do Trabalhismo*, livro considerado um clássico da história do socialismo europeu, Clement Attlee<sup>70</sup> apresentou os fundamentos histórico-culturais do programa do Partido Trabalhista Inglês. Manifestando-se a favor do socialismo, tinha como referências político-ideológicas principais Bernard Shaw e Stuart Mill, em vez de Karl Marx, principal teórico socialista a influenciar os movimentos no continente europeu. Rejeitava-se, assim, o socialismo revolucionário do marxismo, preferindo o chamado socialismo evolucionista, comprometendo-se a atuar em respeito à constituição e aos governos democraticamente eleitos, na busca por uma sociedade mais equitativa na distribuição da riqueza. Defendendo alterações substanciais no âmbito econômico-social, o trabalhismo inglês repudiava mudanças abruptas na política. A ação constitucional era a arena privilegiada para fazer política, recusando-se as vias revolucionárias e o emprego da violência.

A defesa, desse modo, de uma combinação do novo com o velho, do futuro com o passado, de um traço de continuidade que permeia um gradual e sucessivo processo de reformas, era outra característica importante que aproximava o trabalhismo inglês e o trabalhismo de San Tiago. A influência da filosofia política burkeana<sup>71</sup> era marcante nas

---

<sup>70</sup> Clement Attlee foi um dos primeiros e mais destacados membros do Partido Trabalhista Inglês. Participou do primeiro governo trabalhista formado na Inglaterra, em 1924, respondendo por uma das subsecretarias. Em 1935, foi eleito líder do partido, tendo papel decisivo, ao integrar a coalizão dirigida por Winston Churchill, para derrubar o primeiro-ministro Neville Chamberlain, em 1940. Depois da Segunda Guerra Mundial, cinco anos depois, o Partido Trabalhista venceu as eleições, formando, pela primeira vez na Inglaterra, um governo trabalhista com maioria suficiente para introduzir as reformas preconizadas em seu programa. Nesse momento, sob a liderança de Attlee, os trabalhistas dão início a um grande processo de reformas, estatizando indústrias, ferrovias e bancos. Em 1951, derrotado pelos conservadores, Attlee deixa o poder. Em 1955, foi nomeado para a Câmara dos Lordes, vindo a falecer em 1967, com 76 anos de idade. Clement Attlee é considerado uma figura-chave na história de seu país, foi no seu governo que aconteceu a independência da Índia, a formação da *Commonwealth* e a criação de um Estado de Bem-Estar Social. O seu livro, *Bases e Fundamentos do Trabalhismo*, é de 1949, ano em que governava a Inglaterra. Lúcio Alcântara, op.cit.

<sup>71</sup> Edmund Burke, pensador e político inglês do século XVIII, nasceu na cidade de Dublin, na Irlanda, em 1729. Diferentemente das análises que, de forma reducionista associam Burke à defesa reacionária do Antigo Regime, acredito, influenciado pela leitura de Burke feita por Fernando Lattman-Weltman, que o

afirmações de Clement Atlee, quando dizia, por exemplo, que “a nota dominante da história deste país [Inglaterra] é a sua continuidade. Entre nós, constitui hábito nacional procurar no passado os precedentes de todo passo que damos para a frente”. Da mesma forma, San Tiago Dantas, no discurso para a revista “Visão”, demonstrava a preocupação em defender um processo de renovação social que combine mudanças e estabilidade, promovendo um conjunto de reformas que, aperfeiçoando o regime democrático, não coloque em risco, no entanto, as estruturas legais já consolidadas. Manifestando-se a favor das reformas de base, declarou:

a certeza de que a sobrevivência da democracia e da liberdade, no mundo moderno, depende de nossa capacidade de estendermos a todo o povo, e não de forma potencial, mas efetiva, os benefícios, hoje reservados a uma classe dominante, dessa liberdade e da própria civilização.<sup>72</sup>

A democracia e a reforma social, para ele, faziam parte de uma correlação inevitável, e, por isso, não concordava

(...) com os que pretendem que a democracia possa se salvar como fórmula política, apenas mediante o apego a certos ideais jurídicos, que deram expressão adequada, em outras épocas, a formas então válidas de supremacia social. Também não é certo, como muitos ainda querem crer, que o futuro da democracia dependa apenas do desenvolvimento econômico, e que o seu fortalecimento possa medir-se no crescimento da renda nacional ou do seu índice per capita. (...) [Assim] se nem a fidelidade aos princípios jurídicos, nem o crescimento da riqueza, bastam para preservar a democracia e adaptá-la ao mundo moderno, é indispensável reconhecermos a necessidade de aditar a esses dois fatores um terceiro: a reforma social. E é sobre as características, o alcance e os meios de processamento dessa reforma, que o pensamento democrático, no Brasil e fora dele, não raro se torna evasivo.<sup>73</sup>

Mais adiante no discurso, o intelectual trabalhista diagnosticava que

---

pensamento burkeano pode ter uma contribuição relevante não só para as correntes políticas ditas mais conservadoras, mas também para os liberais, socialistas, social-democratas etc. Para ver mais: LATTMAN-WELTMAN, 2008; WEFFORT, 1990.

<sup>72</sup> Fundo San Tiago Dantas. (Arquivo Nacional. AP 47. Caixa 46. Pacotilha 1).

<sup>73</sup> Idem.

Se o pensamento democrático não for capaz de formular em termos válidos e inteligíveis o seu esquema de reforma social, esta abrirá seu caminho antidemocraticamente, porque no quadro das tensões internas da sociedade atual, as forças que aspiram a uma participação mais ampla nos benefícios da vida comum são superiores em intensidade às que procuram deixar em segundo plano essa ampliação, para se limitarem à defesa das chamadas garantias democráticas.<sup>74</sup>

Procurando fugir aos extremismos, muito em voga na época, defendia que os “interesses reais da Nação, não se chocam, pelo contrário, se harmonizam” no sentido de “promover grandes reformas capazes de viabilizar a democracia brasileira”.<sup>75</sup> Citando o trabalhismo inglês como um exemplo a ser seguido, propunha uma modernização tecnológica, cultural e espiritual, por meio da modernização da educação e da cultura brasileira, tarefa que cabia às elites que deveriam “se modernizarem e modernizarem o país”<sup>76</sup>, mas também ao povo, em uma empreitada conjunta para o que entendia ser a “autêntica revolução brasileira”.

Desse modo, o trabalhismo de San Tiago Dantas buscava um ponto de equilíbrio entre duas posturas consideradas extremadas: a renúncia à ação e a disposição apressada diante das reformas. A dimensão burkeana da análise do processo político-social é bastante relevante para atentar para o caráter gradualista, experimental e moroso da atividade continuada de aperfeiçoamento da construção institucional, que envolve, nas palavras de Fábio Wanderley Reis, “certa ‘tradicionalização’ e ‘sacralização’ cívica dos mecanismos e procedimentos criados, como condição de que possam vir a garantir o compromisso estável (necessário para a observância do requisito de adaptabilidade institucional) entre forças e interesses diversos.”<sup>77</sup> Essa disposição gradual não abdica, no entanto, da construção institucional consciente, tentando unir “o empenho de reflexividade e a ação lúcida” no encaminhamento de soluções para os problemas do país.

---

<sup>74</sup> Idem.

<sup>75</sup> Idem.

<sup>76</sup> Idem.

<sup>77</sup> REIS, 2003.

Esse debate, através da tensão eficiência-democracia, também está demonstrado no trabalhismo inglês. A dificuldade de compatibilizar democracia e eficiência foi colocada sob os seguintes termos por Clement Attlee:

Sustento, portanto, que, apesar das inevitáveis desvantagens da lentidão de ação que envolve a aplicação dos métodos democráticos, é necessário tomar providências, em todas as etapas da organização do Estado socialista, para a participação efetiva dos cidadãos nas atividades do país, (...) A democracia envolve certa perda de eficiência imediata, mas, afinal de contas, contribui para o aumento dessa mesma eficiência.<sup>78</sup>

Apesar dos traços que aproximam política e ideologicamente, o trabalhismo de San Tiago Dantas e o trabalhismo inglês, existem destacadas diferenças entre as duas propostas doutrinárias. Para os ingleses, a questão da terra seria resolvida com a coletivização, eliminando a propriedade privada da terra e dando aos proprietários uma indenização. Colocavam-se, assim, contra qualquer forma de confisco. As grandes indústrias também seriam de propriedade comum e geridas pela coletividade. Além disso, consideravam essencial que a indústria carbonífera se mantivesse estatizada, o Estado continuasse controlando os combustíveis, e os serviços de transporte, como as estradas de ferro e o transporte aéreo, sejam nacionalizados. Há, portanto, uma visão do Estado como principal agente planejador e condutor do desenvolvimento econômico, tendo papel destacado em importantes setores da economia nacional. O caráter socialista do programa não visava, no entanto, alterações substanciais no sistema de governo.<sup>79</sup>

Com relação a esses pontos, a matriz do trabalhismo do intelectual brasileiro aproximava-se do pensamento político de Alberto Pasqualini,<sup>80</sup> de quem se colocava, também como forma de se legitimar dentro do partido, como um continuador.

---

<sup>78</sup> ATTLEE, 1998.

<sup>79</sup> Idem.

<sup>80</sup> Alberto Pasqualini é considerado um dos mais destacados líderes e ideólogos trabalhistas. Nascido no Rio Grande do Sul, em 1901, foi um dos fundadores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), participando ativamente da elaboração do programa do partido. Concorreu, sem sucesso, ao governo do Rio Grande do Sul, nas eleições de 1947. Em 1950, foi eleito senador, tendo atuação destacada na discussão do projeto de criação da Petrobras. Quatro anos depois, concorreu novamente ao governo do Rio Grande do Sul, sendo derrotado por Ildo Meneghetti. Vítima de derrame cerebral em 1956, falece, no Rio de Janeiro em 1960. As referências factuais da biografia de Pasqualini foram pesquisadas no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Pós-1930. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, versão CD-ROM.

## A influência de Alberto Pasqualini

A chegada de San Tiago, em 1955, ao PTB ocorreu, como vimos, em um momento crucial para o partido. Com o falecimento de Lucio Bittencourt, no mesmo ano, e o afastamento de Pasqualini, por motivo de doença, um ano depois, Dantas, na condição de reconhecido intelectual, ingressa com o objetivo de preencher o vácuo deixado pela ausência dos principais teóricos trabalhistas. Filiado ao grupo janguista, declara sua disposição de levar adiante as ideias delineadas por Pasqualini. No lançamento de sua candidatura a vice-governadoria de Minas Gerais, na chapa encabeçada por Tancredo Neves, San Tiago afirmava ser “o continuador de Pasqualini”, postulando, como Pasqualini gostava de dizer, representar “o pensamento mais moderado do trabalhismo”.<sup>81</sup>

Alberto Pasqualini foi o responsável, segundo Lucia de Almeida Neves Delgado, por “deixar uma marca inexorável no PTB, especialmente no que concerne à organização do trabalhismo, não exclusivamente sob a forma partidária, mas primordialmente sob a forma de doutrina social.” Em entrevista para o *Diário de Notícias*, em junho de 1948, sobre a formação do PTB e os problemas enfrentados pelo partido em seus primeiros anos, sustentou que “só há uma crise no PTB: a ausência de trabalhismo”.<sup>82</sup> Alegando que o partido carecia de conteúdo ideológico e de objetivos programáticos, afirmou que

é necessário que o ‘trabalhismo’ não seja apenas uma palavra, um rótulo para fins eleitorais, mas que lhe corresponda uma substância ideológica, isto é, um sistema de soluções que tenha sua origem em uma determinada concepção social. A verdade é que até agora tem havido a utilização do termo sem grande preocupação pelo seu conteúdo. Esse é um dos erros de nosso trabalhismo.<sup>83</sup>

Neste sentido, o intelectual gaúcho procurava fornecer uma “substância ideológica” ao trabalhismo, defendendo que o problema dos partidos nacionais estava na sua disposição meramente para fins eleitorais.<sup>84</sup> Em um discurso, durante comício do PTB

---

<sup>81</sup> Fundo San Tiago Dantas (Arquivo Nacional. AP 47. Caixa 43. Pacotilha 2).

<sup>82</sup> Entrevista ao *Diário de Notícias*, em 13 de junho de 1948, em SIMON, 2001.

<sup>83</sup> Idem.

<sup>84</sup> Idem.

em homenagem a Getúlio Vargas, em abril de 1949, declarou que “um partido deve ser um ideário, uma convicção que se transforma em ação, ação doutrinária, ação política, ação administrativa”.<sup>85</sup> A proposta doutrinária de Pasqualini era marcada pela influência de diversas correntes de pensamento, destacando-se o socialismo reformista, o trabalhismo inglês de Harold Laski, alguns elementos da teoria econômica de Keynes, com relação à distribuição de renda e consumo para fomentar o capitalismo, e a doutrina social da Igreja.

Em primeiro lugar, influenciado pelo trabalhismo inglês, posicionava seu trabalhismo como “um ‘socialismo’ moderado”. No entanto, distanciava-se do cunho estatista, valorizado pelos ingleses. Para ele, “o que o PTB pretende ‘socializar’ é, portanto, a exploração das fontes naturais de riquezas, exceto, naturalmente, a terra. Isso, porém, quando o Estado dispuser de recursos técnicos, financeiros e humanos.”<sup>86</sup> “Não se trata de ‘socializar’, isto é, de suprimir a propriedade e a exploração privada da terra, mas apenas de alterar as condições em que essa propriedade é exercida, tendo em vista um interesse social.”<sup>87</sup> Aqui, Pasqualini, apesar de limitar a iniciativa privada a uma ideia de utilidade social, não pretendia como os ingleses a realização de um amplo processo de socialização e estatização da economia. De acordo com Lucília Neves Delgado, sua filosofia política, muito marcada pela Doutrina Social da Igreja,<sup>88</sup> visava à condenação do “capitalismo individualista” e à busca de maior justiça e igualdade social. Lutava, assim, inspirado na Encíclica *Rerum Novarum* do papa Leão XIII, “pela reforma do capitalismo, não só para torná-lo menos individualista e mais justo, mas também para que pudesse se constituir como antípoda eficaz ao comunismo.”<sup>89</sup>

Assim, a segunda e principal influência sobre o trabalhismo de Pasqualini foi a doutrina social cristã. Nas suas palavras, não “poderia haver nenhum antagonismo entre as diretrizes do trabalhismo brasileiro e a doutrina social cristã”.<sup>90</sup> Para ele, o conceito de socialismo como advogado pelo trabalhismo inglês não se encaixava na realidade nacional:

---

<sup>85</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20 de abril de 1949, disponível em op.cit.

<sup>86</sup> Entrevista sobre “Trabalhismo, capitalismo e socialismo”, *Diário de Notícias*, 10 de dezembro, disponível em op.cit.

<sup>87</sup> Idem.

<sup>88</sup> Alberto Pasqualini, por suas origens sociais e familiares, foi fortemente influenciado, em sua formação, pela educação católica. Para mais, ver texto de Luiz Alberto Grijó em FERREIRA, 2007.

<sup>89</sup> DELGADO, 2001.

<sup>90</sup> “Trabalhismo e socialismo”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 5 de junho de 1949, disponível em SIMON, op.cit.



Ao justificar um esboço de orientação trabalhista, atendendo à circunstância de que pensam alguns que o Partido Trabalhista Brasileiro deveria ser um partido socialista do tipo inglês, observei que o objetivo básico do PTB, no momento atual de nossa evolução econômica e social, não poderia ainda ser o socialismo, isto é, a propriedade e a exploração coletiva dos meios de produção e que cumpriria manter, em seus delineamentos gerais, a estrutura do regime capitalista.<sup>91</sup>

Contudo, observava que se não é o socialismo o regime buscado, ressaltando a importância da iniciativa privada para o desenvolvimento econômico, tampouco era aceitável o capitalismo orientado apenas para o lucro, desprovido de utilidade social:

Mas, se o socialismo, no sentido indicado, é ainda irrealizável entre nós, se é conveniente que se mantenha em seus delineamentos gerais a estrutura do regime capitalista, isso não significa que seja qualquer tipo de capitalismo que um partido de índole trabalhista possa admitir e defender. Em primeiro lugar, o Partido Trabalhista não poderia solidarizar-se com um capitalismo de caráter individualista e parasitário; em segundo lugar, há certas atividades e empreendimentos, certas riquezas e certas formas de poder econômico que devem ser socializadas.<sup>92</sup>

Foi, dessa forma, a partir do pensamento político de Pasqualini que San Tiago Dantas construiu sua teoria trabalhista. As proposições do intelectual gaúcho, que já haviam influenciado uma ala expressiva do partido, foram, em grande parte, como veremos, compartilhadas e aprofundadas por San Tiago Dantas.<sup>93</sup> O desenvolvimento de temas referentes à relevância da iniciativa privada, à nacionalização das riquezas do subsolo e das fontes de energia, à reforma agrária, à manutenção e aperfeiçoamento da legislação trabalhista, entre outros, são essenciais para a compreensão da proposta doutrinária desenvolvida por Dantas. Todavia, a principal característica a significar sua teoria

---

<sup>91</sup> Idem.

<sup>92</sup> Idem.

<sup>93</sup> Apesar de sua formação católica, a doutrina social cristã não teve influência significativa sobre San Tiago Dantas. Interessante notar que no trabalhismo inglês o componente religioso é bastante relevante, em comparação com os movimentos socialistas contemporâneos. Nas palavras de Clement Attlee:” [Na Grã-Bretanha] Há provavelmente mais textos da Bíblia citados em discursos socialistas do que nos de todos os outros partidos (...) Em nenhum outro país converteram-se os cristãos ao socialismo como na Grã-Bretanha.” Ver: ATTLEE, 1998.

trabalhista foi introduzida pelo próprio San Tiago, ao destacar a importância da estabilidade das instituições democráticas para a realização de qualquer projeto de renovação social.

## Democracia X Totalitarismo

Na visão de San Tiago Dantas, a política brasileira, durante as décadas de 1950 e 1960, situava-se imersa entre duas tendências antagônicas. De um lado, a tendência democrática que valorizava os direitos individuais contra o poder do Estado. Nela encontravam-se grupos de orientações diversas. Para Dantas, havia um grupo mais coerente e destacado, os *nacionalistas democráticos*, termo criado por ele para diferenciá-los do que chamava de *nacionalistas totalitários*. Havia também os classificados por San Tiago como *democrático-liberais*, que seriam menos sensíveis aos dilemas de nosso tempo. A outra tendência era a totalitária também heterogênea. Faziam parte não somente os comunistas, mas elementos à esquerda não necessariamente identificados com o comunismo e “elementos sinceramente democráticos, que julgam possível conciliar o regime democrático, com o capitalismo de Estado, isto é, a onipotência econômica da burocracia estatal.”<sup>94</sup>

A preocupação com a legalidade e com a estabilidade das instituições democráticas diferenciava as duas tendências. Para Dantas, essa divisão, no entanto, não se refletiria nas disputas do quadro político-partidário. A política brasileira estaria marcada pela superficialidade, não havendo, assim, diferenciação significativa entre as forças políticas e partidárias com base nesta dicotomia. No entanto, o país, para ele, a partir do desenvolvimento econômico e social dos últimos anos, estaria experimentando uma evolução política que mudaria a disposição de forças no contexto das disputas partidárias. A superficialidade e os choques pessoais ficariam para trás, ocorrendo um processo de aprofundamento das tensões políticas, que giraria em torno da maior propensão à democracia ou ao totalitarismo. Dessas disputas resultaria o caminho escolhido pela evolução social brasileira, daí a relevância dada por San Tiago para esse debate.

---

<sup>94</sup> *Jornal do Commercio*, “Seção Várias”, 6 de junho de 1957, p. 4.

Em discurso no Congresso Nacional, um dos seus palcos privilegiados para difundir seu trabalhismo, San Tiago sustentou a tese da “vocação democrática” do Brasil, que explicaria a opção pela defesa das liberdades democráticas não são em solo nacional, mas também como instrumento de a o na política externa:

Nem os totalitarismos da direita, com seu primarismo feroz e com sua força e violência postas a serviço de interesses particulares, nem o totalitarismo da esquerda, procurando implantar, numa democracia, métodos de a o direta, ou popular, que d o ensejo a ditaduras aparentemente temporárias, mas, na verdade, de dura o indefinida, nenhum dos dois logrará mais vencer, na pujante comunidade política que formamos, esta voca o democrática...<sup>95</sup>

Dantas defendia o que chamava de *nacionalismo democrático*, entendido, por ele, como uma ideologia específica dos países subdesenvolvidos que se lançam em busca do desenvolvimento econômico, na qual o processo seria orientado pelo Estado, visando o melhor para o interesse nacional. Isso não significava, todavia, planejamento único, pois a iniciativa privada tinha papel reconhecido na organiza o econômica e social.

## O “nacionalismo democrático” de San Tiago Dantas

San Tiago Dantas entendia que o nacionalismo, compreendido a partir do contexto das sociedades subdesenvolvidas do pós- II Guerra Mundial, era uma característica comum da mentalidade política e fundamento de reivindica es legítimas desses povos:

---

<sup>95</sup> “Formula o da Política Externa Independente”. Discurso de San Tiago Dantas renunciando ao mandato de deputado federal para aceitar a designa o para delegado permanente do Brasil na ONU. Sessão de 24 de agosto de 1961. Disponível em Perfis Parlamentares – San Tiago Dantas da Câmara dos Deputados.

uma reação natural contra a subordinação dos seus próprios interesses e das aspirações de suas populações a interesses de maior escala dos povos que lideram a economia mundial, ou das grandes companhias internacionais em que esses interesses se corporificam.<sup>96</sup>

O seu trabalhismo pautava-se, portanto, pela defesa de uma postura nacionalista, percebida como uma defesa do país e da preservação de sua liberdade e independência para resolver seus próprios problemas. Em suas palavras, “uma política de defesa da soberania em assuntos econômicos seria inseparável de toda verdadeira ação construtiva com que o governo pretenda corrigir os males do subdesenvolvimento.”<sup>97</sup> Dessa forma, pretendia explicar o nacionalismo econômico brasileiro, e latino-americano, como uma filosofia de governo, amparada por argumentos racionais e confrontada com a realidade. Alegava que nos EUA, por desconhecimento da realidade continental, boa parte da imprensa e dos círculos oficiais, tratavam o nacionalismo como uma extravagância ideológica, associando-o, muitas vezes, às ideias comunistas. Mas, segundo San Tiago, o nacionalismo deveria ser concebido como uma política de governo, calcada em critérios racionais a partir de uma ideologia de defesa e autonomia do país diante dos assuntos externos. A solução dos problemas nacionais não poderia, assim, ser submetida ao “equacionamento com outros problemas de maior escala, o que às vezes conduz à sua protelação no tempo ou à sua deformação intencional.”<sup>98</sup>

Justificando a nacionalização da exploração do petróleo e dos minerais estratégicos, San Tiago criticava a visão norte-americana, de mentalidade imperialista, chamando a atenção para uma nova mentalidade que surgia nos EUA, que, mais afinada com as aspirações e anseios dos povos do continente americano, entendia a cooperação internacional de forma diferente da concepção imperialista. Citava como exemplo dessa nova percepção de mundo, que, embora ainda não dominante, ganhava cada vez mais força nos EUA, o Plano Marshall. De acordo com o intelectual petebista, essa nova mentalidade a respeito da cooperação internacional:

não se apresenta como altruísmo, mas como um novo realismo político, pois não lhe escapa que a sobrevivência dos EUA e do estilo democrático de vida não é possível num mundo onde coexistam níveis exageradamente diversos de bem-estar social e riqueza. O

---

<sup>96</sup> *Jornal do Commercio*, “Seção Várias”, 31 de maio de 1957, p. 4.

<sup>97</sup> *Jornal do Commercio*, “Seção Várias”, 1 de junho de 1957, p. 4.

<sup>98</sup> *Jornal do Commercio*, “Seção Várias”, 31 de maio de 1957, p. 4.

enriquecimento geral, o desenvolvimento econômico das regiões ainda não desenvolvidas, surge assim como uma norma de sobrevivência do mundo democrático, o que contradiz a antiga política de exploração das vantagens do subdesenvolvimento em benefício dos povos industrializados.<sup>99</sup>

A questão a respeito do nacionalismo democrático não deveria ser confundida, como ocorria com frequência nas análises da diplomacia americana, com o chamado, por Dantas, de “pseudo-nacionalismo”. Diferentemente do primeiro, que considerava o “autêntico” nacionalismo, identificado com uma política de cooperação internacional e valorização das instituições democráticas, o “pseudo-nacionalismo”, propagado pelos comunistas, rejeitava a cooperação internacional, defendendo a implantação de um regime socialista, etapa preliminar de um regime totalitário. Era definido como um “pseudo-nacionalismo”, pois ia de encontro à política de defesa da Nação ao “abrir o caminho para um regime totalitário com o sacrifício dos interesses nacionais”.<sup>100</sup>

Outro ponto destacado, por San Tiago Dantas, era a contraposição do nacionalismo democrático com o nacionalismo totalitário. Nas suas palavras, o nacionalismo democrático definia-se pela

preservação de nossa liberdade de decisão no que respeita aos nossos problemas, e está profundamente engajado na luta pela independência econômica do nosso país, inclusive quanto à exclusão da iniciativa estrangeira das atividades relacionadas com o petróleo e com os minerais estratégicos. Esse nacionalismo (...) não aspira ao aniquilamento, mas ao fortalecimento da iniciativa privada, da livre empresa, e concebe o enriquecimento do país como o fruto do trabalho livre, estimulado por uma preocupação sadia de rentabilidade e de lucro, e controlado pela eficácia seletiva do regime de livre concorrência.<sup>101</sup>

É inegável a influência aqui do trabalhismo de Pasqualini quanto à nacionalização da exploração das fontes de riqueza natural e à valorização do papel da iniciativa privada para o desenvolvimento econômico do país. A discussão sobre a função da iniciativa pública e da iniciativa privada na economia nacional foi um dos temas mais explorados

---

<sup>99</sup> Idem.

<sup>100</sup> *Jornal do Commercio*, “Seção Várias”, 1 de junho de 1957, p. 4.

<sup>101</sup> Idem.

por San Tiago Dantas. Em inúmeras entrevistas, em discursos no Congresso Nacional, em artigos de jornal, Dantas, cuja vida profissional foi marcada pelo sucesso na iniciativa privada como advogado de grandes empresas multinacionais, sempre se destacou pela crítica ao que considerava “excesso de estatismo”, inclusive, de seu próprio partido. A defesa da livre iniciativa, da livre concorrência, e da participação estrangeira em setores que não fossem considerados estratégicos, se por um lado, lhe propiciava um maior diálogo com setores empresariais e da elite econômica, por outro lado, geravam desconfiança em muitos grupos de seu próprio partido. Na sua opinião, não havia “uma opção ideológica, ou doutrinária, a fazer, entre iniciativa estatal e iniciativa privada”<sup>102</sup>, sendo a escolha, decidida a partir do melhor para cada circunstância, a fim de obter o maior aproveitamento em termos de adequação e eficiência. A partir disso, afirmou ser:

errônea qualquer identificação entre o trabalhismo e o estatismo. O maior incremento da iniciativa pública, num país como o nosso, não tem significado um aumento efetivo de produtividade, mas uma elevação dos custos internos, que deprime em última análise o nível de vida do trabalhador.<sup>103</sup>

Na semana seguinte, buscando combinar a iniciativa privada e a iniciativa pública, escreveu sobre a Reforma Tarifária, condenando a intervenção excessiva do Poder Público:

Nenhum país pode viver nos quadros da economia de livre empresa sem o respeito às condições inerentes ao seu funcionamento. É certo que o grau mais elevado de liberalismo, hoje admissível, ainda pressupõe um número elevado de controles estatais, sobretudo fiscais e monetários, mas uma boa administração se reconhece na adoção de medidas simples, que não prejudicam a opção seletiva das leis econômicas, e permitem a observação das reações naturais, imprimindo-lhes o menor número possível de distorções involuntárias.<sup>104</sup>

---

<sup>102</sup> Discurso de San Tiago Dantas ao ser homenageado pelo título “Homem de Visão 1963”. Fundo San Tiago Dantas. (Arquivo Nacional. AP 47. Caixa 46. Pacotilha 1).

<sup>103</sup> *Jornal do Commercio*, “Seção Várias”, 4 de maio de 1957, p. 4.

<sup>104</sup> *Jornal do Commercio*, “Seção Várias”, 8 de maio de 1957, p. 4.

Dessa forma, a defesa do regime de livre empresa, condenando o estatismo, era uma das principais características do seu trabalhismo. San Tiago preocupava-se em denunciar o que acreditava ser um “exagero intervencionista que apossou-se, simultaneamente, da União, dos Estados e dos Municípios”<sup>105</sup>. A defesa da iniciativa privada, bem como da cooperação internacional, distinguiram seu nacionalismo democrático do nacionalismo totalitário. Esse último, segundo o intelectual petebista, procurava debilitar a iniciativa privada, transferindo a iniciativa econômica das mãos de particulares para funcionários da administração pública, multiplicando-se, em todos os setores da economia, as empresas públicas. Os defensores do nacionalismo totalitário, em muitos casos, afirmava ele, eram “democratas sinceros”, que acreditavam na necessidade de preservação da legalidade e das instituições democráticas. Mas, a admissão dos princípios democráticos estaria em contradição com a defesa de uma mais ampla participação do Estado nos assuntos econômicos. Neste sentido, seu trabalhismo postulava a nacionalização no tocante ao petróleo, mas não o monopólio estatal, justificando que a empresa pública não estava mais apta que a iniciativa privada brasileira na defesa dos interesses nacionais e na promoção de nossas riquezas.<sup>106</sup> Uma vez que o liberalismo econômico, para San Tiago Dantas, caminhava junto com a estabilidade das instituições políticas, os “democratas sinceros” deveriam notar que:

suas inclinações ideológicas no terreno econômico contradizem e destroem seus princípios políticos, pois num Estado economicamente onipotente, onde toda a produção está sob o comando da burocracia, não há lugar para a liberdade política nem para as instituições democráticas. O incipiente processo de absorção das atividades econômicas pelo Estado a que estamos sendo arrastados, sob a invocação imprópria, ou pelo menos incompleta, do nacionalismo, é por isso uma etapa de transição para o totalitarismo, tanto quanto o verdadeiro nacionalismo, o nacionalismo democrático, é um meio seguro de implantações da verdadeira democracia.<sup>107</sup>

Além do papel da iniciativa privada, há também uma diferença de opinião, entre nacionalistas democráticos e nacionalistas totalitários, no que diz respeito à cooperação internacional. Os primeiros são favoráveis à cooperação internacional, buscando “captar

---

<sup>105</sup> *Jornal do Commercio*, “Seção Várias”, 28 de maio de 1957, p. 4.

<sup>106</sup> *Jornal do Commercio*, “Seção Várias”, 1 de junho de 1957, p. 4.

<sup>107</sup> *Idem*.

o máximo de apoio, em técnica e capitais, pondo como limite a independência política e econômica do país.”<sup>108</sup> Já os adeptos do nacionalismo totalitário, são hostis à qualquer tipo de colaboração internacional, a não ser quando serve, direta ou indiretamente, à aniquilação da iniciativa privada. San Tiago, no mesmo artigo, escrito em seu *Jornal do Commercio*, possivelmente já pensando nas eleições do ano seguinte, que, por sinal, viria a disputar como vice na chapa de Tancredo Neves, recusando o nacionalismo totalitário, mas também as correntes contrárias ao nacionalismo, afirmou que o nacionalismo democrático era a alternativa para a solução dos problemas nacionais, representando a “melhor tradição ideológica e popular”, por representar a linha mais coerente e construtiva da política nacional.<sup>109</sup>

## Desenvolvimentismo

Dentro da proposta do seu nacionalismo democrático, San Tiago Dantas desenvolveu o tema do desenvolvimentismo como uma preocupação destacada de sua proposta trabalhista. A questão do desenvolvimento econômico intensivo já havia se tornado no Brasil, principalmente a partir de Getúlio Vargas e se consolidando com Juscelino Kubitschek, uma das filosofias de governo. No entanto, segundo o líder trabalhista, importava não só os resultados do desenvolvimento, mas também a forma de atingi-lo. Para ele, o sucesso ou fracasso do desenvolvimentismo dependia da capacidade de realizá-lo. Assim, cabia compreender esse desenvolvimentismo não como um artigo de fé, mas como um processo de transformação social e econômica repleto de dificuldades e contradições.<sup>110</sup>

Em primeiro lugar, apontava quais deveriam ser os objetivos desta política desenvolvimentista. A concepção econômica do trabalhismo de San Tiago pregava uma modernização desenvolvimentista dirigida, mas não controlada - diferentemente de outras propostas trabalhistas - pelo Estado, no sentido de promover um processo de distribuição dos benefícios do desenvolvimento. Neste sentido, seu trabalhismo diferia-

---

<sup>108</sup> Idem.

<sup>109</sup> Idem.

<sup>110</sup> *Jornal do Commercio*, “Seção Várias”, 3 de junho de 1957, p. 4.



se de uma política de simples desenvolvimento econômico, dando prioridade ao desenvolvimento social. Em suas palavras,

hoje o desenvolvimento econômico há de ser promovido, fazendo-se correr, paralelamente, o aumento da riqueza e a sua melhor distribuição. Há os que pensam que o enriquecimento traz espontaneamente a melhor repartição, mas, ainda que essa tese fosse verdadeira, o que é contestável, não poderia ser admitida pelas mesmas razões que nos levam a repelir a do desenvolvimento econômico espontâneo e a preferir a do desenvolvimento intensivo e dirigido.<sup>111</sup>

Outro ponto relevante destacado são as dificuldades encontradas no país para a consecução deste desenvolvimento inclusivo. Em primeiro lugar, na opinião de San Tiago Dantas, havia uma desorganização crescente das atividades econômicas que obstaculizava a evolução social brasileira. As empresas privadas eram desencorajadas, ao mesmo tempo, que se experimentava uma deterioração do setor público. Desse modo, o país não se preparava para uma expansão capitalista, tampouco para uma socialização, o que poderia levá-lo a uma estagnação econômica a longo prazo ou precipitá-lo na desordem social.<sup>112</sup> Tornava-se urgente, por isso, a modernização das atividades econômicas através de um maior planejamento, “imperativo para a empresa estatal e indicativo ou limitativo para a empresa privada”, não sendo necessário, no entanto, optar entre “o planejamento global da economia e a ressurreição da liberdade empresarial”.<sup>113</sup> Afirmava que

a empresa estatal surge como um aparelho de destruição do desenvolvimento econômico, sob a aparência de promovê-lo (...) não se deve, aliás, concluir daí que as empresas públicas se devam transformar em empresas privadas, mediante alienação. Longe disso. O que se deve é dar às empresas públicas, tanto quanto possível, as características estruturais e os métodos de trabalho próprios da empresa privada.<sup>114</sup>

---

<sup>111</sup> Discurso de San Tiago Dantas, já citado, na Câmara dos Deputados, realizado na sessão de 30 de março de 1959. Discursos Parlamentares. San Tiago Dantas. Câmara dos Deputados, 1983.

<sup>112</sup> Discurso de San Tiago Dantas ao ser homenageado pelo título “Homem de Visão 1963”. Fundo San Tiago Dantas. (Arquivo Nacional. AP 47. Caixa 46. Pacotilha 1).

<sup>113</sup> Idem.

<sup>114</sup> *Jornal do Commercio*, “Seção Várias”, 14 de junho de 1957, p. 4.

Defendia, dessa forma, não a eliminação da empresa pública, mas um processo de racionalização de sua administração, bem como da elevação de seus padrões de eficiência, como mecanismos necessários ao desenvolvimento econômico.<sup>115</sup> Não vendo a iniciativa privada e a iniciativa pública como excludentes, denunciava o crescimento do estatismo nos mais diferentes setores da esquerda, com destaque para o PTB, e, simultaneamente, o repúdio à iniciativa privada como mais um importante problema para o crescimento econômico e social sustentável e democrático. Como escreve:

a hostilidade que a incompreensão e o impatriotismo vêm fomentado contra a empresa privada é o fungo que ameaça devorar as nossas potencialidades econômicas, comprometendo talvez para sempre o nosso desenvolvimento.<sup>116</sup>

Como se vê, para San Tiago, o capital privado possuía um papel destacado no processo de produção de riquezas e promoção do desenvolvimento econômico. Não compartilhava, assim, a visão, comum em diferentes setores petebistas, que associava nacionalismo e estatismo. Temia, na verdade, que a defesa intransigente da ingerência do Estado na economia produzisse um surto antiliberal que pudesse extravasar do campo econômico para o campo político. Para Angela de Castro Gomes, a crescente ligação entre nacionalismo e estatismo pelas esquerdas provocava uma perigosa associação entre nacionalismo, estatismo, anti-imperialismo e radicalismo político. A reação do setor privado, por outro lado, era de negar o nacionalismo em bloco, não distinguindo variações, e assumindo cada vez mais uma postura antidemocrática. Era comum que o repúdio ao nacionalismo pelas direitas viesse acompanhado de uma postura conservadora com relação às reformas sociais, aos direitos trabalhistas e ao papel do Estado na economia (GOMES, 1994). Nesse contexto, o trabalhismo de San Tiago Dantas - nacionalista, desenvolvimentista, distributivista e democrático – possuía papel fundamental como alternativa política moderada e reformista, ao mesmo tempo, que não-estatista e não antiamericana.

Além disso, acreditava ser necessário implantar uma mentalidade de planejamento no país para eliminar os entraves ao desenvolvimento. Neste sentido, atuou no governo Vargas, no início da década de 1950, participando de uma Comissão

---

<sup>115</sup> *Jornal do Commercio*, “Seção Várias”, 19 de julho de 1957, p. 4.

<sup>116</sup> *Jornal do Commercio*, “Seção Várias”, 14 de junho de 1957, p. 4.

Mista Brasil-Estados Unidos, identificando e mapeando pontos de estrangulamento da economia brasileira, base para a criação do BNDE, da Eletrobrás, da elaboração do Plano de Metas para o governo Juscelino Kubitschek e, mais tarde, junto com Celso Furtado, da preparação do Plano Trienal (Moreira, 1983).

Outra dificuldade para o desenvolvimento econômico inclusivo era o problema do combate à inflação, que, segundo San Tiago, era condição indispensável para o sucesso de qualquer plano de governo. Não havia, todavia, um remédio único e milagroso para o êxito sobre a espiral inflacionária. A solução passava por uma mobilização nacional, a partir da solidariedade ativa entre todas as classes, num esforço de autodisciplina para a estabilização da moeda. Para esta empreitada contribuiriam, conjuntamente, o governo, na contenção de suas despesas, os trabalhadores, que sofreriam com a restrição dos salários, e a classe empresarial, atingida pelos limites de crédito. Esta foi a base do Plano Trienal lançado em dezembro de 1962, por San Tiago Dantas e Celso Furtado, com o objetivo de combater a inflação no país sem comprometer o desenvolvimento econômico. Frustrado com a rejeição de patrões e empregados, o plano foi abandonado, três meses depois de apresentado publicamente, pelo governo.

A luta contra a inflação era apenas uma etapa preliminar do desenvolvimento econômico, sendo essencial a materialização de um projeto de reorganização nacional aliado à realização de reformas sociais. A política de combate à inflação não teria, assim, sentido, caso não esteja associada a um processo de emancipação da economia brasileira, respeitando as instituições democráticas, para a qual se fazem necessárias as reformas de base. Novamente, o problema do desenvolvimento econômico, segundo San Tiago Dantas, era uma questão mais ampla, inserida em um projeto de modernização da sociedade brasileira, no qual os temas *democracia e reformas sociais* ocupavam um lugar central.

### A “democracia social”

Para o ideólogo trabalhista, havia uma correlação inevitável entre democracia e reforma social, uma vez que o “agravamento das desigualdades comprometia a solidariedade

nacional”, levando ao aumento das tensões sociais e das contestações ao regime democrático.<sup>117</sup> Desse modo, enfatizava que o desenvolvimento econômico deveria estar comprometido com um processo de justiça social, respeitando as instituições legais:

o crescimento da renda nacional, mesmo quando se processa a uma taxa superior à do aumento demográfico, pode reverter, graças à má distribuição social da riqueza, em benefício de setores limitados da população, e agravar temporariamente, em vez de atenuar, as tensões sociais internas, que comprometem a estabilidade das instituições democráticas e delas fazem um poderoso instrumento, não a serviço da reconciliação, mas a serviço da opressão.<sup>118</sup>

Assim, sua defesa das reformas sociais era a defesa da própria democracia. Entendia que “a preservação e o fortalecimento da democracia representativa constituía um objetivo inalienável da nossa civilização”, base para a justiça social e a convivência política harmônica, “isenta de opressão”.<sup>119</sup> De forma complementar, as reformas sociais acabavam por se tornar indispensáveis para o aperfeiçoamento e legitimação do regime democrático. Na sua visão, havia três tipos de desigualdade no país: a desigualdade entre os homens que vivem do lucro e os que vivem dos salários; a desigualdade entre as regiões para onde afluem os benefícios da industrialização e das obras públicas e as regiões que não apenas se privam desses benefícios, mas até os subvencionam, com seu sacrifício; e a desigualdade entre as cidades e os campos.<sup>120</sup>

A primeira desigualdade, entre proprietários e assalariados, é característica do sistema capitalista. Porém, para Dantas, quando essa desigualdade atinge os salários, ao ponto de minar o poder aquisitivo dos trabalhadores, torna-se intolerável. A segunda desigualdade é a que ocorre entre os estados. Em seu discurso de estréia na Câmara dos Deputados, apontou o desequilíbrio financeiro entre os diversos estados da Federação, como um fator de instabilidade política e social. Citou, por exemplo, que, em 1958, as

---

<sup>117</sup> Discurso de San Tiago Dantas na Câmara dos Deputados, realizado na sessão de 30 de março de 1959. Discursos Parlamentares. San Tiago Dantas. Câmara dos Deputados, 1983.

<sup>118</sup> *Correio da Manhã*, “San Tiago teve banquete como Homem de Visão 1963”, 26 de outubro de 1963, p. 12.

<sup>119</sup> Discurso de San Tiago Dantas ao ser homenageado pelo título “Homem de Visão 1963”. Fundo San Tiago Dantas. (Arquivo Nacional. AP 47. Caixa 46. Pacotilha 1).

<sup>120</sup> Discurso de San Tiago Dantas, já citado, na Câmara dos Deputados, realizado na sessão de 30 de março de 1959. Op.cit.

receitas arrecadadas pelos estados de São Paulo, do Distrito Federal, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul representavam 75% da receita arrecadada pela totalidade dos estados, e que a renda *per capita* nos estados mais desenvolvidos crescia a taxas muito mais elevadas do que nos menos desenvolvidos. A desigualdade entre regiões mais ricas e mais pobres é um traço comum a muitos países, mas, na sua visão, no momento em que essa diferenciação ameaça a sobrevivência financeira da maioria dos estados, a ponto de colocá-los dependentes do auxílio da União, ela se torna nociva ao regime político republicano federativo. E, por último, há a desigualdade entre as cidades, que concentram os recursos econômicos, já que para elas afluem os investimentos postos a serviço da industrialização, e os campos, onde sobrevive uma população nos níveis mais baixos de consumo, e de onde muitos indivíduos emigram, por se acharem privados do acesso à propriedade da terra.<sup>121</sup>

Em síntese, o país experimentava a crise do agravamento destes três tipos de desigualdade que comprometiam a solidariedade nacional e a evolução da sociedade brasileira. Para combatê-las, era necessária a realização de sucessivas reformas estruturais, as *reformas de base*, como as reformas agrária, tributária, educacional, bancária e eleitoral. Destas, a considerada mais importante era a reforma agrária, vista como central para a eliminação da desigualdade social brasileira. San Tiago defendia a desapropriação, para fim de reforma agrária, a partir do critério do interesse social. Como os trabalhistas ingleses, posicionava-se contra qualquer forma de confisco, manifestando-se pela compensação aos proprietários pela terra destinada à reforma agrária. Mas, diferentemente dos ingleses, que defendiam a eliminação da propriedade da terra, Dantas declarava-se pela preservação do direito de propriedade no campo, sendo a favor de uma desapropriação por interesse social a partir de uma indenização justa. Todavia, atentava para a forma como seria calculada essa indenização, devendo ser justa, mas não sujeita a uma valorização causada pela especulação imobiliária. Assim, entendia que a indenização deveria ser uma importância capaz de produzir um rendimento equivalente ao que o bem desapropriado estava produzindo em média, confrontando esse critério com outros como o valor tributário e o custo histórico.<sup>122</sup> O

---

<sup>121</sup> Idem.

<sup>122</sup> Discurso de San Tiago Dantas na Câmara dos Deputados, realizado na sessão de 1 de abril de 1959. Op.cit.

intelectual petebista expunha, na Câmara dos Deputados, sua proposta de reforma agrária como um projeto em elaboração pelo PTB, que, em breve, seria apresentado à Casa. Nota-se, no entanto, a carência de exatidão nos critérios para aferir o valor das indenizações pagas aos antigos proprietários. Problema que se refletirá, mais a frente, com o acirramento das discussões e embates em torno das reformas de base durante o governo de João Goulart.

## A política externa independente

Vale destacar que a proposta trabalhista de San Tiago Dantas caracterizava-se, do ponto de vista da política interna, pela defesa do imperativo do desenvolvimento econômico e da transformação das estruturas sociais, respeitando a estabilidade das instituições democráticas; e, do ponto de vista da política externa, pela defesa da *política externa independente*. Com uma carreira marcada pela atuação em diferentes organismos internacionais, na representação do país em fóruns externos e como ministro da pasta das Relações Exteriores, durante o governo petebista de João Goulart, a proposta trabalhista de San Tiago não poderia deixar de versar sobre temas de política internacional.<sup>123</sup> Mais, para o intelectual petebista, “a política externa era um corolário natural e necessário dos grandes rumos e objetivos da política interna”.<sup>124</sup> Em suas palavras, “nenhum projeto nacional é válido, nenhuma política interna autossustentável, se não lograr inserir o país no rumo histórico do seu tempo, e superpor harmonicamente o nacional e o universal”.<sup>125</sup>

Completava-se, com isso, a tríade, base do trabalhismo de San Tiago Dantas, entre *Democracia – Paz – Reformas*. A causa da paz, em sua opinião, “tornou-se a

---

<sup>123</sup> Em 1943, representou o Brasil na Primeira Conferência de Ministros de Educação das Repúblicas Americanas, no Panamá. Em 1951, foi Conselheiro da Delegação Brasileira à Quarta Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, em Washington. A partir de 1952, tornou-se membro do Comitê Permanente de Arbitragem de Haia. De 1955 a 1958, presidiu a Comissão Interamericana de Jurisconsultos, sediada no Rio de Janeiro. Em 1959, participou da redação e elaboração da Declaração de Santiago do Chile. MOREIRA, 1983.

<sup>124</sup> Idem.

<sup>125</sup> Discurso de San Tiago Dantas ao ser homenageado pelo título “Homem de Visão 1963”. Fundo San Tiago Dantas. (Arquivo Nacional. AP 47. Caixa 46. Pacotilha 1).

própria causa da sobrevivência das nações”<sup>126</sup>, uma vez que a preservação da paz constituía o primeiro passo para a manutenção das instituições democráticas, e a eliminação das desigualdades econômicas era considerada de modo igualmente imperativo, tanto no plano interno quanto no plano internacional:

sabemos o que significa, hoje, a preeminência da vida internacional na definição do destino particular de cada povo. Nenhuma comunidade consegue mais resolver os seus problemas apenas através de sua política interna. Nenhuma comunidade pode mais vencer problemas como o do desenvolvimento econômico, da estabilidade da organização social e da própria preservação das instituições políticas, senão integrando com consciência plena, no grande processo universal de que participamos, tomando posição clara e corajosamente, em face das grandes opções que se abrem a cada nacionalidade no mundo moderno e que significam, pelas repercussões imediatas na ordem interna, muitas vezes um estímulo, muitas vezes um apoio, e também não raro um erro, que se explica longamente.<sup>127</sup>

Sua política externa independente pode ser expressa em cinco orientações gerais identificadas pelo autor:

- a) Contribuição à preservação da paz, através da prática da coexistência e do apoio ao desarmamento geral e progressivo;
- b) Reafirmação e fortalecimento dos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos;
- c) Ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas;
- d) Apoio à emancipação dos territórios não autônomos, seja qual for a forma jurídica utilizada para sua sujeição à metrópole;

---

<sup>126</sup> San Tiago Dantas, “Formulação da Política Externa Independente”. Discurso no parlamento, durante a sessão de 24 de agosto de 1961. Op.cit.

<sup>127</sup> Idem.

- e) Política de autoformulação dos planos de desenvolvimento econômico e de prestação e aceitação de ajuda internacional;<sup>128</sup>

À exceção do último ponto, que, segundo San Tiago Dantas, não se materializou plenamente em sua gestão à frente do ministério das Relações Exteriores, as outras diretrizes foram colocadas em prática durante os anos em que chefiou o Itamarati.<sup>129</sup> Apesar de ser o responsável por cunhar o termo *política externa independente*, Dantas reconhece que sua política, ao assumir o Itamarati, era o desdobramento da política externa iniciada por Afonso Arinos, durante o governo Jânio Quadros. Seu papel foi o de dar continuidade, desenvolvendo e sistematizando as iniciativas de seu antecessor.<sup>130</sup>

### A política de coexistência e independência

O primeiro ponto parte da concepção da paz como um ideal absoluto, entendendo-a como uma categoria que não está sujeita a ser complementada ou subordinada a valores superiores. A partir desta concepção, o Brasil seria responsável por fornecer uma importante contribuição à preservação da paz mundial, defendendo o princípio de coexistência em detrimento da política isolacionista. Essa diretriz desdobrou-se na defesa de duas posições principais: no reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética e na atitude do país contrária ao isolamento de Cuba no hemisfério, e à sua expulsão da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A política externa independente pautava-se no posicionamento do Brasil como uma nação-não alinhada a qualquer bloco político-militar, justificando sua posição pelos princípios de coexistência e de independência. O primeiro princípio contrapunha-se ao

---

<sup>128</sup> Retirado do prefácio do livro *Política Externa Independente*, que reúne os principais documentos oficiais de sua gestão como ministro das Relações Exteriores. DANTAS, 1962.

<sup>129</sup> O último ponto destaca a Aliança para o Progresso e a importância de uma aproximação estratégica entre Brasil e Estados Unidos. O próprio San Tiago considerava o convênio assinado com os Estados Unidos para auxílio econômico ao desenvolvimento do nordeste brasileiro como uma materialização desta diretriz.

<sup>130</sup> San Tiago destaca, no mesmo prefácio, que a política externa anterior não fora “concebida como doutrina ou projetada como plano, antes de ser vertida para a realidade”, que os fatos, as iniciativas teriam ocorrido sem uma concepção de política externa. Documentos recentes demonstram, todavia, o desenvolvimento de uma política deliberada durante o governo Jânio Quadros, que alicerçaram o que, depois, seria sistematizado por Dantas em sua política externa independente. Para mais, ver: Bilhetes do presidente Jânio Quadros ao Ministério das Relações Exteriores, em *Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD)*, da Fundação Alexandre Gusmão, sediado no Palácio do Itamarati, no Rio de Janeiro, ano 5, n. 8, p. 313-484, 2006.



isolamento. O Brasil, aspirante ao papel de protagonista no cenário internacional, devia abandonar sua política de isolamento com relação ao bloco socialista, universalizando suas relações políticas e econômicas. No caso da URSS, o reatamento das relações era legitimado por razões de ordem econômica e política. Em discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, em 23 de novembro de 1961, relatando uma visita à Argentina, San Tiago Dantas, então Ministro das Relações Exteriores, expôs as razões para o reatamento das relações do país com a URSS. Diante de inúmeros parlamentares de orientação anticomunista, San Tiago justificou a posição do governo brasileiro com argumentos de natureza econômica e social, a partir da avaliação das condições do comércio internacional. Contra as interpelações dos deputados que diziam que não havia lucros para o país, afirmava a posição estratégica da URSS na esfera socialista, vital para a política de ampliação dos mercados:

[Sobre a URSS] se tratava de restabelecer relações com um país que, em primeiro lugar, se apresenta na cena internacional como o detentor de um poderio econômico, de um poderio militar e de uma expressão cultural que dele fazem um dos maiores Estados do mundo contemporâneo, com larga influência sobre uma extensa área política do Universo e com uma importância fundamental no desenvolvimento das relações comerciais modernas.<sup>131</sup>

Em meio ao apoio de muitos deputados, o argumento baseado nas vantagens comerciais não sensibilizou, no entanto, alguns setores mais conservadores. Neste discurso, foram realizados inúmeros apartes pelos deputados para criticar o reatamento das relações diplomáticas com os soviéticos. O deputado federal do PSD, Dirceu Cardoso, por exemplo, declarou que essa política consistia “numa guinada de cento e oitenta graus nas velhas e imorredouras tradições do Itamarati e das nossas tradições cristãs”, não sendo um reconhecimento diplomático, mas uma forma de “servir à Rússia Soviética”. Outro pessedista, o vice-líder do partido, deputado Pereira da Silva, em discurso inflamado, acusa a União Soviética de ser uma “nação antidemocrática e anticristã que espalha ódio e terror em todos os quatro cantos do mundo”. Chamando a

---

<sup>131</sup> Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados: relações diplomáticas com a URSS. DANTAS, 1962.

política externa, conduzida por San Tiago, de “diplomacia suicida”, qualifica-a como uma “política internacional, maquiavélica e cruel, que ameaça os nossos destinos”.<sup>132</sup>

Aos críticos, San Tiago apresentava o segundo argumento para o reatamento das relações com os socialistas: a coexistência como único caminho para a preservação da paz mundial. O isolamento entre os dois campos ideológicos poderia levar, consciente ou inconscientemente, a uma política de eliminação de um deles por meio da força militar. Em um mundo no qual o monopólio das armas atômicas não pertencia mais ao Ocidente, tornava-se inevitável uma política de coexistência, com a redução das tensões políticas e militares através do intercâmbio e do entendimento<sup>133</sup>. Para os que viam como uma ameaça a relação com os países socialistas, San Tiago expunha a ideia da superioridade da democracia e da vocação democrática do Brasil:

convivência normal entre o Ocidente e o Oriente, com o risco de competição e interpenetração política e econômica (pois), apesar dos riscos, as democracias, longe de se intimidarem com a influência e competição dos países soviéticos, devem confiar na superioridade de seu estado de vida, que tenderá a triunfar num sistema de contatos internacionais, desde que cada Estado democrático se disponha a adotar internamente uma política de elevação de nível de vida e melhor distribuição de riqueza.<sup>134</sup>

San Tiago argumentava que a coexistência é essencialmente competitiva, colocando os dois campos ideológicos, não apenas em contato, mas também em competição, já que cada um exercia influência sobre o outro. Para ele, essa aproximação era vantajosa para o bloco capitalista e liberal, pois este exerceria uma influência predominante, visto a superioridade de seu modelo liberal-democrático:

os Estados socialistas, embora se tenham revelado capazes de resolver, da maneira mais satisfatória, os problemas econômicos e tecnológicos, ofereceram, no campo das soluções políticas, esquemas frágeis, muito inferiores, como técnica de governar, àquilo que tem sido alcançado pelas democracias. A democracia é de todas as formas de governar a que melhor resiste à confrontação, e, portanto a que melhor se impõe, através da coexistência. Supor que a democracia dependa, para sua sobrevivência, de baixar-se em torno dela uma

---

<sup>132</sup> Idem.

<sup>133</sup> Prefácio. DANTAS, 1962.

<sup>134</sup> *Jornal do Commercio*, 29 de março de 1958.

nova e paradoxal cortina de ferro, é negar a própria verdade da história contemporânea e fomentar condições favoráveis ao desencadeamento de uma nova guerra.<sup>135</sup>

A defesa da democracia representativa como sistema mais adequado e eficaz de governo refutava, todavia, o princípio da intervenção estrangeira na política interna de um país para defender o modelo liberal-democrático. A tese da coexistência foi manifestada também com relação à Cuba, seu isolamento no hemisfério e, posterior, expulsão da OEA. Para Dantas, o isolamento de Cuba não favorecia a afirmação dos princípios democráticos naquele país. Pelo contrário, provocaria a integração do país ao bloco-militar soviético.

Como se pode observar, o objetivo da política externa independente baseava-se em uma postura de não-alinhamento a um bloco político-militar específico, não devendo ser concebida, entretanto, como a defesa de um neutralismo diante do quadro geral da Guerra Fria. A noção de uma política independente opunha-se justamente à ideia de neutralidade. De acordo com San Tiago:

o neutralismo é uma posição de abstenção proposital diante dos blocos que se defrontam, e que aqueles que se dizem neutros não desejam acompanhar. A independência é mais do que o neutralismo, porque não é sequer uma posição comprometida com essa obrigação muitas vezes egoísta de guardar o meio-termo. A independência é, acima de tudo, aquela posição que não se curva aos interesses de um bloco nem do outro, que não deseja ver a sua conduta internacional predeterminada por uma aliança ou já decidida por determinadas afinidades políticas consideradas, de modo sistemático, como irremediáveis.<sup>136</sup>

Neste sentido, o Brasil tentava assumir uma posição ativa em uma das principais questões suscitadas pela rivalidade entre os blocos antagônicos da guerra fria: o desarmamento. Em um discurso que marcou a inclusão do país no Comitê de Desarmamento, San Tiago começou afirmando a responsabilidade de nações não-alinhadas e desarmadas, como o Brasil, para se chegar a uma solução sobre o problema

---

<sup>135</sup> Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados: relações diplomáticas com a URSS. DANTAS, 1962.

<sup>136</sup> San Tiago Dantas, “Formulação da Política Externa Independente”. Discurso no parlamento, durante a sessão de 24 de agosto de 1961. Discursos Parlamentares. San Tiago Dantas. Câmara dos Deputados, 1983.

nuclear. O problema da paz mundial seria, assim, um problema, não só das nações hegemônicas, mas de todos os países, que estariam “igualmente aptos e responsáveis, tanto os Estados armados, quanto os não armados” para resolverem o problema, com independência e objetividade, do desarmamento.<sup>137</sup> Argumentou a importância dos países não armados na sustentação de uma progressiva política de desarmamento. Interessados em uma paz definitiva, esses países não deveriam emprestar seu apoio aos empreendimentos militares das potências dominantes, devendo denunciar e repelir os projetos belicistas. Dantas anunciou o Brasil como uma nação não-alinhada, apesar de integrado política e culturalmente ao bloco capitalista e liberal, além de ratificar que o país não faz parte de nenhum bloco político-militar, ressalvada sua participação no tratado de assistência recíproca para proteção do hemisfério. Em outra conferência, três dias depois, reafirmando a independência da política externa do país, comunicou a disposição do país de não apoiar as iniciativas de um bloco contra o outro, procurando contribuir para que EUA e URSS entrem num acordo sobre a paz nuclear.<sup>138</sup>

## A não-intervenção e a autodeterminação dos povos

Ao princípio da coexistência conjugavam-se os temas da não-intervenção de um Estado nos negócios internos de outro e da autodeterminação dos povos para escolherem soberanamente seus dirigentes e suas formas de governo. Nenhuma transformação política é legítima se imposta por um Estado a outro. Os governos e sistemas políticos devem ser escolhidos livremente por cada sociedade. Para San Tiago Dantas, estes princípios não são fundados apenas na racionalidade jurídica, mas também na autenticidade de um processo de transformação dos povos, que ocorre com suas independências.

Por conseguinte, a incompatibilidade dos Estados liberal-democráticos com regimes de outra natureza, presentes em outras nações, não justificava ações de dominação ou de imposição pela força para mudança do quadro político nestes locais.

---

<sup>137</sup> Discurso de San Tiago Dantas, chefe da delegação brasileira, na Conferência do Comitê das 18 Potências sobre desarmamento, realizado em 16 de março de 1962. DANTAS, 1962.

<sup>138</sup> Declarações feitas em Genebra à Agência Nacional, em 19 de março de 1962. Op.cit.

Pelo contrário, o princípio da não-intervenção e da autodeterminação dos povos protegia esses países, garantindo o cumprimento do processo histórico nacional, sem coação externa que o desvirtue.<sup>139</sup> Caso mais destacado e polêmico foi a adoção destes princípios com relação a Cuba pelo governo brasileiro no início da década de 1960, primeiro com Afonso Arinos, a frente do Itamarati durante o governo Jânio Quadros, e, depois, com San Tiago Dantas.

Em entrevista ao jornal *O Globo*, o então deputado petebista propunha que se superasse a visão simplista de aplauso irrestrito ou oposição total ao regime de Fidel Castro, devendo o caso cubano ser analisado a luz do direito internacional, e não com base em julgamentos ideológicos:

Quer esse regime seja democrático, quer seja antidemocrático, comunista ou totalitário, nenhuma nação tem o direito de intervir para impor sua concepção do Estado ou seus princípios jurídicos ao povo cubano. O princípio de não-intervenção é absoluto; ele traduz a convicção dos povos democráticos de que a intervenção não é um processo de implantação da democracia, e constitui sempre uma ofensa às prerrogativas do Estado soberano.<sup>140</sup>

Desse modo, o governo brasileiro mantém uma atitude de defesa intransigente do princípio de não-intervenção nos assuntos internos da ilha. Havia o entendimento de que apenas cabia ao Brasil, nas palavras de San Tiago, esperar “uma evolução do governo revolucionário cubano, dentro do mais breve prazo, para a plenitude da vida democrática”, inclusive com eleições e com a garantia dos direitos individuais.<sup>141</sup> Evolução política que dependeria, exclusivamente, da autodeterminação do povo cubano, sem qualquer pressão ou intervenção externa.

No entanto, essa posição não excluía as possíveis críticas ao regime cubano. San Tiago, na mesma entrevista ao *O Globo*, apontou que o governo cubano não pode ser considerado democrático, e que seu “regime é incompatível com os princípios democráticos em que se baseia a solidariedade humana.” Depois, criticou também os Estados Unidos pela transformação de um “movimento político de alta inspiração moral

---

<sup>139</sup> Prefácio. Op.cit.

<sup>140</sup> Entrevista ao jornal *O Globo*, em 31/05/1961, disponível em LESSA & HOLLANDA, 2009.

<sup>141</sup> Trecho do capítulo final do programa de governo apresentado por Tancredo Neves, presidente do Conselho de Ministros, à Câmara dos Deputados em 1961. Trata-se do capítulo referente à Política Internacional, elaborado com a participação de San Tiago Dantas. Op.cit.

e de objetivos democráticos” em uma “ditadura popular”.<sup>142</sup> Em síntese, rejeitava as propostas baseadas na força e na exclusão, defendendo a via negociadora para reconduzir Cuba ao sistema democrático dos demais países americanos.

## Política de expansão de mercados

A política externa independente, além dos objetivos ligados à aspiração brasileira de exercer um papel de protagonista no jogo político internacional e à preservação da paz mundial, tinha como eixo servir como um instrumento de desenvolvimento econômico. A busca pela expansão das exportações, não só em termos de produtos, mas também de mercados, tornava-se, assim, um ponto de destaque da política externa. A partir disso, sem esquecer a necessidade de um crescimento qualitativo das exportações brasileiras, com produtos mais valorizados e de maior valor agregado no comércio externo, Dantas ressaltava a urgência de um aumento quantitativo das exportações. Em primeiro lugar, o foco devia ser a América Latina. Em seguida, os países socialistas, daí a busca por se criar uma linha de contato político e, simultaneamente, comercial.

A normalização das relações políticas e econômicas com o bloco socialista, não significava uma aproximação ideológica, simpatia ou tolerância, por parte do governo brasileiro, apressava-se a afirmar, San Tiago, a fim de evitar mais críticas. O aumento das trocas comerciais era parte de uma política estratégica de emancipação econômica do país.

## Anticolonialismo

Outro ponto era a motivação ética e econômica na defesa do anticolonialismo. Essa posição apoiava-se na resolução histórica, aprovada pela Assembleia Geral da ONU, em 1960, que pedia que os países que controlassem territórios coloniais aplicassem os princípios da autodeterminação dos povos. Daí, o apoio brasileiro à independência de Angola:

---

<sup>142</sup> Entrevista ao jornal *O Globo*, em 31/05/1961. Op.cit.

o reconhecimento, por Portugal, do direito do povo angolano à autodeterminação, facilitaria enormemente a cessação imediata da luta e do derramamento de sangue (...) O Brasil exorta Portugal a assumir a direção do movimento pela liberdade de Angola e pela sua transformação em um país independente, tão amigo de Portugal quanto o é do Brasil. Porque, no presente estágio da História, as convivências internacionais profícuas à humanidade somente vingam e prosperam entre povos livres e soberanos.<sup>143</sup>

O argumento ético da política anticolonialista pautava-se no princípio da autodeterminação dos povos, a partir do direito de cada povo de conduzir com liberdade e soberania seu progresso político, econômico e social. Outra justificativa era de ordem econômica. As independências ajudariam as exportações de produtos tropicais brasileiros a competirem de forma mais justa com as ex-colônias, uma vez que os “países competidores passariam a ter uma produção em regime de trabalho verdadeiramente livre e com os mesmos propósitos de assegurar às suas populações níveis mais elevados de bem-estar”.<sup>144</sup>

## Cooperação internacional para o desenvolvimento econômico

Tema menos desenvolvido por San Tiago Dantas em sua política externa a frente do Itamarati e em suas publicações, a questão do auxílio técnico e econômico às nações menos desenvolvidas era, no entanto, um eixo central do reposicionamento do Brasil no cenário externo. Aludi-se aqui, principalmente, à relação entre Brasil e Estados Unidos com relação à Aliança para o Progresso. Na proposta do ex-ministro das Relações Exteriores, a Aliança para o Progresso era uma forma construtiva e avançada de americanismo, devendo, contudo, a ajuda econômica ser feita com base em planos formulados pelos próprios países auxiliados e aplicados por seus órgãos nacionais.<sup>145</sup> Entendia-se, com isso, o qualitativo *independente*, segundo San Tiago. A política externa independente não fundaria uma ruptura na política exterior do país, mas uma

---

<sup>143</sup> “O Brasil e a questão de Angola na ONU”, em DANTAS, 1962.

<sup>144</sup> Prefácio. Op.cit.

<sup>145</sup> Idem.

posição soberana do país na cena internacional, atentando para a importância estratégica da aproximação do país com os Estados Unidos (Lessa & Hollanda, op.cit) .

Em sua primeira entrevista como ministro das Relações Exteriores, San Tiago resumiu suas propostas de política externa. Aliado às questões da luta pela paz e do desenvolvimento econômico, os temas da justiça social e da estabilidade democrática aparecem como preocupações de destaque:

o Brasil deseja fomentar (...) uma coexistência leal com todos os Estados, independentemente dos regimes que adotem e das ideologias que pratiquem. O Brasil entende que a melhor maneira que temos de defender o nosso Hemisfério do comunismo é desenvolver os programas de ordem econômica e de ordem social, que eliminem tão depressa quanto possível as grandes desigualdades econômicas que se observam no seio da nossa sociedade e igualmente as grandes desigualdades econômicas que se observam externamente entre os Estados plenamente desenvolvidos e aqueles que ainda dispõem de economia muito abaixo de um aproveitamento racional de suas possibilidades. Lutar contra o subdesenvolvimento econômico, nivelar tanto quanto possível a vida das classes sociais dentro de cada país e eliminar as desigualdades existentes entre os povos é que nos parece ser hoje a verdadeira política de sustentação das democracias. Sustentaremos a democracia tornando o mundo democrático mais igual e mais justo.<sup>146</sup>

Seus princípios de política externa estavam, portanto, intimamente ligados ao destino da política interna. O compromisso com a emancipação econômica, o progresso social e a estabilidade das instituições democráticas nortearam as propostas do trabalhismo de San Tiago Dantas, tanto no plano interno, como no contexto de internacional, no qual o Brasil almejava alcançar um papel de potência emergente.

Diante da radicalização crescente do cenário político nacional, o discurso de San Tiago, com o objetivo de se colocar acima das tensões da guerra fria, acabou por atrair mais críticos que simpatizantes. De um lado, atacado pelos setores conservadores e anticomunistas, com destaque para a UDN. De outro lado, rechaçado pelos grupos comunistas e também pelos setores mais a esquerda, inclusive do seu próprio partido, como os membros da Frente de Mobilização Popular, encabeçada por Leonel Brizola.

---

<sup>146</sup> Primeira entrevista do ministro San Tiago Dantas. Suplemento ao Boletim Radiotelegráfico, n.6.265, de 11/10/1961. Disponível em *Documentos da Política Externa Independente*, publicação da Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG).



Somou-se às dificuldades para obtenção de apoio para sua política externa independente, em particular, as resistências, das direitas e das esquerdas, a seu projeto trabalhista. Em síntese, o ideólogo do trabalhismo moderado, homem que buscou constantemente o consenso em seus projetos, simbolizou, ironicamente, o dissenso de uma época.

## CAPÍTULO: 3 – Os impasses do governo Goulart

No dia 7 de setembro de 1961, João Goulart assumiu a presidência. Com a sua posse, a esperança e os anseios de grande parte da população eram depositados no novo presidente. O momento era, contudo, bastante conturbado: à grave crise militar somavam-se os problemas nas contas públicas. Segundo Jorge Ferreira (2007b), ao assumir o governo, Jango teve que responder ao programa histórico das esquerdas, defendido por ele mesmo desde o início de sua carreira política nos anos 50: as reformas de base. Sob a expressão reformas de base estava reunido um conjunto de iniciativas que tinham como objetivo revolucionar as estruturas políticas, econômicas e sociais do país, promovendo o desenvolvimento econômico independente e a justiça social. Entre as reformas destacaram-se: a reforma universitária, bancária, urbana, administrativa, fiscal e agrária. “Sustentava-se ainda a necessidade de estender o direito de voto aos analfabetos e às patentes subalternas das forças armadas, como marinheiros e os sargentos, e se defendia medidas nacionalistas prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica e um maior controle dos investimentos estrangeiros no país, mediante a regulamentação das remessas de lucros para o exterior”.<sup>147</sup>

Nesse sentido, a chegada de João Goulart à presidência era a ascensão ao poder de uma esquerda cada vez mais ambiciosa por transformações importantes nas estruturas do país. Nas palavras de Maria Celina D’Araujo (1996), o próprio PTB radicalizava crescentemente seu discurso, buscando acompanhar o movimento sindical e nacionalista. Essa era uma forma de se aproximar das suas bases de esquerda fazendo frente à competição com os comunistas. É preciso lembrar que, a despeito de ser este um período de aliança entre os trabalhistas e os comunistas, houve também, no interior da aliança, uma intensa disputa pela hegemonia do movimento sindical. Sem descartar a unidade na ação, tanto um lado como o outro, buscava no longo prazo a derrota política de seus companheiros do presente (Santana, 2007).

Todavia, se havia uma esquerda entusiasmada com a perspectiva de mudança, da mesma forma estava presente uma direita receosa com o novo governo. Palavras e

---

<sup>147</sup> Marieta de Moraes Ferreira In ABREU, Alzira Alves de *et al.* *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, versão em CD-Room.

expressões como *trabalhismo, reformas de base, nacionalizações, comunismo e república sindicalista* povoavam o imaginário das direitas. A grande hostilidade em relação a Goulart podia ser observada com as frustradas tentativas de impedi-lo de assumir a presidência com a renúncia de Jânio Quadros. A conspiração golpista dos setores conservadores foi abortada por uma intensa mobilização popular a favor da posse do vice-presidente. A articulação entre setores militares e a direita civil foi vencida pela campanha das esquerdas, conhecida como Campanha pela Legalidade<sup>148</sup>. A favor de Jango, se uniram partidos de esquerda como o PTB, PSB, PCB, setores do movimento sindical, como a CGT e a CNTI, o movimento estudantil em torno da UNE, setores legalistas das forças armadas, a imprensa, clubes de futebol e lideranças políticas expressivas, como Leonel Brizola. No Rio Grande do Sul, o governador Brizola, iniciou a resistência ao golpe conseguindo conquistar o apoio do general Machado Lopes, comandante do III Exército. Com essa manobra política, Brizola dividiu o exército. Nesse momento, qualquer avanço temerário poderia deflagrar a guerra civil. Buscando mobilizar a população, o governador gaúcho criou a Cadeia Radiofônica da Legalidade, uma rede de cerca de cento e cinquenta emissoras de rádio para a defesa da posse de Goulart.

No início, o movimento recebeu a adesão apenas de setores civis. Aos constantes boatos e notícias sobre um iminente ataque do Exército e da Aeronáutica ao Palácio Piratini, o governador Brizola respondeu deflagrando uma intensa mobilização política. Foi criado o Comitê Central do Movimento de Resistência Democrática, órgão unificador de dezenas de outros comitês, reunindo em pouco tempo mais de 45 mil voluntários. Armas passaram a ser distribuídas a jornalistas, funcionários e civis. Contrariando todas as expectativas, Brizola conseguiu o apoio de Machado Lopes e seu III Exército. Segundo Jorge Ferreira, o apoio do comandante Machado Lopes foi produto de um conjunto de fatores: a influência de militares nacionalistas, como Assis Brasil, Peri Bevilacqua e Oromar Osório, que controlavam guarnições no interior do Estado, a intransigência do alto comando militar com suas ordens para bombardear o palácio do governo do Rio Grande do Sul e a grande adesão popular contra o

---

<sup>148</sup> Para ver mais sobre a Campanha da Legalidade: FERREIRA, Jorge. “A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961.” In: *O imaginário trabalhista. Getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 277 a 318; BANDEIRA, Muniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979; CASTELO BRANCO, Carlos. *Introdução à revolução de 1964; a queda de João Goulart*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

impedimento do vice-presidente. Assim, mesmo pressionado pelo Estado-Maior do Exército, Machado Lopes uniu-se à organização de resistência civil, fortalecendo a causa da legalidade. Com o apoio, constituiu-se o Comando Unificado das Forças Armadas do Sul, sob a liderança de Machado Lopes. A capacidade de resistência não pôde ser desprezada pelos setores golpistas: o III Exército possuía regimentos de infantaria, blindados e mais de 40 mil homens; a Brigada Militar contava com mais 13 mil homens; somados a isso, chegavam inúmeros oficiais, de todos os estados, para se unir ao movimento. O impasse estava dado: ou se descobria uma saída política ou o país mergulharia em uma sangrenta guerra civil.<sup>149</sup>

O resultado foi que no embate entre uma direita ofensiva e golpista e uma esquerda defensiva e constitucional venceu a legalidade. A vitória da esquerda foi principalmente fruto da defesa da ordem legal. No entanto, a derrota da direita não foi total. Jango assumiu, mas com poderes limitados. A solução para a pacificação do país veio do deputado pessedista Tancredo Neves, que propôs a mudança do regime político, adotando-se o parlamentarismo. Em conversa por telefone, Juscelino Kubitschek já havia sugerido a Goulart a implantação do parlamentarismo como uma saída para a crise. Neste momento, o PSD exerceu uma posição-chave na fiação do novo sistema. Lideranças como Amaral Peixoto, Tancredo Neves e Juscelino garantiram o apoio do partido. Para Lucia Hippolito (1985), o PSD, neste momento, demonstrou mais uma vez, seu papel de fiador do equilíbrio político, evitando a vitória de posições radicais (à esquerda e à direita). Ela ressalta também o peso do cálculo político pessedista, uma vez que a posse de Jango o impossibilitaria de concorrer à presidência em 1965, sendo menos um adversário e constituindo importante apoio para JK.

Bastante resistente à diminuição de seus poderes, Jango aceita o parlamentarismo, convencido de ser a única alternativa presente capaz de evitar um banho de sangue no país. Em entrevista a jornalistas brasileiros e estrangeiros, afirmou que iria “até o impossível para que não haja derramamento de sangue (...) para que se evite, a qualquer custo, a guerra civil” (Ferreira, op.cit).

Desse modo, a esquerda teria seu presidente, mas a direita também ficava satisfeita com um regime em que o presidente abdicava de certos poderes para um parlamento sabidamente conservador. Argelina Figueiredo (1993:47) chama a atenção

---

<sup>149</sup> Para uma descrição detalhada deste contexto, ver o notório estudo biográfico de João Goulart feito por Jorge Ferreira (FERREIRA, 2011).

para um importante cálculo eleitoral da direita neste momento: uma vez empossado na presidência, Jango, que era forte candidato para as eleições de 1965, seria impedido de disputar o pleito, o que interessava, como já mencionado, aos pessedistas, mas também à UDN, principalmente ao grupo lacerdista.

O parlamentarismo foi adotado como uma solução temporária. Sua vigência devia ser ratificada por plebiscito nove meses antes do fim do mandato de Goulart. Assim, o parlamentarismo para muitos não passava de uma medida provisória, tendo em vista a possibilidade de antecipação do plebiscito. Para Jango e os setores nacionalistas e de esquerda, o parlamentarismo constituía apenas uma primeira etapa. Uma vez no poder, a luta voltava-se para o retorno do presidencialismo, pois somente nesse regime haveria possibilidades concretas de execução de um amplo programa político progressista, segundo os grupos esquerdistas. Daí, compreende-se os motivos que levaram Goulart, em seu discurso de posse, a lançar a campanha pela volta do presidencialismo<sup>150</sup>. Enquanto isso, no Congresso Nacional, o deputado petebista Fernando Ferrari já, na primeira semana de governo, havia recolhido mais de 90 assinaturas pela antecipação do plebiscito<sup>151</sup>.

Na presidência, Goulart possuía duas estratégias políticas definidas. Em primeiro lugar, aproximar-se dos setores de centro, especialmente do PSD, a fim de conseguir maioria no Congresso Nacional para a aprovação das reformas de base. As reformas seriam fruto de acordos e negociações, sendo, portanto, mais moderadas do que desejavam setores mais a esquerda do trabalhismo. Para atingir esse objetivo, Jango contava com San Tiago Dantas, que, além de ser um dos artífices da política externa independente, tinha bom trânsito entre os setores conservadores, principalmente pessedistas. Uma hipótese que buscarei desenvolver ao longo do capítulo é a de que San Tiago corresponderia a uma espécie de lado direito de Jango, no sentido da encampação de propostas reformistas mais moderadas e negociadas, enquanto Brizola - uma vez que Fernando Ferrari outra liderança à esquerda do PTB saiu do partido - seria seu lado esquerdo. Defendo que Goulart, até o último momento, no caso o ponto de inflexão foi

---

<sup>150</sup> Discurso citado: FIGUEIREDO, Argelina. Op.cit. p 56. Para ver a íntegra do discurso: ANDRADE, Auro de Moura. *Um Congresso contra o arbítrio – diários e memórias – 1961-1967*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982. p. 108.

<sup>151</sup> Jornal do Brasil, 9 de setembro de 1961, p. 2

o comício da central do Brasil, esteve mais próximo de Dantas do que de Brizola, apostando em uma solução reformista e moderada.

A segunda estratégia era minar o regime parlamentarista, demonstrando sua fragilidade política e administrativa. Ao desejo de reconstituição dos plenos poderes somavam-se as dificuldades encontradas pelo presidente para a execução das reformas como desejados pelas esquerdas. Na visão de Argelina Figueiredo (op.cit: 53), “o parlamentarismo como arranjo institucional excluía a possibilidade de um programa abrangente de reformas políticas e sociais mais profundas”, tendo sido moldado para controlar o presidente e aumentar a força do Legislativo, dominado pelos setores conservadores. Assim, as reformas ficariam aquém do defendido pelos setores nacionalistas e de esquerda, que se encontravam em uma estratégia maximalista, descartando concessões e compromissos.

Não foi preciso, entretanto, muitas ações para derrubar o parlamentarismo. O próprio esqueleto do regime era frágil desde seu nascimento. Parido prematuro, sem debates aprofundados sobre como seria feito o novo arcabouço político e legislativo, o novo governo sofria com a acomodação de diferentes grupos políticos no poder em detrimento da eficiência administrativa. As funções do presidente e do primeiro-ministro não estavam claramente definidas e, em alguns casos, se sobrepunham. Nas palavras de Tancredo, a emenda do parlamentarismo apresentava “graves erros de técnica legislativa, que tornavam impossível a prática eficiente do governo” (Idem: 48).

Não tardou para aparecer a primeira grande crise política. Em junho de 1962, todos os ministros do gabinete de Tancredo Neves pediram demissão. Com a saída de Tancredo, o nome de San Tiago Dantas despontava com força. No dia 16 de junho, o *Jornal do Brasil* colocou em sua primeira página “Tancredo fixa renúncia; San Tiago será *premier*”. Por motivos já discutidos no primeiro capítulo, o nome de San Tiago não se efetivou, demonstrando que setores influentes, como o próprio presidente Goulart, se dedicavam a minar o parlamentarismo.<sup>152</sup> Para Argelina Figueiredo, Goulart só daria apoio a um candidato a primeiro-ministro comprometido a antecipar a data do plebiscito. Por isso, o nome de Dantas, com suas posições moderadas e a favor do parlamentarismo não contava com a simpatia do presidente, uma vez que ameaçava seu

---

<sup>152</sup> Ver as páginas 28 e 29 no primeiro capítulo da presente dissertação.

principal objetivo naquele momento: recuperar os plenos poderes presidenciais (Figueiredo: 76).

Assumiu, em 7 de julho, com a concordância dos partidos conservadores, Francisco de Paula Brochado da Rocha com um programa de combate à inflação e pela antecipação do plebiscito. A posse de Brochado da Rocha, figura política com pouca expressão no cenário nacional, foi uma vitória de Jango, que pode, assim, exercer uma maior influência sobre o gabinete, pressionando pelas reformas sociais e pelo adiantamento do plebiscito.<sup>153</sup> Pressionado pelos líderes sindicais e pelos militares nacionalistas, o primeiro ministro enviou ao Congresso um pedido de delegação de poderes para legislar sobre temas como o monopólio da importação de petróleo e derivados e a regulamentação do estatuto do trabalhador rural. Com seu pedido negado, Brochado da Rocha renunciou na madrugada do dia 14 de setembro. Hermes Lima, então, assumiu o cargo, ficando no cargo até o dia 6 de janeiro de 1963, data do plebiscito. Com o aumento da pressão social, principalmente, dos sindicatos que deflagraram greves por todo o país, o Congresso aprovou a antecipação do plebiscito.

Em um ano de regime parlamentarista, até mesmo no campo das direitas ouviam-se clamores pela volta do presidencialismo. É importante salientar que para muitos grupos políticos a aproximação da eleição de 1965 tornava urgente a mudança do regime sob pena de ver um aliado vencer a disputa e assumir com poderes limitados. Não foi por outro motivo que Lacerda e JK dedicaram-se à campanha pela vitória do presidencialismo no plebiscito de 1963. A maior parte da imprensa também apoiou o presidencialismo. Mesmo jornais como *O Globo* e o *Estado de São Paulo* produziram editoriais a favor de Jango e contra o parlamentarismo. No dia 6 de janeiro, 11.531.030 eleitores, de um eleitorado de 18 milhões, votaram no plebiscito. O resultado determinou a volta ao presidencialismo, por 9.457.448 votos contra 2.073.582. Vitória fantástica de Jango e das esquerdas ou pelo menos foi o que pareceu.

---

<sup>153</sup> Jorge Ferreira, citando Maria Celina D' Araujo, Brochado da Rocha pertencia ao círculo de homens de confiança de Brizola.

## A vitória do presidencialismo

O entusiasmo do plebiscito fora precedido por outra aparente vitória esmagadora dos setores nacionalistas e de esquerda: em 1962, o PTB fora o grande beneficiário das eleições. Seu candidato a deputado federal pelo estado da Guanabara, Leonel Brizola, tivera uma votação extraordinária, ameaçando a hegemonia de Carlos Lacerda no estado e se tornando o principal líder das esquerdas no país. Aliado importante, mas, cada vez mais, rival potencial do presidente Goulart. O partido elegera também 116 deputados e se tornou o segundo maior partido nacional, aproximando-se do PSD com 118. Mas, apesar de ultrapassar a UDN, deve-se salientar que esse crescimento em termos proporcionais não foi tão expressivo, como nos alerta Maria Celina D’Araujo (1996). A partir desta eleição, o número de cadeiras na Câmara Federal passou de 326 para 409. Portanto, proporcionalmente, o partido cresceu 8%, enquanto a UDN teve um aumento de 5% e o PSD perdeu 5% de cadeiras. Além disso, se houve avanços dos partidos reformistas, os conservadores da UDN e PSD, com uma parte de seus candidatos financiados pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)<sup>154</sup> e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)<sup>155</sup>, ainda possuíam a maioria do Congresso (54% das cadeiras). Se as esquerdas tiveram destacadas vitórias nas eleições estaduais, com a eleição para os governos de Pernambuco, com Miguel Arraes, e Rio de Janeiro, com Badger da Silveira, as direitas venceram com Ademar de Barros em São Paulo e Meneghetti no Rio Grande do Sul, possuindo ainda estados de peso como a Guanabara, governada por Carlos Lacerda e Minas Gerais, sob controle de Magalhães Pinto (Reis, 2000).

Ainda assim, em entrevista a uma rede de rádio e televisão, o governador Leonel Brizola afirmou, entusiasmado com a grande votação a favor do presidencialismo, que “o não avassalador (ao parlamentarismo) tem significado uma afirmação da unidade e,

---

<sup>154</sup> Fundado oficialmente em 1962, o Instituto foi criado por empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo, tendo como objetivo realizar uma intensa campanha contra o governo de João Goulart, por meio da publicação de livros e revistas e do patrocínio de filmes, cursos e palestras. Aos poucos, o instituto foi sendo dominado pelos grupos mais conservadores e anticomunistas, que visavam derrubar o governo Goulart.

<sup>155</sup> Instituto criado com fins eleitorais, o IBAD financiou candidaturas conservadoras, principalmente da UDN e do PSD, na eleição de 1962, atuando também na difusão de propaganda no rádio, na televisão e nos jornais contra João Goulart e os candidatos identificados com o governo.



através dela, precisamos caminhar rumo a liberdade”.<sup>156</sup> Para as esquerdas era momento de comemorar vitórias supostamente arrebatadoras. Na visão de muitos era o motor da história movendo-se rumo à nova sociedade. As condições objetivas, em suas avaliações, estavam dadas, faltava a participação dos homens na história. E a partir desses dois resultados – a vitória nas eleições de 1962 e o retorno do presidencialismo – as esquerdas passaram a medir suas forças durante o governo de Jango. Com os poderes de volta era hora de colocar em pauta as tão esperadas reformas de base.

## **A volta do presidencialismo e a esquerda radical**

Embalada pelo retorno dos plenos poderes presidenciais, formou-se uma “coalizão radical pró-reformas” no país (Figueiredo, op.cit). Os grupos nacionalistas e de esquerda esperavam de Jango um governo que realizasse as tão esperadas reformas sociais e políticas, que permitisse o desenvolvimento econômico independente e o estabelecimento da justiça social. Dessa forma, passaram a pressionar o governo para a implementação das reformas de base. A ideia era clara: as reformas seriam feitas a despeito da vontade dos setores conservadores. Por isso, criticavam Jango por negociar com os pessedistas. Para as esquerdas, o presidente não deveria esperar por soluções negociadas. Uma análise comum entre as esquerdas era de que o Congresso era dominado pelos setores conservadores, sendo, portanto, pouco provável a aprovação das reformas pelo Legislativo. Assim, seria necessário romper com esses setores, considerados “reacionários e entreguistas”, colocando um fim na chamada “política de conciliação”. Jango deveria governar apenas com o apoio popular. Como lembra Jorge Ferreira, *conciliação* era o termo mais ofensivo entre as esquerdas do período. Afinal, se o embate entre a esquerda e a direita daria a vitória a esquerda, por que conciliar com os conservadores? Essa era a análise da esquerda radical. Desse modo, desde o início, Jango sofreu pressão para radicalizar seu governo. Brizola, no momento da posse e em diferentes momentos depois durante o governo, aconselhou o presidente a dar um golpe de estado: “Se não dermos o golpe, eles o darão contra nós” (Jorge, op.cit: 560).

Nesse sentido, é necessário mapear quem eram estas esquerdas radicais. Embora heterogêneas, elas possuíam em comum a defesa intransigente das reformas.

---

<sup>156</sup> Última Hora, 18 de janeiro de 1963.

Compreendiam: o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), as Ligas Camponesas, o bloco parlamentar Frente Parlamentar Nacionalista, o movimento sindical representado pelo CGT, uma importante ala do PTB e do PSB, um grande número de subalternos das forças armadas, tendo destaque os sargentos do Exército e da Aeronáutica e os marinheiros da Marinha, os estudantes concentrados na União Nacional dos Estudantes (UNE) e os grupos trotskistas, além de uma ampla rede de intelectuais e artistas.

Neste grupo, divergiam o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) quanto à linha de ação a adotar diante do governo Jango. A cisão entre os comunistas, em 1962, segundo Jean Rodrigues Sales, surgiu, na segunda metade da década de 1950, resultado de divergências doutrinárias, como o posicionamento diante das denúncias de Krushev no XX Congresso do Partido Comunista da URSS, de análise política, como a formulação de estratégias de ação durante o governo João Goulart, e de luta pelo poder dentro da estrutura partidária do PCB, que, diante da impossibilidade da existência de idéias contrárias à orientação do grupo dirigente, levou à divisão.

Vale dizer que foi a reorientação do partido, a partir da “Declaração de Março de 1958”, que levou à intensificação do conflito entre este grupo, liderado pelos comunistas João Amazonas, Mauricio Grabois e Diógenes Arruda Câmara, hostil às novas propostas doutrinárias do partido, e o grupo dirigente. A partir daí, o grupo oposicionista foi expulso, acabando por fundar o novo partido. Apesar da historiografia afirmar a opção do partido pela luta armada e o próprio partido surgir de uma crítica ao pacifismo do PCB, segundo Jean Rodrigues Sales, o PCdoB em seu manifesto-programa falava em ações por conquistas parciais e campanhas eleitorais<sup>157</sup>. Apesar disso, havia uma nítida diferença para o PCB. Defensor da revolução nacional-popular, do chamado *etapismo*, o partido reconhecia, desde a Declaração de Março, a importância da questão democrática e da formulação de um caminho pacífico para o socialismo, substituindo a noção de *assalto ao poder* pelo proletariado pela *evolução por etapas* com a união do operariado e do campesinato com a burguesia nacional. Por

---

<sup>157</sup> Para ver mais sobre o PCdoB: SALES, Jean Rodrigues. “Da luta armada ao governo Lula: a história do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)”. In FERREIRA, Jorge & AARÃO, Daniel (orgs). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia (1964...)*, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo, Ática, 1987; POMAR, Pedro. “Carta sobre a guerrilha do Araguaia”. *Movimento*. São Paulo, n 199, 1979.

essa razão, o PCB adotou uma postura bastante ambígua durante o governo de João Goulart, ora se aproximando mais da “coalizão radical pró-reformas”, ora se unindo aos grupos mais moderados do PTB.

No Nordeste, formaram-se as Ligas Camponesas, cuja principal liderança era o advogado Francisco Julião. Movimento surgido na segunda metade da década de 1950, fruto dos problemas do campo brasileiro, exercia forte pressão pelas reformas sociais. Ao contrário do imaginado pelo senso comum, as Ligas não eram compostas exclusivamente de camponeses, possuindo inúmeros líderes oriundos das camadas médias urbanas. No início da década de 1960, o movimento aproximou-se de Cuba e da China, passando a representar no Brasil a possibilidade de realização de um processo revolucionário similar ao cubano e ao chinês, com sua base de mobilização a partir do campo. Francisco Julião sonhava em fazer de Pernambuco uma nova Cuba Para isso, com apoio financeiro e treinamento militar dos dois países, as Ligas começaram a organizar a revolução brasileira. Em Dianópolis, interior de Goiás, foi descoberto um campo de treinamento militar. Em 1962, Julião investiu na nacionalização da organização e na sua transformação em um movimento político mais amplo, ultrapassando as fronteiras do campo, estendendo sua influência para as cidades. Surgiu, assim, o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). Um acidente aéreo mais tarde revelou ligações entre o grupo e o governo cubano (Grysnpan & Dezemone, 2007). O MRT planejava montar campos de treinamento militar em oito áreas compradas em sete diferentes estados.<sup>158</sup> As Ligas agitavam também o imaginário das esquerdas. Em 1963, Eduardo Coutinho, através do Centro Popular de Cultura (CPC), filmou *Cabra marcado para morrer*, contando a história do líder camponês, João Pedro Teixeira, assassinado por latifundiários no ano anterior e que se tornou um mártir da luta pela terra.

O Centro Popular de Cultura, o CPC, foi uma das iniciativas adotadas pela União Nacional dos Estudantes no período. Concebido como um centro promotor de uma arte nacional e popular, voltada para a conscientização das massas, realizou uma série de peças de teatro, patrocinou filmes do Cinema Novo, como *Cinco vezes favela*, e editou livros, como *Poemas para a liberdade*, um poema-denúncia da ordem social capitalista (com os latifúndios, a exploração e o imperialismo), tendo como pano de fundo a descrição das condições subumanas nas grandes cidades e, sobretudo, no

---

<sup>158</sup> Depoimento de Clodomir de Moraes a Denis de Moraes, em *A Esquerda e o golpe de 64*, p.84, citado por Elio Gaspari, em *A Ditadura Envergonhada*, p.179.

campo. Apesar de usar o prédio da UNE e estar ligado a ela, o CPC era independente da organização estudantil.

Além disso, dominada pela Juventude Universitária Católica (JUC), depois renomeada como Ação Popular (AP), mas também com forte presença dos comunistas do PCB, a UNE destacou-se também por uma série de outras atividades de mobilização política e social, como: “a greve do um terço”, exigindo que os estudantes participassem dos órgãos colegiados das universidades naquela medida; a *UNE Volante*, comitiva de cerca de 25 dirigentes da entidade e do CPC, que percorria as universidades de todo o país, e as campanhas de alfabetização de alunos através do método desenvolvido pelo educador Paulo Freire.

No movimento sindical, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), controlado por trabalhistas e comunistas, não era mais um elemento de aproximação quase que instantânea com o grupo janguista. Segundo Maria Celina D’Araujo (op.cit), o movimento sindical não era o mesmo dos anos de 1950. Neste momento, na visão de Jorge Ferreira (op.cit), o CGT começou a fazer alianças com as Ligas Camponesas, a UNE, as organizações de esquerda revolucionária e os sargentos, abrindo novas perspectivas para o movimento reformista, nacionalista e popular.

No Congresso, destacava-se a Frente Parlamentar Nacionalista, que, embora de caráter suprapartidário, reunia parlamentares em torno de plataformas de cunho nacionalista e, a partir dos anos 1960, também de defesa das reformas sociais, com ênfase para a reforma agrária. Era composta por trinta parlamentares do PTB, que era o partido hegemônico na organização; doze do PSD; dez da UDN; e nove de outros partidos, como o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Republicano (PR) e o Partido Social Progressista (PSP). A Frente Parlamentar Nacionalista teve sua primeira manifestação oficial, em 1956, quando 55 deputados assinaram um programa de ação com 13 propostas que versavam desde o controle das remessas de divisas para o exterior e defesa da indústria e da cultura brasileira até o estímulo à formação de grupos de estudo sobre economia, justiça social e dispositivos constitucionais, que pudessem contribuir para a defesa do patrimônio e da soberania nacional. Para Lucilia de Almeida Neves Delgado, a força e a fragilidade da FPN se situavam, paradoxalmente, no mesmo fator, seu caráter suprapartidário. Se, por um lado, a heterogeneidade da frente, garantia um poder de atuação destacado no governo federal e no Congresso Nacional, por outro

lado, em alguns momentos, provocava divisões internas. De qualquer forma, apesar de suas fragilidades, a FPN foi uma importante plataforma de expressão e difusão de teses do pensamento nacionalista, reformista e desenvolvimentista, tanto nas instâncias de poder político, como nos poderes Executivo e Legislativo federais, como na sociedade civil.<sup>159</sup>

Nenhum agrupamento fez tanto barulho, dentro da coalizão de esquerda, como os chamados *nacional-revolucionários*, maneira como os seguidores de Leonel Brizola se autodefiniam. Para Jorge Ferreira (op.cit), o nome Leonel Brizola passou a significar, naqueles anos, o que havia de mais à esquerda no trabalhismo brasileiro, expressando e unificando ideias e crenças de grupos esquerdistas diversos. Tendo tido uma posição destacada no apoio à Goulart, desde o momento da sua posse, Brizola, à medida que aumentava seu prestígio político e popularidade, passou a rivalizar com Jango pela liderança do campo popular, nacionalista e de esquerda.

Observando a efervescência política da esquerda, mas notando sua pouca articulação, Brizola lançou a Frente de Mobilização Popular no início de 1963. A idéia do político gaúcho era formar um movimento que reunisse as principais organizações de esquerda para pressionar Jango a assumir imediatamente o programa das reformas de base. Nas palavras de Ruy Mauro Marini era como um “parlamento das esquerdas” (Neves, 1989:236). Nela estavam presentes: setores mais a esquerda do PTB, a Frente Parlamentar Nacionalista, os sargentos e marinheiros das Forças Armadas, a UNE, a CGT, a CNTI, a PUA, as Ligas Camponesas, grupos da esquerda revolucionária como a AP<sup>160</sup>, a POLOP<sup>161</sup>, o POR-T, os grupos trotskistas e a extrema esquerda do PCB.

A proposta da FMP, segundo Jorge Ferreira (2004), era convencer Goulart a implementar as reformas de base unicamente com o seu apoio, desconsiderando as demais forças políticas, vistas como reacionárias. Para os setores envolvidos na FMP, qualquer diálogo de Jango com o PSD era “conciliação”. Para Maria Celina D’Araujo, a

---

<sup>159</sup> Sobre a Frente Parlamentar Nacionalista, ver: NEVES, Lucilia de Almeida. In FERREIRA, Jorge & AARÃO, Daniel (orgs). *As esquerdas no Brasil*. Nacionalismo e reformismo radical, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>160</sup> Para saber mais sobre a AP, ver: CIAMBARELLA, Alessandra. “Do cristianismo ao maóismo: a história da Ação Popular.” In FERREIRA, Jorge & AARÃO, Daniel (orgs). *As esquerdas no Brasil*. Revolução e democracia (1964...), volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; LIMA, H & ARANTES, A. A história da Ação Popular – da JUC ao PCdoB. São Paulo, Alfa-Ômega, 1984.

<sup>161</sup> Para saber mais sobre o POLOP, ver: AARÃO REIS, Daniel. “Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – POLOP (1961-1986). In FERREIRA, Jorge & AARÃO, Daniel (orgs). Op. Cit.

Frente de Mobilização Popular correspondia a uma das duas estratégias de atuação adotadas pelo PTB<sup>162</sup>. Seria por meio da FMP que a esquerda pressionaria o governo a colocar em marcha o programa das reformas de base.

No imaginário político das esquerdas, a história estava ao seu lado. Os conservadores estavam fadados à derrota e as reformas de base eram o caminho natural da revolução brasileira. Para as esquerdas, uma noção parecia cada vez mais consolidada: a ideia do desfecho. Em um tom bastante apocalíptico, Brizola falava de uma reta final da história, de um momento decisivo em que o “povo” e o “antipovo” se enfrentariam. Segundo Brizola: “Passamos a viver momentos decisivos de nossa vida e de nossa história. Aproximamo-nos, rapidamente, de um desfecho deste período cruel que se iniciou desde o fim da última guerra”.<sup>163</sup> Seria o fim de um ciclo iniciado a partir do término da segunda grande guerra, seria a libertação do país de sua histórica exploração pelo imperialismo. Para os nacionalistas-revolucionários, as reformas de base eram o instrumento necessário para essa revolução econômica, política e social. Falava-se na abolição da “democracia das minorias privilegiadas” e no rompimento com o “capitalismo excludente”. Na agitação crescente das esquerdas, era a hora da “nova democracia”.

Com a radicalização política nos anos de 1963 e 1964, Brizola também radicalizou suas posições. Ao mesmo tempo que o líder gaúcho contribuía para a agitação do campo político, ele era alimentado por esse processo, aproximando suas propostas do modelo revolucionário como era experimentado em Cuba. Se, num primeiro período, Brizola defendeu reformas revolucionárias dentro dos trâmites institucionais, logo passou a sustentar a ideia de uma insurreição popular, caso o Congresso protelasse as reformas. Segundo Brizola, o “o caso cubano” pode ser “um espelho que, desditosamente, venha a ser o nosso futuro, se os termos de nossas relações com os Estados Unidos continuarem como até agora” (Ferreira, 2011).

Importante salientar que na visão das esquerdas, o jogo lhes parecia favorável. As conquistas de 1961 e 1962 eram o combustível para a mudança de estratégia: os

---

<sup>162</sup> Para Maria Celina D’Araujo, os nacionalistas-reformistas do PTB adotaram duas estratégias principais entre o início do governo Jango até o comício da central do Brasil no dia 13 de março de 1964: em primeiro lugar, a via parlamentar investindo nas eleições como a de 1962, e, paralelamente, a via da ação direta com a mobilização de trabalhadores, estudantes, sindicatos e militares para fazer pressão política extra-parlamentar sobre o presidente.

<sup>163</sup> Panfleto, Rio de Janeiro, 17 de fevereiro, p.14-15. Citado em FERREIRA, 2007b.

defensores de ontem eram os atacantes do momento. Na visão de Daniel Aarão Reis (op.cit), os elementos que lutaram a favor da ordem legal, impedindo a quebra da legalidade na posse de Jango, passaram agora à ofensiva, defendendo transformações radicais, ainda que por cima da ordem constituída. Brizola, diante de um Congresso hesitante, alardeava que as reformas seriam feitas “na lei ou na marra”, com ou sem Congresso, pois no momento do desfecho: “estaremos com o povo ou com o antipovo; ou seremos patriotas ou traidores” (Ferreira, 2007b).

## **A mobilização conservadora**

Se as esquerdas formavam uma “coalizão radical pró-reformas”, as direitas se mobilizavam para reagir a elas. De fato, respondia no mesmo tom, à uma esquerda radicalizada, uma direita extremada e golpista. Setores civis e militares conservadores olhavam para Goulart com desconfiança desde que ele assumiu o Ministério do Trabalho durante o segundo governo Vargas. Naquele momento, essas elites já nutriam receios por um ministro que recebia, com consideração e respeito, em seu próprio gabinete, pessoas de origem social das mais diversas, dentre elas, um grande número de cidadãos pobres e negros. Em seu jornal, Carlos Lacerda desferia ataques contra o ministro que estaria preparando uma “República sindicalista”. Essa expressão que vai perseguir Jango pelo resto de sua carreira política, segundo Jorge Ferreira (2007a), representava para a elite, ao ver o grande apoio sindical, o temor de que o país se transformasse em uma ditadura nos moldes do peronismo.<sup>164</sup> O temor do exemplo peronista, nos anos 1950, deu lugar, no início da década seguinte, ao medo da “cubanização” do país, sendo Fidel Castro, agora, a principal referência negativa a povoar o imaginário das direitas.

---

<sup>164</sup> Para ver mais sobre a atuação de Jango durante o segundo governo Vargas (1951-1954): GOMES, Angela de Castro & FERREIRA, Jorge. *Jango*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007; FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.3. FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

Do lado da direita, o principal partido a fazer oposição a Goulart era a União Democrática Nacional<sup>165</sup>. A UDN possuía importante participação no jogo político: era o terceiro partido com maior representação no Congresso, possuía dois líderes de expressão nacional e candidatos ao pleito de 1965 (Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, e Carlos Lacerda, governador da Guanabara) e detinha forte influência sobre parte da imprensa liberal que simpatizava com o partido. Sua posição era clara: o Congresso é soberano e a Constituição intocável. Por trás da aparência legalista, escondia-se um partido refratário a qualquer tipo de reforma. Para os críticos, a posição antirreformas uniu-se, principalmente, depois das sucessivas derrotas eleitorais e a partir do governo de João Goulart, a um discurso profundamente antidemocrático. Augusto do Amaral Peixoto, deputado estadual no estado da Guanabara pelo PSD, declarou que a UDN só era democrática quando sentia a possibilidade de conquistar o poder pelo voto.<sup>166</sup>

Dentro da UDN, Carlos Lacerda liderava o setor da extrema-direita do partido que fazia uma oposição radical ao governo Jango. Governando a Guanabara, a estratégia do “demolidor de presidentes”<sup>167</sup> era firmar-se como um forte candidato às eleições de 1965, representando assim a principal liderança anticomunista e de oposição ao governo petebista no cenário nacional.

Vale dizer que, dentro da UDN, havia também uma ala mais progressista, a chamada Bossa-Nova, que possuía um discurso reformista, mais próximo dos “progressistas” do PSD, a chamada Ala Moça, e dos “moderados” do PTB, do que dos grupos lacerdistas. Faziam parte deste grupo, políticos, como o deputado José Aparecido, além de uma corrente de governadores, próxima a Goulart, como Seixas Dória (SE)<sup>168</sup>, Magalhães Pinto (MG) e Petrônio Portela (PI), que possuíam uma posição anti-direção da UDN e anti-Lacerda. Para Maria Victoria Benevides, o governo de João Goulart representou um momento de inflexão na história da UDN. Houve uma

---

<sup>165</sup> Uma análise bastante minuciosa acerca da UDN é encontrada em: BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo*. Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

<sup>166</sup> Depoimento concedido ao Programa de História Oral do CPDOC/FGV, entre os dias 31/10/1975 e 23/11/1975, fita 15, p. 509.

<sup>167</sup> A expressão é utilizada em Motta, 1996. Para outros trabalhos sobre a figura de Carlos Lacerda, ver: DULLES, John W. Foster. Carlos Lacerda: a vida de um lutador, vol.1: 1914-1960 e vol.2:1960-1997. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992; MOTTA, Marly da Silva. “A estratégia da ameaça: as relações entre o governo federal e a Guanabara durante o governo Carlos Lacerda (1960-65)”. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV (Texto CPDOC n25), 1997.

<sup>168</sup> Seixas Dória, governador de Sergipe, foi um dos primeiros cassados pelo regime civil-militar de 1964.



divisão entre os “progressistas”, agrupados na Bossa-Nova e os “ortodoxos”, que compunham a “banda de Música”. A Bossa-Nova (1981), por exemplo, fazia parte da Frente Parlamentar Nacionalista e defendeu um programa de reformas de base, sobretudo a agrária.

Durante uma década e meia (1945-1960), PTB e PSD atuaram unidos na política nacional, mesmo que essa aliança não tenha sido sempre contínua e sob as mesmas bases. Até o governo de Juscelino Kubitschek, como nos ensina Benevides, a aliança entre os dois partidos atingiu seu “ponto ótimo”, começando a se desgastar a partir daí. Na mesma medida que o PSD se afastava do PTB, se aproximava da UDN, compondo, assim, uma maioria conservadora que freava projetos de reforma no Congresso Nacional. Essa foi, todavia, o caminho da aliança a nível partidário entre PSD e PTB. Durante o processo político, o comportamento dos pessedistas foi mais complexo, existindo grupos que se aproximavam dos petebistas e apoiavam o governo Jango, formando frentes interpartidárias em torno de projetos nacionalistas e reformistas, e grupos mais “conservadores”, críticos da administração petebistas e aliados da UDN no Congresso.

Com o início do governo Goulart, os conflitos internos no PSD tornaram-se maiores. Havia a ala juscelinista, liderada pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek, que defendia uma aproximação com João Goulart, como forma de preservar a aliança PSD-PTB, de olho nas eleições presidenciais de 1965. Para esse grupo, o partido devia apoiar o governo na aprovação das reformas de base, mas sempre atento para limitar a profundidade dessas transformações, defendendo os interesses de suas próprias bases. Por outro lado, havia o grupo amaralista, liderado por Amaral Peixoto que se aproximava da UDN na oposição ao governo petebista. Segundo Lucia Hippolito (1985), os atritos entre Jango e Amaral Peixoto são antigos, remontavam à década de 1950, quando o crescimento do PTB, principalmente após a morte de Vargas e durante o governo JK, começou a ameaçar as áreas de influência tradicionais do PSD. Apoiando a ala amaralista estava a bancada mineira do partido, cuja atuação se tornou cada vez mais forte em defesa do rompimento com o governo federal. Mas, nem entre os mineiros existia unidade. Havia, por exemplo, o grupo ligado, ao ex-primeiro ministro, Tancredo Neves, que defendia a colaboração com o governo.

No entanto, mesmo dividido entre apoiadores e opositores, é importante frisar a radicalização que tomou conta do próprio PSD. Setores da esquerda e da direita do partido afastaram-se cada vez mais, os primeiros aproximando-se da esquerda radical e os segundos, da direita conservadora. Na visão da cientista política Lucia Hippolito (op.cit: 141), as mudanças no partido foram também um reflexo das transformações por que passava o sistema político brasileiro. Uma vez que “o centro ideológico” se moveu para a esquerda, tornou-se necessário que o partido de centro – o PSD – caminhasse para a esquerda, a fim de continuar a ocupar o centro partidário. Para ela, foi devido a essa preocupação de renovação e ocupação do novo centro político, que apareceu a Ala Moça, com seu grupo de políticos defendendo as reformas sociais.

Ainda, segundo a autora, a divisão interna do partido teve um papel-chave na dissolução do governo, já que ocorreu o esvaziamento do centro político, responsável por preservar a estabilidade do regime. Embora Lucia Hippolito supervalorize a importância do partido para a queda do governo, não se pode negar que o PSD era o grande apoio que faltou a Jango.

Para além do campo político- partidário, havia também outros setores da direita que colaboraram para enfraquecer o governo. Um dos destaques foi a Igreja Católica e sua cúpula institucional, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil / CNBB. Mesmo que não se possa classificar a Igreja, como um todo, como reacionária,<sup>169</sup> pode-se falar de uma cúpula altamente conservadora. Autoridades da Igreja posicionaram-se como contrários às reformas e aos movimentos que as defendiam. O discurso de caracterizar qualquer tipo de postura reformista como uma ameaça de *comunização* do país fez escola na Igreja brasileira. Desde a encíclica de Pio XI, o comunismo era considerado

---

<sup>169</sup> Importante lembrar setores expressivos da comunidade católica que lutam a favor das reformas. Exemplo é a atuação da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC). Ambas difusoras da idéia de que o cristão deve ser “engajado”, comprometido com a transformação da sociedade brasileira. Para mais detalhes sobre a JEC e a JUC: “Operação Cavalo de Tróia: a Ação Católica Brasileira e as experiências da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC).” In FERREIRA, Jorge & AARÃO, Daniel (orgs). *As esquerdas no Brasil*. Revolução e democracia (1964...), volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; GÓMES de Souza, Luiz Alberto. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984. Outros setores importantes são: a Ação Popular, movimento surgido da atuação de membros da JEC e da JUC, mas que não era vinculado à Igreja, não sendo, portanto, limitado a católicos ou cristãos e a recém-surgida Teologia da Libertação. Sobre a Ação Popular (AP), há o texto já citado de Alessandra Ciambarella. Já sobre o movimento da Teologia da Libertação no Brasil e na América Latina, ver: LÖWY, Michel. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000; AYRES CAMURÇA, Marcelo. “A militância de esquerda (cristã) de Leonardo Boff e Frei Betto: da Teologia da Libertação à mística ecológica. In FERREIRA, Jorge & AARÃO, Daniel (orgs). Op. Cit.

intrinsecamente mau.<sup>170</sup> O exemplo da revolução cubana não poderia atingir o maior país católico do mundo. Para evitar isso, a alta cúpula da Igreja cerrou fileira em torno dos grupos conservadores na oposição ao governo de João Goulart.

Houve também organizações extrapartidárias, ou suprapartidárias, na oposição ao movimento pelas reformas de base. Chama a atenção, neste sentido, a criação de dois órgãos já mencionados: o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). A análise mais conhecida sobre a articulação desses grupos na construção de um discurso anti-Jango, anticomunista e a favor do golpe, encontra-se em René Armand Dreyfuss, em *1964: a conquista do Estado*. Seguindo uma análise de cunho marxista, Dreyfuss afirmou que o que se viu em 1964 não foi um golpe das Forças Armadas, mas a “culminância de um movimento civil-militar”.<sup>171</sup> O autor demonstrou, em minúcias, a formação do “complexo IPES/IBAD”, definindo-o como “um Estado-Maior da burguesia multinacional [que] conduziu uma ação medida, planejada e calculada que a conduziu ao poder”.<sup>172</sup> Assim, formou-se, no país, uma ampla rede, amparada em abundantes recursos, inclusive internacionais, cujo objetivo era patrocinar uma campanha de doutrinação anticomunista e de desestabilização do governo petebista. Uma ação ideológica que mobilizou múltiplos suportes, como rádio, televisão, cinema, palestras, teatro, livros e até desenhos animados.<sup>173</sup>

Portanto, é dentro desse contexto de radicalização crescente de direita e de esquerda que pretendo analisar o governo de João Goulart. Se, por um lado, havia um governo progressista que buscou executar democraticamente um programa de reformas estruturais no país, apoiado – e também pressionado – pelos setores do campo popular,

---

<sup>170</sup> A encíclica *Divinis Redemptoris* de 1937, afirmava: “Velai, Veneráveis Irmãos, para que se não deixem iludir os fiéis. Intrinsecamente mau é o comunismo e não se pode admitir, em campo algum, a colaboração recíproca, por parte de quem quer que pretenda salvar a civilização cristã.” Citado em: AARÃO REIS, Daniel. Op. cit.

<sup>171</sup> DREYFUSS, 1987, p. 361.

<sup>172</sup> Idem, p. 145.

<sup>173</sup> O livro de René Dreyfuss é considerado um trabalho pioneiro e inovador no estudo sobre o golpe de 1964, entre outras razões, por chamar a atenção para a mobilização civil para a queda de João Goulart. Discordando das análises, então em voga, especialmente os estudos de Alfred Stepan, que advogava que os principais agentes do golpe seriam as Forças Armadas e seu braço ideológico, a Escola Superior de Guerra, dando pouco destaque para os agrupamentos civis, Dreyfuss enfatizou, em *1964: a conquista do Estado*, que foi a formação de uma “elite orgânica”, capitaneada pelo IPES/IBAD, o principal responsável pela articulação conspiratória que derrubou o governo petebista. Acredito, contudo, que um dos problemas do trabalho de Dreyfuss, foi determinar o papel da “burguesia” como elemento-chave para o golpe. Como nos ensina Argelina Figueiredo (op. cit: 171), “a conspiração foi uma condição necessária, mas não suficiente para o sucesso do golpe”.

nacionalista e reformista, por outro lado, havia uma forte resistência de conservadores e progressistas em moderar suas posições e debater um projeto de reformas que satisfaça os dois lados. A esse turbilhão político, somavam-se os problemas da economia, “herança maldita” do governo JK: crescimento da dívida externa e alta da inflação. Para superar as graves dificuldades, o presidente investiu na estratégia de formação de uma coalizão multiclassista, tanto na esfera política como na econômica, buscando conformar um consenso de centro-esquerda em favor das reformas necessárias. Para isso, o deputado e ideólogo trabalhista San Tiago Dantas teve papel destacado, seja por ser próximo das forças políticas de centro, especialmente do PSD, seja por ser uma personalidade reconhecida no exterior e no meio empresarial brasileiro, o que dava credibilidade à política econômica do governo.

### **A estratégia de João Goulart na economia**

O ano de 1962, do ponto de vista econômico, era para ser esquecido. Avizinhava-se uma profunda crise econômica e financeira no país. A produção nacional cresceu 3,7%, menos da metade do ano anterior (7,7%). A balança de pagamentos apresentou um déficit de 400 milhões de dólares. Além disso, novos empréstimos foram feitos pelo governo para manter o fluxo de importações, agravando, assim, a crise da dívida externa. Diante de tantos problemas, o presidente convidou Celso Furtado e San Tiago Dantas para elaborar um plano econômico de desenvolvimento conjuntural e estrutural para o país.

Uma semana antes do plebiscito, em 31 de dezembro de 1962, foi liberado para a imprensa o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado pelo ministro extraordinário do Planejamento, Celso Furtado, e pelo ministro da Fazenda, San Tiago Dantas, com o objetivo de estabelecer regras e instrumentos rígidos para o controle do déficit público e o combate à inflação sem comprometer o desenvolvimento econômico. Às primeiras medidas econômicas de cunho ortodoxo, seguiriam reformas estruturais, como a administrativa, a bancária, a fiscal e, principalmente, a agrária. Uma inovação para a época. Pela primeira vez, para combater o processo inflacionário e retomar o crescimento econômico, recorria-se não somente a medidas de cunho

monetarista, mas também a uma estratégia estruturalista de implementação de reformas sociais.

De acordo com Argelina Figueiredo, o plano possuía dois objetivos: em primeiro lugar, conseguir o apoio político dos grupos conservadores e da opinião pública em um momento delicado de transição para o regime presidencialista; em segundo lugar, ganhar a confiança dos credores internacionais, assegurando o refinanciamento da dívida externa e permitindo ajuda financeira adicional.<sup>174</sup> As seguintes políticas eram a base do plano: restrição salarial, limites de crédito e preços e corte nas despesas governamentais. Afetava-se, portanto, interesses de capitalistas e trabalhadores.

Por essa razão, embora a proposta tenha sido elogiada por economistas de diversos matizes, o plano não foi bem visto por trabalhadores e empresários. Nas palavras de Argelina Figueiredo, o plano teria sido uma tentativa do governo de promover um acordo (ou pacto) entre os grupos industriais e comerciais e os trabalhadores. No entanto, para ser efetivado, o plano necessitava da colaboração de patrões e empregados que teriam que aceitar uma espécie de sacrifício coletivo pelo bem da economia nacional. O sucesso do plano dependia, assim, diretamente, da capacidade do governo de dialogar com esses setores, conseguindo as concessões necessárias e o apoio às medidas econômicas.

Para negociar com os investidores e credores estrangeiros, foi enviado a Washington o ministro da Fazenda San Tiago Dantas. Jango apostava no prestígio do deputado petebista junto ao capital internacional, visto sua atuação como advogado de grandes empresas multinacionais e sua passagem pelo Banco Moreira Salles (hoje Unibanco), nos anos 1950. A missão de San Tiago era reconquistar a confiança dos EUA, do FMI e dos credores internacionais, abalada desde o final de 1962. Depois da aprovação pelo Congresso Nacional, em setembro de 1962, da Lei de Remessas de Lucros para o exterior, as relações entre Brasil e EUA encontravam-se bastante deterioradas.

Dantas conseguiu um empréstimo de 398 milhões de dólares, sendo que 84 milhões seriam obtidos imediatamente, e a liberação do restante estaria condicionada à execução de algumas receitas determinadas pelo FMI, como a desvalorização da moeda, a adoção de medidas anti-inflacionárias e a solução do problema das indenizações das

---

<sup>174</sup> Figueiredo, op.cit, p. 91-94.

empresas expropriadas por Leonel Brizola. Desse modo, o governo brasileiro foi obrigado a adotar medidas rígidas de controle das despesas e de acesso ao crédito, sendo verificado, nos primeiros seis meses de 1963, um decréscimo de 30% no volume de créditos bancários obtidos pelo setor privado.<sup>175</sup> O reajuste salarial pretendido pelos sindicalistas foi rechaçado por Dantas, que havia se comprometido a reajustar o salário do funcionalismo em, no máximo, 40%, contra os 70% reivindicados pelo CGT. Seguindo, ainda, o receituário do FMI, desvalorizou-se o cruzeiro em 30%,

Não tardaram a surgir as primeiras críticas ao plano. O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), inicialmente sem posição definida, assumiu-se contrário ao plano em fevereiro de 1963. Essa organização possuía um lugar dominante no movimento sindical, controlando três das seis confederações nacionais existentes – a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito (CONTEC) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos (CNTTMFA).<sup>176</sup> Essas três confederações nacionais representavam cerca de 70% dos sindicatos existentes. Para Argelina Figueiredo, o repúdio do CGT ao plano foi resultado de um embate entre um governo que procurava estabelecer uma política conciliadora entre patrões e empregados e o movimento sindical cada vez mais radicalizado e reticente a acordos. Para a autora, o plano não seduziu o CGT, uma vez que dava pouco destaque às reformas, a agrária, por exemplo, só era mencionada em um parágrafo, e se atribuía grande participação ao capital externo na economia, algo inaceitável para um movimento que assumia posições cada vez mais nacionalistas.

Na visão de Maria Celina D’Araujo,<sup>177</sup> é importante entender os conflitos entre o governo e o CGT com base nas disputas de liderança dentro do Partido Trabalhista Brasileiro e do movimento nacionalista e popular. No momento das discussões sobre o Plano Trienal, ocupava o Ministério do Trabalho, um dos principais expoentes do “Grupo Compacto” do PTB, o ex-líder do partido na Câmara Almino Afonso. A estratégia de Almino Afonso no ministério era a de fortalecer o movimento sindical com lideranças mais combativas, pressionando o presidente a assumir uma postura mais

---

<sup>175</sup> Retirado do Dicionário Histórico- Biográfico Brasileiro (FGV-CPDOC).

<sup>176</sup> SCHMITTER (1971, p.191). Citado por: FIGUEIREDO, Argelina. Op.cit. p 95.

<sup>177</sup> D'ARAUJO, op.cit. p.151-153.

ativa frente às reformas de base.<sup>178</sup> Por isso, segundo a autora, deve-se entender a recusa do movimento sindical ao plano por meio das disputas pela hegemonia no movimento reformista e popular. A gestão Almino Afonso e a FMP com Brizola foram fatores cruciais para o fracasso do plano junto aos trabalhadores.<sup>179</sup>

Jorge Ferreira explica que Goulart buscando diminuir sua dependência com relação ao CGT procurou apoiar a recém-fundada União Sindical dos Trabalhadores (UST). Liderada por sindicalistas moderados, a UST não concordava com a linha de ação do CGT e fazia oposição ao PCB. No entanto, as pressões do movimento sindical fizeram Goulart recuar. A estratégia não teve efeito e acabou por aumentar a dependência de Goulart com relação ao CGT.

Quanto aos empresários, inicialmente o governo conseguiu o apoio de três importantes entidades patronais: a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul. Embora três outras se opusessem ao plano: as Associações Comerciais (AC), a Confederação Nacional do Comércio (CNC) e a Federação das Indústrias do Estado da Guanabara (FIEGA).<sup>180</sup> No entanto, à medida que as reivindicações salariais cresciam, a crítica das entidades patronais aumentava no mesmo tom, adquirindo um aspecto profundamente político. A CNI exigia, por exemplo, que a política salarial do governo estivesse “isenta de pressões demagógicas”.<sup>181</sup>

Nem todas as manifestações dos trabalhadores eram críticas ao plano. Também havia gestos de apoio à política econômica conduzida pelo ministro da fazenda. San Tiago Dantas recebeu uma série de correspondências de solidariedade ao plano de contenção de gastos. Da União Operária Beneficente de Boa Vista, recebeu uma carta, escrita por Gercino Nascimento, de apoio às medidas restritivas.<sup>182</sup> O engenheiro agrônomo Amador de Castro Ferreira, funcionário público de Minas Gerais, escreveu dizendo se contentar com o aumento oferecido pelo governo.<sup>183</sup> Outras

---

<sup>178</sup> Idem.

<sup>179</sup> Para mais detalhes sobre a gestão Almino Afonso no Ministério do Trabalho, ver: COELHO, Saldanha. *Um deputado no exílio*. Rio de Janeiro: Leitura, 1965; ERICKSON, Kenneth. *O sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

<sup>180</sup> FIGUEIREDO, op.cit. p 102.

<sup>181</sup> Desenvolvimento e Conjuntura, março de 1963, p.5. Citado em: FIGUEIREDO, op.cit. p 105.

<sup>182</sup> Carta de 07-02-1963. Fundo San Tiago Dantas (Arquivo Nacional. AP 47. Caixa 23. Pacotilha 1)

<sup>183</sup> Carta de 15-05-1963. Idem.

correspondências como a de Adelino Marques<sup>184</sup>, funcionário da Câmara de Araçatuba, e André Hernandez,<sup>185</sup> da Câmara de Guapiacú, no estado de São Paulo, escreveram para San Tiago em solidariedade ao plano.

Apesar das cartas de apoio, o ministro da Fazenda atraiu crescentemente a ira da esquerda brizolista. Em maio de 1963, as críticas ao Plano Trienal aumentaram com a visita do FMI. Luis Carlos Prestes atacou o Plano, acusando-o de preservar os interesses dos capitais internacionais e da burguesia associada a ele, privilegiando o capital imperialista e os grupos agroexportadores. Campanhas de aumento salarial pipocaram em todo o país. Críticas do CGT, da FPN e da FMP às iniciativas de San Tiago Dantas e Celso Furtado tornaram-se mais frequentes. Liderando a oposição ao Plano Trienal, Brizola atacava preferencialmente San Tiago: “A política financeira do atual governo, que tem como mentor o Sr. San Tiago Dantas, não tem nada de original, sendo apenas uma repetição do que já foi preconizado e executado tradicionalmente.” (Ferreira, 2011:328).



<sup>184</sup> Carta de 14-05-1963. Idem.

<sup>185</sup> Carta de 22-03-1963. Idem.



Neste momento, a pressão da esquerda brizolista ao Plano foi abordada em charge do jornal *Correio da Manhã*.<sup>186</sup> A caricatura mostra Leonel Brizola e Sérgio Magalhães, líderes da FMP, enforcando San Tiago Dantas, que tenta se equilibrar sobre uma balsa frágil com o nome Plano Trienal. Dantas era visto por esse grupo como um adversário por sua posição econômica moderada na condução da política econômica. Se, por um lado, defendia um programa de reformas sociais; por outro lado, assumia uma postura liberal, priorizando o combate à inflação, a negociação com os EUA e o cumprimento dos acordos internacionais.

Em caricatura do dia 20 de março no *Jornal do Brasil*, San Tiago foi retratado cavalgando um pesado elefante, que representa a inflação brasileira, em direção aos EUA. A charge referia-se à viagem do ministro da Fazenda a este país com o objetivo de negociar um empréstimo que viabilizasse seu programa de saneamento da economia. O apoio dos EUA e do FMI era visto como vital para o sucesso do Plano Trienal. No entanto, como visto anteriormente, Dantas conseguiu a liberação de uma parte do empréstimo, ficando o restante sujeito ao cumprimento de certas exigências, como a resolução dos problemas econômicos derivados das expropriações do governo de Brizola. Neste sentido, o personagem encapuzado e não definido, que aparece bloqueando o caminho de Dantas através de buracos na pista, poderia se referir à esquerda radical, interessada em sabotar as negociações. Segundo Rodrigo Patto de Sá Motta (2006: 133), a charge poderia estar fazendo alusão também ao próprio presidente Goulart. O autor nos lembra que, durante a viagem de San Tiago, um depoimento do embaixador dos EUA no Brasil, Lincoln Gordon, causou protestos entre as esquerdas. Acusando Goulart de permitir a infiltração de elementos comunistas em seu governo, o representante norte-americano gerou indignação entre as esquerdas com um episódio considerado por estas representativo da interferência estrangeira no país.<sup>187</sup>

---

<sup>187</sup> As duas charges foram retiradas de Motta, 2006, respectivamente, página 93 e 133.



Diante das pressões das esquerdas, dos trabalhadores e dos empresários, o governo começou a abandonar o plano. No final de maio, o presidente autorizou o aumento do crédito e do salário para o funcionalismo público em 70%. Temendo a saída das montadoras automobilísticas e a perda de milhares de postos de trabalho, o governo cedeu às exigências do setor, aumentando as linhas de crédito. Em resposta, o FMI avaliou de maneira negativa a condução da crise econômica, decidindo não refinarçar a dívida brasileira.

O fracasso do Plano Trienal tornou premente a execução de uma estratégia bem-sucedida no plano político. Se a alternativa de consenso em torno de um programa econômico de interesse multiclassista foi rechaçada, cabia ao governo Jango investir na formação de uma coalizão de centro-esquerda a favor de um amplo programa de reformas. A estratégia seguia a mesma orientação: a busca pelo consenso em torno de uma alternativa reformista, moderada e de centro-esquerda. Esperava-se, todavia, um resultado diferente.

## A estratégia de João Goulart na política

Politicamente, a estratégia de Jango era a de reaproximar o PTB e o PSD, na tentativa de formar uma maioria no Congresso Nacional para aprovar as reformas de base de modo consensual. As esquerdas, agrupadas na FMP e lideradas por Brizola, acusavam Jango de “conciliador”, exigindo o rompimento com o PSD. Da mesma forma, no PSD, ganhavam força os grupos mais conservadores, alinhando uma boa parte dos votos do partido com a posição da UDN.

O início de 1963 foi marcado por crises sucessivas. Da parte das esquerdas, nas cidades, as greves tornaram-se constantes no país, seja por motivos econômicos e sociais, com a queda do poder de consumo dos trabalhadores diante da inflação, seja por pressão política, fruto de um movimento sindical, em sua maior parte, afinado com os grupos do trabalhismo brizolista. No campo, as Ligas Camponesas avançavam, assustando os conservadores. A criação, neste mesmo ano, do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), que, além de estender ao campo os direitos trabalhistas, antes restritos ao trabalhador urbano, permitia também a formação de entidades sindicais de grau superior, isto é, federações estaduais e uma confederação nacional, fomentou a organização do campo. A partir daí, deu-se um salto no número de sindicatos, de apenas cinco reconhecidos em todo o país, no final dos anos 1950, para mais de mil, no início de 1964. Em janeiro de 1964, foi reconhecida a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), disputada pelas lideranças do PCB e da Igreja Católica.<sup>188</sup>

Da parte das direitas, o complexo IPES/IBAD se aproximava de setores militares conservadores, tramando contra o governo. No sul, fazendeiros eram armados por homens ligados ao marechal Odílio Denys com o objetivo de responder às mobilizações a favor da reforma agrária. No Rio de Janeiro e em Minas Gerais, latifundiários, com apoio de autoridades políticas e empresários, faziam o mesmo (Ferreira, 2011: 353).

A radicalização política agravou-se com a rebelião dos sargentos em Brasília. No dia 11 de setembro de 1963, sargentos tomaram Brasília e convocaram diversas unidades militares do país a aderir. O movimento foi uma resposta ao Supremo

---

<sup>188</sup> Sobre as mobilizações políticas no campo brasileiro entre 1950 e 1964, ver o artigo de GRZYNSZPAN & DEZEMONE em FERREIRA, Jorge & AARÃO, Daniel (orgs). *As esquerdas no Brasil*. Nacionalismo e reformismo radical (1945- 1964), volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Tribunal Federal que considerou inelegíveis os sargentos eleitos em 1962. Pela decisão do Supremo Tribunal Federal, todos os que haviam assumido cargos eletivos, teriam seus mandatos suspensos. A insurreição armada tomou de assalto pontos vitais da capital da República. Os sargentos invadiram o Congresso Nacional, prendendo o presidente da casa, e o Supremo Tribunal Federal, levando preso o ministro Victor Nunes Leal. Depois de dominar Brasília, os rebeldes pretendiam sublevar o país. A repressão começou assim que as autoridades tiveram conhecimento da revolta. Forças legalistas prenderam, ao todo, 536 militares rebeldes.

Apesar de sufocada em poucas horas, a revolta foi um marco da insubordinação militar, além de haver agravado o quadro de tensão política, já que uniu na revolta militares, trabalhadores e estudantes. Ao lado da rebelião, posicionaram-se o PCB, o CGT, a FPN, a UNE e a FMP, exigindo de Jango uma postura favorável ao movimento. O jornal do PCB, *Novos Rumos*, estampou em suas manchetes: “Os sargentos são nossos irmãos” e “Anistia para os sargentos” (Ferreira, op.cit: 363). Do outro lado, a alta cúpula militar, irritada e assustada com o casamento entre sindicatos e soldados, via no episódio uma quebra de hierarquia intolerável. A causa nacionalista e reformista passou a ser associada por muitos oficiais à indisciplina e ao desrespeito à hierarquia. A consequência foi o enfraquecimento político do governo e o crescimento da pressão dos militares pela decretação do estado de sítio. Segundo Jorge Ferreira, o episódio teve impacto também na relação entre Jango e a imprensa. A insurreição teria, assim, representado um ponto de inflexão, pois, se até este momento, a relação era amistosa, tendo a maior parte dos jornais apoiado a posse do presidente e o retorno do presidencialismo, a partir de agora, afastavam-se do governo, aumentando exponencialmente suas críticas.

Em outubro, mais um incidente se somou para aumentar o clima de tensão política no país. O jornal *Tribuna da Imprensa* publicou uma entrevista que o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, concedeu ao jornal norte-americano *Los Angeles Times*, na qual insultava o presidente e as Forças Armadas e pedia a intervenção norte-americana na política brasileira. Em tom bastante ofensivo, alegava que comunistas do Comando Geral dos Trabalhadores estavam infiltrados em diferentes postos do governo, dando sustentação política a Goulart. Além disso, insinuava que Jango - a quem chamou de “caudilho” e “totalitário, à moda sul-americana” - só

permanecia no poder por causa da conivência dos militares. A entrevista de Lacerda teve repercussão imediata entre os ministros militares que passaram a pressionar ainda mais Goulart pela decretação do estado de emergência.

Para o presidente, o estado de sítio lhe daria a oportunidade de frear as conspirações de direita. Mas, para os militares, teria também como função o controle da hierarquia militar e da agitação social. No dia 4 de outubro, Goulart enviou ao Congresso Nacional o pedido para a aprovação do estado de sítio. Mesmo sabendo da dificuldade da aprovação do pedido, Goulart decidiu por consultar o Congresso. Alguns atores políticos importantes tentaram demovê-lo da ideia de submeter o pedido aos parlamentares, reclamando uma ação mais ofensiva da parte do presidente. Darcy Ribeiro, que redigiu o texto, compartilhava a visão dos ministros militares, declarando que “estado de sítio não se pede. Se toma” (Ferreira, op.cit: 367).

A oposição veio de todas as partes, dentro e fora do Congresso Nacional. Tanto as direitas como as esquerdas se viam como alvos do estado de emergência, não estando assim dispostos a conceder poderes excepcionais ao presidente. Para os conservadores, era a oportunidade para a revolução comunista no país, passando por cima do Congresso e da sociedade civil. As direitas não acreditavam que Goulart fosse capaz de aplicar as medidas repressivas aos sindicatos e às demais organizações de esquerda.

Já para as esquerdas, a medida significava a repressão aos movimentos populares. Entendia-se que o estado de sítio podia ser a oportunidade que os militares queriam para prender não apenas Lacerda, mas também Miguel Arraes, Prestes e Brizola. Desse modo, temia-se que a iniciativa colocasse em curso uma ditadura no país, com a dizimação do movimento nacionalista e reformista. Jango ainda tentou convencer Brizola a apoiar o estado de emergência. Depois de uma conversa, noticiada nos jornais como dramática, Brizola manteve sua posição, sendo lançada no mesmo dia nota conjunta da FMP e da FPN contra a iniciativa do presidente.<sup>189</sup>

Entre os setores da esquerda “moderada” também havia dúvidas com relação ao estado de sítio. San Tiago Dantas em encontro com Goulart frisou seu caráter inconstitucional, alertando para a possibilidade da medida, à revelia do presidente, se voltar contra as classes trabalhadoras.<sup>190</sup>

---

<sup>189</sup> *Correio da Manhã*, 05 de outubro de 1963, p. 5.

<sup>190</sup> *Correio da Manhã*, 06 de outubro de 1963, p. 1.

Dessa forma, o resultado no Congresso foi a derrota calamitosa do governo. Setores da esquerda, do PSD e da oposição udenista se uniram contra a medida. Goulart, agora, encontrava-se mais afastado das forças políticas do centro e de suas bases de esquerda. A ala pessedista, que ainda não era oposição, aproximou-se da UDN. E as esquerdas, lideradas pela Frente de Mobilização Popular, anunciaram o rompimento com o governo, concluindo que:

O presidente João Goulart estava realizando apenas um governo de interesse exclusivo das classes conservadoras, distanciando-se dos grupos que haviam assegurado a sua posse na crise de 1961. Logo, as esquerdas deveriam romper com o governo (Ferreira, 2007b).

O isolamento do presidente acentuou-se nos meses seguintes. Num primeiro momento, buscando reconstruir uma base política de centro em apoio a seu governo, Goulart afastou-se da esquerda mais radical, tentando se reaproximar do PSD. Seu objetivo era conseguir apoio para a aprovação da reforma agrária. Havia interesse dos pessedistas em chegar a algum acordo, realinhando-se com Jango, na expectativa de restabelecimento da aliança PSD-PTB, que fortaleceria a candidatura de Juscelino Kubitschek. As negociações políticas sobre a reforma agrária foram retomadas. No entanto, à medida que perdurava o impasse parlamentar em torno da reforma agrária, aumentavam as pressões das bases municipais do PSD sobre dirigentes e líderes do partido contra a reforma.<sup>191</sup>

No mesmo momento, as esquerdas se mobilizavam para impedir a reaproximação com o PSD, atacando o que chamavam de “política de conciliação”. Em 15 de outubro, a Frente de Mobilização Popular lançou um manifesto intitulado “Contra a política de conciliação”, solicitando que o presidente retornasse “às linhas progressistas” e rompesse com o PSD.<sup>192</sup>

Além da pressão das esquerdas, o debate pela reforma agrária sofria com os desentendimentos entre o presidente e os pessedistas. Por um lado, Goulart recusava-se a apoiar explicitamente e de forma definitiva a candidatura de Juscelino. Por outro lado, o PSD voltou atrás em suas iniciativas de discussão sobre a reforma, depois de pressionado pelas bases do partido. Kubitschek declarou que “não iria desapropriar uma

---

<sup>191</sup> *Correio da Manhã*, “Os receios pessedistas”, 01 de novembro de 1963, p. 6.

<sup>192</sup> *Correio da Manhã*, 15 de outubro de 1963, p. 6.

polegada de terra produtiva em todo o país”. Em resposta, o presidente anunciou que não iria apoiar a candidatura de Juscelino (Figueiredo, op.cit: 136-137).

Da parte da esquerda, vinham mais ataques contra Jango. Rechaçando o alinhamento do presidente com o PSD, Brizola declarou que “o centro não passa de uma ficção e que as falsas lideranças constituem o maior drama das forças populares”. Não economizando críticas ao presidente, afirmou que Goulart “se define, apenas em palavras a favor do povo, mas que [na verdade] compactua com o processo de espoliação e com as injustiças sociais”.<sup>193</sup>

Para Argelina Figueiredo, Goulart, neste momento, convencido de que não conseguiria o apoio do PSD para as reformas, voltou-se para o seu outro possível aliado: as esquerdas. No começo de dezembro, retomou relações com Brizola e nomeou o almirante Cândido Aragão, militar ligado ao grupo brizolista, para o comando do Corpo de Fuzileiros Navais, mesmo com a insatisfação da alta oficialidade da Marinha. Ao mesmo tempo, estendeu os benefícios da Previdência Social aos trabalhadores rurais, em desacordo com a política econômica ortodoxa do ministro da Fazenda, Carvalho Pinto. Depois de muitas críticas da esquerda a sua política econômica, o ministro renunciou no final de dezembro.

A partir daí, as esquerdas iniciaram uma intensa campanha para que o presidente nomeasse um ministério nacionalista. A Frente de Mobilização Popular começou uma campanha nacional - com inscrições em muros, calçadas, panfletagem - pela constituição de um “ministério agressivo e radical”.<sup>194</sup> A principal demanda era a nomeação de Brizola para o ministério da Fazenda. Em declaração à imprensa, em Recife, o ministro do Trabalho, Almino Afonso, afirmou que “as esquerdas só aceitariam o Ministério da Fazenda e, mais, o nome para o cargo seria o de Brizola”.<sup>195</sup>

Embora a favor de um programa reformista, Goulart sabia que colocar Brizola no ministério da Fazenda era dar um tiro no próprio pé. Com Brizola determinando a política econômica, Goulart seria um presidente com poderes tolhidos, assim como no parlamentarismo, contra o qual havia lutado tanto para derrubar. Por isso, nomeou Nei Galvão para o cargo, decepcionando as esquerdas. De Brizola veio um dos primeiros

---

<sup>193</sup> *Correio da Manhã*, 05 de novembro de 1963, p. 3.

<sup>194</sup> *Última Hora*, 11 de dezembro de 1963, p. 4.

<sup>195</sup> *Última Hora*, 18 de dezembro de 1963, p. 4.

ataques ao novo ministro: “Nei Galvão representa os setores da extrema direita do país e sua nomeação contraria as forças de esquerda”.<sup>196</sup>

Apesar de ter frustrado as esperanças da esquerda, sofrendo agora críticas pela sua nomeação, Jango não se voltou para as forças de centro. A adoção de medidas nacionalistas e reformistas no final do mês desagradou o PSD. Em 24 de dezembro, por exemplo, assinou um decreto que dava a Petrobras o monopólio na importação de petróleo e derivados. Em seguida, tornou público o rascunho de um projeto, que ficou conhecido como Decreto Supra. Por meio dele, buscava-se regulamentar a desapropriação de terras localizadas dentro de um raio de dez quilômetros à margem de rodovias federais, ferrovias, barragens e projetos de irrigação e drenagem. A intenção era de que o decreto fosse a primeira de uma série de iniciativas para a execução da reforma agrária. A reação dos pessedistas foi bastante hostil. O PSD considerou o decreto uma iniciativa “imoral”. O principal argumento do partido contra o Decreto Supra era de que ele não especificava as propriedades a serem desapropriadas nem apresentava um plano para o aproveitamento da terra desapropriada (Figueiredo, op.cit: 140).

Trabalho com a hipótese, influenciado pelo livro de Argelina Figueiredo, de que mais do que uma disposição ofensiva a favor das reformas, a intenção de Jango com o Decreto Supra, era pressionar o PSD e as demais forças de centro a apoiar as reformas. Primeiro, porque por diversas vezes adiou a assinatura do Decreto,<sup>197</sup> investindo em conversas com os líderes do PSD e, até mesmo, da UDN, em busca de apoio. No início de janeiro, San Tiago Dantas viajou para Minas Gerais para discutir com Magalhães Pinto, a pedido de Jango, o decreto, a fim de obter seu apoio.

Segundo e, mais importante, a estratégia de Jango de investir na formação de uma ampla frente política de centro-esquerda, liderada por San Tiago Dantas, em apoio ao governo, tinha como objetivo aproximá-lo das forças moderadas, isolando os grupos mais radicais de direita e de esquerda. Nesse sentido, Jango supervisionou sempre de perto as articulações postas em curso por seu ex-ministro da Fazenda. A formação da chamada Frente Progressista - uma coalizão de centro-esquerda a favor da aprovação das reformas por vias democráticas - era de grande interesse do presidente.

---

<sup>196</sup> *Correio da Manhã*, 21 de dezembro de 1963, p. 12.

<sup>197</sup> Argelina Figueiredo cita declaração de João Pinheiro Neto, a época superintendente da SUPRA, afirmando que, por diversas vezes, levou o decreto para o presidente assinar e recebeu a mesma resposta: “Vamos esperar mais algum tempo”



Por um lado, porque rompia com o isolamento de seu governo, construindo um apoio político necessário para a estabilidade democrática. O discurso de San Tiago colocava os setores da esquerda radical e os grupos conservadores em situação delicada: como não aderir a uma frente que falava a favor das reformas e da estabilidade das instituições democráticas. Almejava-se, com isso, isolar as iniciativas conspiratórias e golpistas.

Por outro lado, porque a formação da Frente Progressista colocava Jango novamente à frente do processo reformista, posto que parecia estar perdendo para Brizola. A liderança de San Tiago Dantas sobre a frente não era problema para Goulart; na verdade, era bastante proveitoso. Primeiro, porque Dantas não possuía ambições políticas que pudessem ameaçar o presidente. Além de fiel aliado de Jango, desde seu ingresso no PTB na década de 1950, Dantas sofria de um câncer, que era do conhecimento de muitas pessoas. Outro motivo era que, com Dantas, na posição de articulador principal, Goulart aumentava sua margem de manobra, não se comprometendo de fato com possíveis fracassos da Frente.

É por essas razões que vejo como vital a participação do líder trabalhista San Tiago Dantas e a articulação da Frente Progressista como alternativa mobilizada por João Goulart para romper com o impasse político de seu governo. A Frente Progressista se forma a pedido do presidente, embora seja relevante dizer que seu apoio varia conforme a frente pareça avançar.

## CAPÍTULO: 4 – A Frente Progressista

A Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base, apelidada pela imprensa de Frente-Dantas, formou-se com o objetivo de construir um grupo político de apoio ao presidente e às reformas de base. A idéia era elaborar um programa mínimo de reformas que fosse aprovado por diferentes forças políticas com o compromisso de construir uma “frente ampla” para sustentar o governo.

Para San Tiago Dantas, a organização de um movimento de união nacional, em defesa das instituições representativo-democráticas e das reformas de base, era a alternativa política oferecida a Jango para deter as conspirações civil-militares e reagrupar as forças de centro-esquerda em apoio ao seu governo. Na sua opinião, havia um grupo de esquerda interessado em promover uma agitação política contra a ordem democrática, o que estaria provocando o reagrupamento das forças de direita contra o governo do PTB. Para o ex- ministro da fazenda, esta seria a chamada “esquerda negativa”, em contraposição a uma considerada esquerda “positiva”.

A primeira seria composta pelos núcleos do PTB radical e de outros agrupamentos de esquerda, como o PCdoB e as Ligas Camponesas, tendo como principal instrumento política, a Frente de Mobilização Popular, e liderança, o deputado Leonel Brizola. Essa esquerda estaria interessada nas reformas a todo custo, não interessando as consequências políticas. Daí, pretenderem as reformas, sem compromisso com as instituições legais. A radicalização dessa esquerda, para San Tiago Dantas, enfraquecia Jango, pois fomentava as agitações políticas, contribuindo para o recrudescimento das conspirações golpistas. Por isso, era necessário fortalecer a chamada esquerda “positiva” para apoiar o governo e evitar qualquer tipo de golpe de Estado, seja de direita ou de esquerda. É neste sentido que San Tiago forma a Frente Progressista, buscando reagrupar os setores de centro-esquerda, do PTB moderado ao PCB, passando pelo PSD, em torno de um programa comum de reformas.

É importante frisar que se a Frente tinha o objetivo político claro de afastar os radicais de direita e de esquerda, havia também a ideia de formar um apoio político a favor das reformas pelas vias democráticas. Dessa forma, num contexto no qual

esquerdas e direitas pareciam abandonar qualquer tipo de preocupação com as instituições legais, formou-se no final de 1963, uma frente política para a execução das reformas necessárias, mas sem desprezar a democracia. Como estava escrito nos primeiros documentos sobre a frente, distribuído aos líderes partidários: “A primeira preocupação da Frente consiste na luta intransigente em defesa das liberdades públicas e contra quaisquer forças que desejem interromper o processo democrático para instituir formas ultrapassadas de poder pessoal ou impedir que se efetivem as reformas de base” (Figueiredo, op.cit:145).

A ideia de San Tiago era que a Frente se tornasse um instrumento de mobilização não só na esfera parlamentar, mas também extra-parlamentar, em apoio ao governo. O objetivo era formar uma frente ampla de apoio parlamentar e popular às reformas de base, permitindo sua implementação dentro do processo legal-democrático, possibilitando, assim, o desenvolvimento econômico do país e a consolidação de seu regime democrático.

## **O programa da Frente Progressista**

Em janeiro de 1964, tornou-se pública a primeira versão do programa da Frente Progressista. Esse primeiro programa, submetido às sugestões dos partidos políticos, continha dois conjuntos de medida. O primeiro referia-se à “Política Geral do Governo”, tendo um enfoque mais conjuntural, especificava questões relativas às políticas financeira, comercial e de exportação. O segundo conjunto propunha as reformas estruturais, como a bancária, a universitária, a administrativa, a política e, principalmente, a agrária<sup>198</sup>. Essa última foi a que ganhou maior atenção. O programa falava na desapropriação sem pagamento prévio em dinheiro<sup>199</sup>, mas propunha a revisão do Decreto SUPRA, para atrair o apoio dos conservadores, principalmente do PSD.

Em fevereiro de 1964, San Tiago, em entrevista coletiva no Palácio Tiradentes, expôs a versão final do programa da Frente.<sup>200</sup> Entregando à imprensa os pontos básicos, Dantas preocupou-se em afirmar que o documento não possuía caráter

---

<sup>198</sup> “Bases para a Formação de uma Frente Popular ou Progressista”, 26 de dezembro de 1963. Arquivo San Tiago Dantas, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Citado em: Figueiredo op.cit. p.146.

<sup>199</sup> Medida que para ser implementada deveria ser alterada a Constituição.

<sup>200</sup> O documento de 11 páginas do programa da Frente Progressista está disponível em sua versão integral no Fundo San Tiago Dantas (Arquivo Nacional. AP 47. Caixa 43. Pacotilha 3)

definitivo. Sustentou, além disso, que a Frente não era um último esforço para a preservação do regime democrático no país e que se não for conseguido o êxito desejado, deverão ser estudadas novas alternativas. Sobre o espírito de conciliação do movimento disse que governar é conciliar, porém, coisas compatíveis.<sup>201</sup> O intelectual trabalhista deixava claro sua disposição de forjar uma coalizão de centro-esquerda, excluindo a esquerda e a direita radical.

Na nova versão, diferentemente da primeira, distinguia-se a forma como as propostas seriam implementadas. Havia três tipos de reforma: as que exigiam mudanças constitucionais, as que poderiam ser executadas por meio de legislação ordinária e, por fim, as que seriam realizadas por “Atos do Executivo”.

## **I- Emendas à Constituição**

- 1- Extensão do direito de voto ao analfabeto, sem qualquer restrição quanto às eleições majoritárias, e na forma que a lei dispuser quanto às proporcionais.
- 2- Elegibilidade dos alistáveis, com exclusão dos analfabetos, e com inclusão dos militares de qualquer categoria, desde que passem para a reserva ao registrarem suas candidaturas, mesmo em se tratando de oficiais superiores.
- 3- Abolição da vitaliciedade dos professores catedráticos, sem prejuízo dos direitos adquiridos à estabilidade funcional.
- 4- Reforma do artigo 141, parágrafo 16, e do artigo 147 da Constituição, para permitir a desapropriação de terras por interesse social, e o pagamento da indenização com títulos da dívida pública.

---

<sup>201</sup> *Correio da Manhã*, 15 de fevereiro de 1964, p. 12.

## II- Leis ordinárias

- 1- Revogação da lei de segurança nacional que restringia o registro de partidos políticos pela Justiça Eleitoral.
- 2- Revogação do decreto n 9070, que regulamentava greves, e a aprovação de uma nova legislação de greve.
- 3- Estabelecimento de legislação regulamentando o arrendamento rural, abolindo o sistema de parceria (“meias” e “terças”) e de trabalho gratuito; estabelecimento de tetos para renda derivada de aluguel rural; direito de renovação compulsória do aluguel rural, quando todas as obrigações tivessem sido cumpridas pelo locatário.
- 4- Reforma progressista do sistema tributário, fazendo recair sobre as pessoas físicas de maior renda uma maior tributação;
- 5- Anistia para os graduados e praças das Forças Armadas, e para todos os presos por motivos políticos.
- 6- Reajustamento geral e periódico dos salários e vencimentos.

A terceira parte, intitulada “Atos do Executivo”, é a mais extensa, compreendendo as propostas relativas às políticas gerais de governo e às reformas de base. Entre as reformas destaco as seguintes:

- 1- Na reforma agrária
  - A) Desapropriação, por interesse social, da faixa marginal às rodovias e ferrovias, obras de beneficiamento e vias navegáveis, com exclusão das pequenas propriedades e das áreas ocupadas com lavouras pastagens e reservas florestais;
  - B) Planejamento anual pela SUPRA das áreas selecionadas para implantação da reforma agrária, de acordo com os recursos disponíveis;
  - C) Apoio à sindicalização, e fiscalização, nos campos, do pagamento efetivo do salário legal, considerando-se sujeito à desapropriação, por interesse social, os estabelecimentos que descumprirem, em grau de reincidência, as obrigações decorrentes da legislação do trabalho.

As propostas de reforma agrária da Frente Progressista, como visto no documento, aproximavam-se das reivindicações do PSD. Muitos pontos conciliavam com as mudanças propostas pela ala “progressista” do partido, os chamados “agressivos”, para corrigir os supostos problemas do Decreto Supra. Segundo Argelina Figueiredo (op.cit:150-151), a partir de um documento localizado no arquivo Amaral Peixoto, algumas das medidas sugeridas foram discutidas entre líderes pessedistas e San Tiago Dantas. Percebe-se que algumas reivindicações do partido estavam atendidas, como a manutenção de um planejamento anual para a desapropriação de terra, a exclusão da desapropriação de áreas ocupadas por plantações, pastagens e reservas florestais e, apesar de não especificar o tamanho, também não incluía as propriedades consideradas de tamanho médio.

Vale dizer que, apesar de se comprometer com reivindicações históricas do PCB – como a eliminação do latifúndio e a doação de terras não exploradas - o documento não incorporou algumas sugestões dos comunistas, como, por exemplo: a preservação de 30% das terras desapropriadas para serem doadas e o aumento do tempo de pagamento da terra comprada pelos camponeses. Outras propostas se seguiam:

- 2- Reforma urbana através de um levantamento imediato das necessidades de habitação das classes populares, buscando pela produção em série de casas populares, eliminar essa carência, impedindo, todavia, a especulação imobiliária e o enriquecimento ilícito à custa de obras e melhoramentos públicos.
- 3- Reforma na área das finanças e no comércio por meio:
  - A) Contensão progressiva da inflação, paralelamente às reformas de base, e do déficit público;
  - B) Negociar um refinanciamento da dívida externa brasileira;
  - C) Monopólio do câmbio pelo Banco do Brasil que passava a ser responsável pelo controle do crédito.
- 4- Fortalecimento da Petrobras e do monopólio estatal do petróleo, com a encampação das refinarias particulares e o controle da distribuição de refinados no território nacional.

- 5- Estímulo às exportações, mediante política orientada para a conquista de novos mercados e a ampliação das vendas nos mercados tradicionais, inclusive com a diversificação dos produtos exportados.
- 6- Defesa da indústria nacional, mediante proteção aduaneira adequada e condições de financiamento.
- 7- Reforma na área da educação e da cultura nos seguintes níveis:
  - A) No ensino primário, com a rápida erradicação do analfabetismo, a começar pelas áreas urbanas;
  - B) No ensino médio, com a expansão da rede de escolas públicas e a criação de centros de cultura popular;
  - C) No ensino universitário, com a abolição do sistema de cátedras e a participação efetiva dos estudantes na administração das universidades.
- 8- Na área de política externa, propunha:
  - A) Preservação e desenvolvimento da Política Externa Independente;
  - B) Defesa do princípio da autodeterminação dos povos e da não-intervenção;
  - C) Coexistência pacífica entre os blocos do Leste e do Ocidente.

## **As Esquerdas e a Frente**

Na formação da Frente Progressista, San Tiago buscou o apoio das forças políticas de centro e de esquerda que pudessem entrar em um consenso acerca do apoio ao governo e a um programa mínimo de reformas. O intelectual petebista procurou, de imediato, os grupos do PTB considerados moderados e afastados da influência de Brizola, o PCB e o PSD. Mas, articulou também com outras forças políticas - como o PSB, o PDC e a UDN, que apesar de dominada pelos grupos conservadores, possuía em seu interior uma ala mais progressista, apelidada de Bossa Nova – e até mesmo grupos extrapartidários, como os sindicatos. Algumas forças deste grupo que podemos chamar de “centro-esquerda” anunciaram imediatamente apoio à iniciativa de Dantas, outros permaneceram hesitantes. Entre os grupos favoráveis à Frente tivemos: a ala moderada do PTB e o PCB.

O Partido Trabalhista Brasileiro, apesar de ser o partido que tinha atuado com maior unidade nas votações no Congresso (Santos, 1986), não podia ser analisado como um bloco monolítico. O PTB do início dos anos 1960, como mostrou Ângela da Castro Gomes, encontrava-se dividido, doutrinária e organizacionalmente, em duas correntes principais: a “esquerda moderada”, que defendia a adoção das reformas de forma conciliatória para assegurar a manutenção da ordem constitucional e uma “esquerda radical”, que aprofundava as demandas por reformas, não aceitando os limites impostos pelos partidos ou pela Constituição (Gomes, 1994). O primeiro grupo estava ligado a San Tiago Dantas e tinha como principal liderança o presidente João Goulart. O segundo grupo tinha como principal liderança Leonel Brizola, estando organizada na Frente de Mobilização Popular.

Na opinião de Maria Celina D’Araujo (1996), havia uma intensa disputa entre os dois grupos pela liderança do PTB e do movimento nacional-reformista. Como bem demonstrou Jorge Ferreira (2011), a partir da crise sucessória de agosto de 1961, o nome de Brizola começou a rivalizar com o do próprio presidente pela liderança do campo popular, nacionalista e de esquerda. Segundo Darcy Ribeiro, Jango era “ciumentíssimo de quem ousasse desafiá-lo nesse campo com pretensões de comando”. Assim, às crescentes investidas do grupo radical, o grupo janguista, para não perder suas bases, buscava se posicionar como a vanguarda do processo reformista. Neste sentido, acredito que a Frente Progressista representou uma aposta de Jango de retomar a liderança deste movimento, sendo abandonada pelo presidente no momento em que não parecia mais uma alternativa capaz de mobilizar as forças políticas populares a favor das reformas.

No entanto, enquanto era uma alternativa viável, Jango investiu nas articulações de San Tiago, como fica evidente na reação da esquerda brizolista à concorrência representada pela Frente Progressista. Reunida na Frente de Mobilização Popular, a esquerda radical desde o início apresentou resistência à Frente-Dantas. Na edição de 17 de fevereiro de 1964 do *Panfleto*, jornal que servia de porta-voz da FMP, nota-se a inquietação da esquerda dos nacional-revolucionários com a aproximação entre o presidente e San Tiago. Acusando Dantas de ser um político de “formidável capacidade de manobra e engodo”, o jornal desacreditava sua proposta de frente de centro-esquerda, afirmando ser absurdo seu esquema de reunir, numa mesma coligação a favor das



reformas, o que há de “mais autêntico no quadro partidário brasileiro” - CGT, UNE, FPN, FMP e outros agrupamentos de esquerda - com as velhas raposas do PSD. Mais à frente, declarava não fazer sentido “o presidente João Goulart, com livre acesso às áreas populares,” escolher San Tiago como intermediário do seu projeto de reformas. Aqui fica nítida a rivalidade entre a esquerda brizolista e o grupo dito mais moderado, representado por Dantas.<sup>202</sup>

A descrença com relação ao seu caráter esquerdista era sentida por San Tiago desde o ingresso no PTB na década de 1950. Durante sua atuação como ministro das Relações Exteriores e ministro da Fazenda sofreu acusações de artificialidade, sendo atacado pelas esquerdas como um liberal e elitista, de origem e perfil distante das camadas populares. Rodrigo Patto Sá Motta (op.cit: 39) nos mostra duas charges que corroboram esse ponto de vista. A primeira, retirada do *Jornal do Brasil* do dia 20 de abril de 1963, mostra San Tiago segurando de forma pouco confortável (com a ponta dos dedos) os dois símbolos clássicos do comunismo: a foice e o martelo. Retratado de terno, que poderia estar reforçando seu perfil de intelectual e seu passado de advogado de grandes empresas multinacionais, a caricatura nos oferece uma figura com dificuldade de manejar os dois objetos, como um político que pretende usar o comunismo, mas não sabe como fazê-lo por se tratar de algo estranho a sua natureza.

---

<sup>202</sup> *Panfleto*, 17 de fevereiro de 1964, p. 8. Agradeço ao professor Jorge Ferreira, que gentilmente me cedeu os exemplares do jornal *Panfleto*.



Em outra charge, do *Correio da Manhã* de 22 de fevereiro, San Tiago foi retratado como um homem do campo, um camponês ou um caipira. No fundo da imagem está o Teatro Municipal – local onde ocorria um dos principais eventos de Carnaval do Rio de Janeiro na época - para onde Dantas possui convite para um baile. Na mão direita, segura um lança-perfume, o que confirma a alusão ao evento carnavalesco. Motta entende que a caricatura mostra San Tiago fantasiado de camponês pobre em um contexto de radicalização das lutas no campo. Ele carrega também uma foice, novamente um símbolo do comunismo, que pode ser explicado pela política externa independente de Dantas e sua defesa da aproximação com os países do bloco socialista. Motta ressalta, todavia, que, nas entrelinhas, podemos observar uma crítica à artificialidade das ideias do intelectual petebista, como se não combinasse com o personagem. Outra interpretação também seria possível: San Tiago seria um caipira ingênuo na grande cidade, um indivíduo deslocado de seu lugar, suposta crítica a sua orientação esquerdista, inapropriada ao seu perfil.



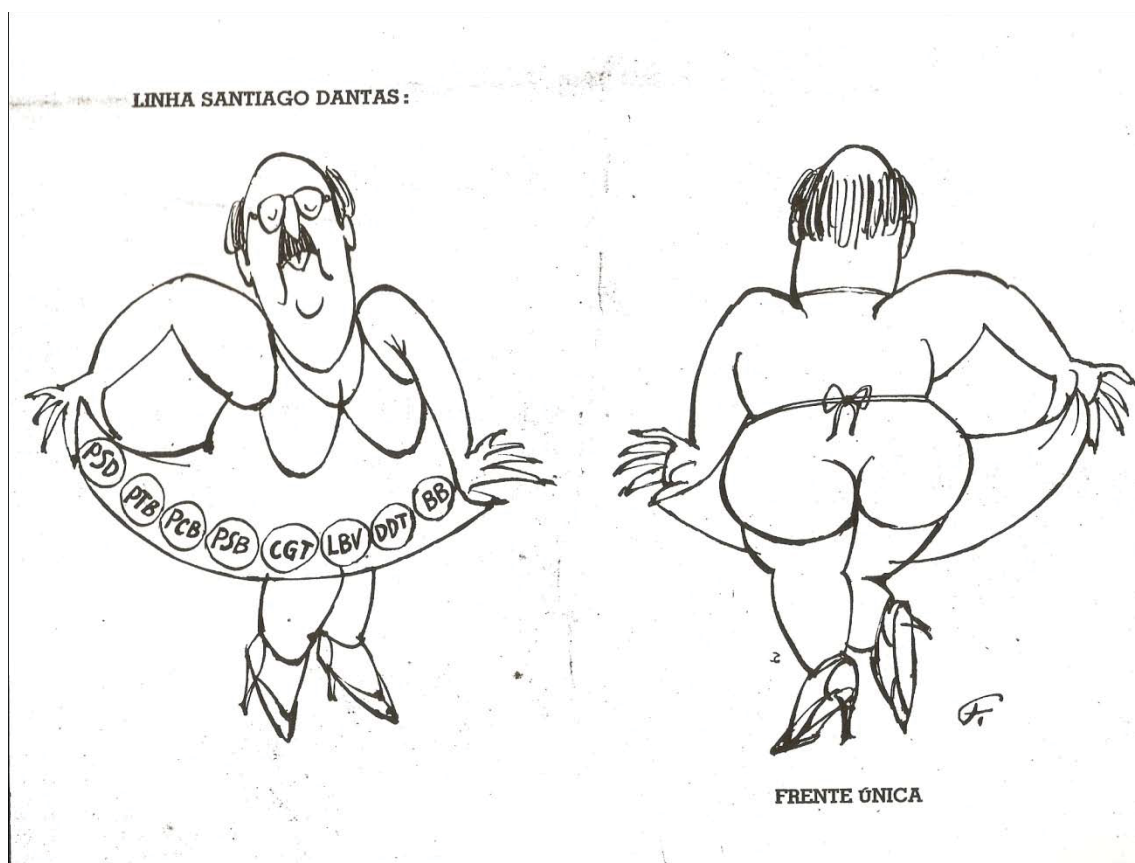
Na edição do *Panfleteo* de 17 de fevereiro de 1964, em uma reportagem politicamente orientada para desmoralizar San Tiago, o *Panfleteo* acusava o deputado petebista de favorecer os interesses norte-americanos no Brasil. Em matéria intitulada “o pão do diabo”, buscava desqualificar Dantas, julgando-o responsável por “promover a maior negociata contra os interesses nacionais já empreendidas no país”.<sup>203</sup> O texto que versava sobre os Acordos do Trigo, estabelecidos entre o governo brasileiro e os EUA, desde a presidência de Juscelino Kubtschek, acusava San Tiago de deturpar os tratados, favorecendo a importação do trigo norte-americano em detrimento do nacional, contribuindo, assim, para agravar a dependência do país.

Para se defender, San Tiago escreveu no *Jornal do Brasil* em resposta às acusações do jornal. Em carta a Hugo Severiano Ribeiro, afirmou também sua intenção de impetrar ação criminal contra o *Panfleteo*.<sup>204</sup> Mas, os ataques da esquerda liderada por Brizola não cessaram. Na mesma edição, satirizou-se o deputado e sua Frente

<sup>203</sup> Idem, p. 10.

<sup>204</sup> Fundo San Tiago Dantas (Arquivo Nacional. AP 47. Caixa 47. Pacotilha 4)

Progressista. Retrata-se San Tiago com trajes femininos, estando escrito em sua saia as siglas das diferentes forças políticas cogitadas para aderir a sua proposta. Na segunda imagem, revelaria-se a fragilidade da Frente (usa-se “Frente Única”, expressão também utilizada na época para nomear a Frente), com a figura de Dantas exposta de forma ridicularizada.



Embora tendo o cuidado de não se isolar de uma coalizão de forças que anunciavam apoio à Frente Progressista em meados de janeiro e fevereiro, a Frente de Mobilização Popular, principalmente através dos discursos de Brizola expressava seu desprezo por qualquer tipo de esforço político que dependesse do Congresso Nacional. Para Brizola, a Frente-Dantas serviria apenas para manter o status quo, o que não era do interesse da esquerda revolucionária.<sup>205</sup> Para Jorge Ferreira, a estratégia da FMP era a do confronto direto. No *Panfleto*, Neiva Moreira atacava a proposta de San Tiago, qualificando-a como um mero rótulo para garantir o domínio do PSD. Na sua visão, esta

<sup>205</sup> *Jornal do Brasil*, 15 de outubro de 1963). Citado em: Figueiredo, op.cit.

estratégia política tinha como objetivo “neutralizar o governo” e “anestesiá-lo”, abrindo caminho para um novo período de “dominação das forças mais retrógradas e intolerantes do país”.<sup>206</sup> Max da Costa Santos, no mesmo jornal, escreveu: “Insistir na conciliação é fugir à luta, é debilitar o ânimo do povo, é ajudar Lacerda, que não cessa de lutar”. Diz mais: “a hora da conciliação passou” (Ferreira, 2007b).

Contra a Frente Progressista, Brizola pregava a Frente Única de Esquerda. Para ele, a proposta de San Tiago não passava de “conciliação” com as velhas raposas do PSD, o que freava o ímpeto do movimento popular, cada vez mais fortalecido para o momento do “desfecho”. Para Brizola, o jogo político parlamentar não era mais a solução para o encaminhamento das reformas, do Congresso e do presidente não se podia esperar mais nada. Dessa forma, em fins de novembro de 1963, ele começou a fomentar a formação em todo país de “grupos de onze companheiros” ou “comandos nacionalistas”. Usando a experiência do futebol, a ideia era que o povo, compreendendo o valor da formação de pequenos grupos compostos por onze pessoas, atuasse em conjunto pela mobilização a favor das reformas necessárias ao país. Jorge Ferreira (op.cit: 558) citando a ata dos grupos dos onze afirma que os objetivos dos “comandos revolucionários” eram “a defesa das conquistas democráticas do povo, a resistência contra tentativas de golpes, a luta pelas reformas de base, a determinação de libertar a Pátria da espoliação estrangeira e a ‘instauração de uma democracia autêntica e nacionalista’”. A estratégia de Brizola era canalizar nestes grupos o crescimento de suas bases de apoio, cada vez mais à esquerda, objetivando no futuro a formação de um partido revolucionário.

A oposição dos grupos liderados por Brizola tinha o apoio de alguns outros setores do que San Tiago chamava de “esquerda negativa”, como as Ligas Camponesas. Francisco Julião não economizava críticas à Frente e ao seu principal articulador. Da mesma forma, atacava a proposta de reforma agrária do presidente, declarando “não passar de uma reforma de beira de estrada, que não toca na essência do latifúndio”.<sup>207</sup> Além disso, havia também reações contrárias de membros do PCdoB, de entidades sindicais e da UNE, que entendiam que a Frente poderia enfraquecer suas entidades e retardar a aplicação das reformas (Neves, op.cit: 252).

---

<sup>206</sup> *Panfleto*, 17 de fevereiro de 1964, p. 28. Citado em: FERREIRA, 2009.

<sup>207</sup> Depoimento concedido à Dênis de Moraes. Ver: MORAES, 1989, p. 227-228.

Em contrapartida, Dantas respondia com entrevistas e artigos em jornais e revistas acerca da existência no país de dois tipos de esquerda: a esquerda “positiva” e a esquerda “negativa”. Defendendo a formação de uma coalizão de centro-esquerda a favor da aprovação de um programa mínimo de reformas, afirmava que o desentendimento das forças de esquerda, contribuía para isolar as forças progressistas, estimulando a aglutinação das direitas. Sua preocupação estava em reunir a esquerda considerada “positiva”, que defendia a aprovação das reformas pela via institucional. Na sua opinião, essa esquerda, “do grosso do trabalhismo ao PCB”, encontrava-se, todavia, “desunida, não por desentendimentos, mas por falta de coordenação pessoal e de formulação de objetivos de luta.”<sup>208</sup> Atacando a esquerda dita “negativa”, declarou que:

“Entre as forças de esquerda existe um núcleo atuante, com objetivos de agitação, que não trabalha por um encaminhamento efetivo do processo eleitoral, mas se empenha na quebra da Constituição e na implantação de um regime de fato. Esse grupo representa uma força moderna de anarquismo e é o centro da ação provocadora, que fortalece a direita e procura estimular um golpe governista sob a forma de contragolpe.”<sup>209</sup>

Simultaneamente, San Tiago articulava alianças com outros agrupamentos de esquerda. Segundo Argelina Figueiredo (op.cit:152), dentre esses grupos, o Partido Comunista Brasileiro (PC) foi o que ofereceu a mais próxima e sistemática colaboração com o governo, exercendo um papel ativo na organização da Frente Progressista. O partido acolheu imediatamente a proposta, contribuindo em seguida com um número significativo de sugestões.<sup>210</sup> Abandonando as teses “revolucionárias” dos manifestos de janeiro de 1948 e agosto de 1950, o PCB fortaleceu suas posições nacionalistas, defendendo a aliança entre a burguesia e o proletariado para a vitória da revolução democrática brasileira.<sup>211</sup> Dentro dessa linha, o partido ganhou visibilidade nacional, tendo como destaque Prestes, que durante o governo Goulart tinha livre trânsito junto às

---

<sup>208</sup> Nota para o Dr. Leopoldo Brandão. Fundo San Tiago Dantas (Arquivo Nacional. AP 47. Caixa 43. Pacotilha 3)

<sup>209</sup> Idem.

<sup>210</sup> “Os comunistas têm uma posição definida manifestada na formação de uma frente ampla de todas as forças nacionalistas e democráticas, visando à realização das reformas de base necessárias ao progresso e emancipação nacional” (Jornal comunista, “Novos Rumos”, 28 de fevereiro – 5 de março de 1964). Citado em: NEVES, L. de A. PTB. *Do getulismo ao reformismo (1945 – 1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989, p.251.

<sup>211</sup> Para analisar as sequelas desse processo de reorientação do PCB, como por exemplo o racha que dá origem ao PCdoB, ver: GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo, Ática, 1987;

elites governamentais.<sup>212</sup> Entende-se, a partir disso, a posição do partido em defesa de Jango e da permanência dele até o fim do mandato.<sup>213</sup> Contribuía também para o apoio dos comunistas às investidas de San Tiago Dantas, a disposição da Frente em legalizar o partido. Esse item do programa, que inicialmente atraía a antipatia dos setores mais conservadores, vai ganhando apoio com o tempo, mesmo entre os pessedistas. Em sua coluna no jornal *Última Hora*, no dia 5 de fevereiro, o jornalista Flávio Tavares noticiou que entre os escalões mais avançados do PSD já se admitia a volta do PCB à legalidade. Esses grupos teriam o apoio de Amaral Peixoto, que também via como as maiores ameaças, não os comunistas, mas Brizola, Arraes e Francisco Julião.<sup>214</sup>

Outra força que dialogava constantemente com San Tiago era a Frente Parlamentar Nacionalista. O jornal *O Semanário*, mesmo antes da proposta formal de Dantas, defendia a reunião dos grupos progressistas de esquerda e de centro-esquerda em torno de uma bandeira comum. Ainda em outubro e novembro de 1963, o jornal alertava que a conjuntura não aconselhava aventuras, seja da esquerda ou da direita. A organização de uma frente, similar à proposta pelo intelectual petebista, era vista como a alternativa mais adequada, tanto para a realização das reformas quanto para a defesa da legalidade e das instituições democráticas (Figueiredo, op.cit: 157).

Ao defender o apoio a Jango e à reunião das forças de esquerda, o *Semanário* aproximava-se da Frente Progressista, ao mesmo tempo, que atacava a atitude de Brizola e da Frente de Mobilização Popular. Apontando o grupo liderado pelo líder gaúcho como o único a opor dificuldades à formação da Frente-Dantas, o jornal criticava sua demanda por grandes mudanças na política econômica como condição para seu apoio:

[...] a formação da Frente Única não deve depender, na sua primeira fase, de que o governo, ou, mais precisamente, o presidente da república, atenda e ceda previamente, com providências administrativas que de fato pertencem à sua alçada, àquelas

---

<sup>212</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. “A trajetória de Luiz Carlos Prestes”. In FERREIRA, Jorge & AARÃO, Daniel (orgs). *As esquerdas no Brasil*. Revolução e democracia (1964...), volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007;

<sup>213</sup> Argelina Figueiredo cita uma entrevista de Luiz Carlos Prestes, secretário-geral do Partido Comunista, em janeiro de 1964, admitindo a possibilidade de apoio de seu partido a uma emenda constitucional que permitisse a reeleição de Goulart. FIGUEIREDO, op.cit, p. 152-153

<sup>214</sup> *Última Hora*, 5 de fevereiro de 1964, p. 4. Ver também sobre o apoio do presidente do PSD ao retorno dos comunistas à legalidade: *Correio da Manhã*, “Opiniões sobre a Frente Progressista com João Goulart”, 2 de fevereiro, p. 6.

reivindicações reformistas mais avançadas da FMP e FPN. E isto pela razão de que a Frente Única, já estabelecida e em ação, mobilize a opinião pública em extensão e em profundidade, criando para o governo as condições que ora lhe faltam e que o habilitam a dar aqueles passos mais consequentes e necessários.<sup>215</sup>

O jornal criticava também a estratégia do confronto adotada pela esquerda brizolista. Assim, alertava para os riscos desta opção:

É [...] engano supor que toda situação revolucionária desemboca fatalmente na revolução. Pode muito bem desembocar na contrarrevolução, como o demonstraram os casos alemão e italiano.<sup>216</sup>

Afinado com a proposta de San Tiago, *O Semanário* advertia para o erro da esquerda nacional-revolucionária ao preferir as vias institucionais e democráticas como o caminho para as reformas:

Um dos maiores equívocos dos nossos “radicais” [grupo brizolista] foi justamente o de se retirarem, sem glória, do campo de luta do Congresso a pretexto de que o Congresso é reacionário e nada, pois, tinham eles a fazer ali [...] A nova Frente deve, por isso, dar bastante atenção à luta no parlamento, onde uma minoria ativa, operosa e bem orientada pode levar a maioria reacionária a votar de acordo com os interesses do povo, como ocorreu nos casos da Petrobrás, da Eletrobrás, da remessa de lucros, etc.<sup>217</sup>

Dantas aproximou-se também de outras forças de esquerda e de centro. Teve encontros, em janeiro e início de fevereiro, com setores reformistas do Partido Democrata Cristão (PDC). Influenciado pelo Partido da Democracia Cristã italiano, os democratas cristãos brasileiros debatiam os rumos de seu próprio partido. Os italianos, para tentar sair da crise em que se encontravam as forças de centro, discutiam um documento chamado “Abertura à esquerda”, procurando se aproximar de outros grupos políticos. Aqui, o PDC examinava em Convenção um documento intitulado “Abertura à

---

<sup>215</sup> Idem. [*O Semanário*, 12-18.3.1964].

<sup>216</sup> Idem. [*O Semanário*, 30.1-5.2.1964].

<sup>217</sup> Idem [*O Semanário*, 16-22.1.1964].



Realidade”, debatendo a posição que o partido deveria adotar com relação ao governo Goulart e seu projeto reformista.

Em 28 de fevereiro, após diversos encontros, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) anunciou apoio à Frente.<sup>218</sup> No mesmo dia, demonstrando a influência também do presidente nas articulações, a bancada do PTB na Câmara dos Deputados aprovou, a princípio, o programa elaborado por San Tiago.<sup>219</sup> Com relação ao movimento estudantil, não me parece que tenha havido muitas articulações. Apesar de a Frente Progressista se preocupar com as principais reivindicações dos estudantes, propondo a reforma do ensino universitário e a abolição do sistema de cátedras, a participação deste grupo foi, no mínimo, marginal.

Uma das principais apostas de San Tiago Dantas para fortalecer a Frente Progressista era o governador de Pernambuco, o cearense Miguel Arraes. Havia uma divisão na esquerda com relação à eleição presidencial de 1965. João Goulart não poderia ser candidato, abrindo espaço para o surgimento da candidatura de um outro líder de esquerda. A partir daí, Miguel Arraes e Leonel Brizola passaram a disputar para preencher esse espaço. De um lado, Brizola, aparentemente mais fortalecido, dispo de uma situação de liderança mais consolidada entre a esquerda, tinha sob sua liderança a Frente de Mobilização Popular, reunindo os grupos mais à esquerda do PTB e do PCB, assim como da UNE e do CGT; de outro lado, encontrava-se Arraes, que atraía a simpatia de grupos mais à direita do PTB e do PCB, não dispo de uma organização política forte para sustentar sua liderança entre a esquerda. Neste sentido, acredito que houve um movimento de aproximação recíproco entre San Tiago e o líder pernambucano. A minha hipótese é a de que ambos investiram em uma união de forças. Para Dantas, o ingresso de Arraes na frente representava não só o fortalecimento da Frente – pelo peso político do governador nordestino e por sua capacidade de apelo e mobilização dos demais agrupamentos de esquerda - mas, principalmente, sua consolidação no âmbito das esquerdas, isolando o grupo de Brizola. Há inúmeros depoimentos de contemporâneos que confirmam a existência desta disputa pela liderança das forças populares.

O líder comunista Luiz Carlos Prestes defendeu que o governador pernambucano era o “melhor aliado para o PCB”, afirmando também a “divisão entre

---

<sup>218</sup> *Correio da Manhã*, 28 de fevereiro de 1964, p. 1.

<sup>219</sup> *Idem*, p. 12.

Arraes e Brizola por causa da eleição de 1965”.<sup>220</sup> Membro destacado do PC em Pernambuco, Gregório Bezerra ratificou a existência de uma cisão, reflexo do “interesse de ambos em serem eleitos”.<sup>221</sup> Vale dizer que Gregório Bezerra e Arraes, já haviam realizado, em Recife, uma frente política vitoriosa, reunindo a esquerda e setores mais moderados do espectro político, como o PSD. A chamada Frente do Recife lançara, em 1962, a candidatura de Miguel Arraes para governador de Pernambuco e, para vice, a de Paulo Guerra, liderança política do PSD estadual. A ampla frente encabeçada pelo político do Partido Social Trabalhista (PST), Miguel Arraes, reunira um amplo leque de forças, da esquerda ao centro, com o apoio do PCB, do PSB e do PSD, tornando, assim, possível a vitória sobre a candidatura udenista de João Cleofas, apoiado pelos grupos mais conservadores e com forte apoio financeiro do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).<sup>222</sup> Não há documentos que atestem, mas podemos imaginar que a experiência ocorrida em Pernambuco poderia ter causado um impacto em San Tiago Dantas, que viu em Arraes uma liderança proeminente para sua Frente Progressista.

Outra liderança comunista, Hércules Corrêa, ao comentar as dificuldades para organizar o Comício da Central do Brasil, corroborou a existência da rivalidade entre os dois nomes da esquerda: “Para conciliar a presença de Brizola com a de Arraes foi uma luta muito grande. Os dois não se davam”.<sup>223</sup> Herbert José de Souza, o Betinho, um dos principais nomes da Ação Popular (AP), também citou “uma divisão inevitável entre Brizola e Arraes”, afirmando que “a AP namorava os dois”.<sup>224</sup> Por fim, Almino Afonso, deputado federal petebista, declarando-se mais próximo ao governador de Pernambuco, sustentou que “a corrida sucessória entre Brizola e Arraes contribuiu para o agravamento da crise no seio do movimento popular e progressista.”<sup>225</sup>

A disputa entre Arraes e Brizola dividia a esquerda, sendo um ponto favorável para as articulações de San Tiago Dantas. Em dezembro de 1963, quando ocorreu a

---

<sup>220</sup> Depoimento concedido à Dênis de Moraes. Ver: MORAES, op.cit, p. 268.

<sup>221</sup> Idem, p. 235.

<sup>222</sup> Sobre a Frente do Recife, ver o artigo de Antonio Torres Montenegro e Taciana Mendonça dos Santos em FERREIRA, 2007.

<sup>223</sup> Depoimento concedido à Dênis de Moraes. Ver: MORAES, op.cit, p. 176.

<sup>224</sup> Idem, p. 257.

<sup>225</sup> Idem, p. 321. Almino Afonso entrou na política ao eleger-se, pelo estado do Amazonas em 1958, deputado federal pelo Partido Social Trabalhista (PST). Ingressou, no ano seguinte, na Frente Parlamentar Nacionalista, transferindo-se, ainda neste ano, para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Tornou-se, a partir daí, uma destacada liderança trabalhista, sendo nomeado, por João Goulart, ministro do Trabalho e da Previdência Social. Assim como Betinho, foi quadro da AP e, a despeito de sua declaração no depoimento a Dênis de Moraes, se aproximou de Brizola e da Frente de Mobilização Popular, tendo uma atuação bastante crítica com relação ao governo de Jango, no final de 1963 e início de 1964.

queda de Carvalho Pinto do Ministério da Fazenda, a indicação das esquerdas do nome de Brizola não foi unânime. Flávio Tavares, em sua coluna no jornal *Última Hora*, escreveu que não havia “consenso nos setores das esquerdas sobre o nome de Brizola para a Fazenda”, sendo Miguel Arraes “apontado como um dos ainda ‘não alinhados’ em favor de Brizola”.<sup>226</sup> Alguns dias depois, Tavares afirmou que, após reunião com Almino Afonso, Arraes estaria dando suporte ao nome do deputado gaúcho para assumir o ministério.<sup>227</sup> Jorge Ferreira (2011:383), nos mostra que a indicação das esquerdas do nome de Brizola foi decidida em uma reunião na casa de Ênio Silveira, com a presença de 140 pessoas, representantes das diversas agremiações que compunham a Frente de Mobilização Popular. A indicação de Brizola foi o voto da maioria, mas não foi unanimidade. O CGT acreditava que essa opção contribuía para radicalizar o processo político, tomando posição a favor da escolha de um grande intelectual, como Celso Furtado ou San Tiago Dantas. O Comando Geral dos Intelectuais seguiu o CGT. Os deputados da FMP também ficaram divididos. Mas, no final, o nome de Brizola foi o indicado.

Evidencia-se, com isso, a cisão das esquerdas, que vai ser explorada por San Tiago a fim de isolar o grupo brizolista. Entre dezembro de 1963 e fevereiro de 1964, tornaram-se frequentes as reuniões envolvendo San Tiago e Miguel Arraes. Em janeiro, os jornais noticiavam a aproximação entre os dois políticos e Goulart. Em matéria intitulada “Esquerdistas vão unir-se na Frente Progressista, o *Correio da Manhã* relatou o entusiasmo de Jango com a frente e a posição favorável do PSD, PSB, PCB, além de Magalhães Pinto e JK, ao esquema de Dantas. Expondo a recusa inicial de Brizola, a reportagem afirmou que o líder gaúcho notando a movimentação política e a participação ativa de Arraes, decide reunir-se com ele para discutir a frente.<sup>228</sup> Minha hipótese é a de que o líder da FMP não possuía nenhuma intenção de se aliar à Frente Progressista – assim como não havia também disposição de San Tiago de incorporar o que ele chamava de “esquerda negativa” à sua Frente; no entanto, temendo o isolamento, e observando a movimentação de Arraes de se aproximar do presidente, Brizola, apesar de suas críticas contundentes à Frente Progressista e à Dantas, não deixa

---

<sup>226</sup> *Última Hora*, 13 de dezembro de 1963, p. 4.

<sup>227</sup> *Idem*, 18 de dezembro de 1963, p. 4.

<sup>228</sup> *Correio da Manhã*, 17 de janeiro de 1964, p. 6.

de estar atento a essas articulações, até mesmo para não perder apoio dentro da Frente de Mobilização Popular.

Essa parece ter sido uma das estratégias de San Tiago Dantas, que via em Arraes um elemento capaz de atrair alguns quadros da FMP. No dia 16 de janeiro, San Tiago e Arraes encontraram-se com Goulart em Petrópolis para discutir a formação da frente.<sup>229</sup> O político pernambucano, dias antes, havia conversado com membros da FMP, como Neiva Moreira e Max da Costa, buscando, sem sucesso, algum apoio. Ainda que o CGT e a Ação Popular tenham aceitado discutir a frente<sup>230</sup>, a liderança de Brizola na FMP não foi ameaçada. Em 19 de janeiro, depois de um encontro com Arraes, Brizola partiu para a ofensiva, atacando a Frente Progressista:

“Todas as medidas focalizadas no ‘esquema San Tiago’ são todas elas de natureza legislativa. E como o Congresso é o mesmo, insensível e até hostil às reformas não seria lícito esperar qualquer rendimento prático”.<sup>231</sup>

Apesar da tentativa de isolamento de Brizola não ter dado certo, a presença de Miguel Arraes teria sido importante na atração de outras lideranças, não só da esquerda, mas também entre os grupos mais conservadores, como o governador mineiro Magalhães Pinto. No final de janeiro, intensificaram-se as reuniões de San Tiago e Miguel Arraes com lideranças do PSD e, mesmo, da UDN. Se a aproximação com os pessedistas não nos surpreende, uma vez que era notório o papel-chave do PSD - o maior partido do Congresso - para o sucesso da Frente, a articulação com membros da UDN – principal partido de oposição a Goulart – é também passível de explicação. Da parte de San Tiago e das demais lideranças da Frente Progressista, como Renato Archer<sup>232</sup>, havia uma ala da UDN afinada com as posições políticas da Frente. Era, na sua visão, possível atrair o apoio da chamada Bossa Nova. A UDN encontrava-se em crise por causa das disputas entre Carlos Lacerda e Magalhães Pinto. De acordo com Maria Victoria Benevides, o partido rachou durante o governo presidencialista Goulart.

---

<sup>229</sup> Idem, 16 de janeiro de 1964, p. 6.

<sup>230</sup> Idem, 18 de janeiro de 1964, p. 6.

<sup>231</sup> Idem, 19 de janeiro de 1964, p. 6.

<sup>232</sup> Nas palavras de Renato Archer, se o governo Goulart tivesse durado mais tempo, talvez alguns membros da Bossa-Nova da UDN, como Seixas Dória e José Aparecido, poderiam ter migrado para o PTB, partido com o qual se entendiam admiravelmente bem. Ver: Garcia e Rocha Filho, 2006.

De um lado, situavam-se os “progressistas”, agrupados na Bossa Nova, e, de outro, os “ortodoxos”, que se aproximavam dos militares da Cruzada Democrática e se integravam na Ação Democrática Parlamentar. O divisor de águas entre a Bossa Nova e a UDN tradicional era a discussão sobre as reformas de base, sobretudo a agrária.

A Bossa Nova contava com o apoio da “corrente de governadores” próxima a Goulart, constituída por Magalhães Pinto (MG), Seixas Dória (SE) e Petrônio Portela (PI). Ela aproximava-se, assim, da ala mais progressista do PDC, da “ala Moça” do PSD e do PTB, participando da Frente Parlamentar Nacionalista. Na Convenção Nacional de Curitiba, em abril de 1963, o deputado José Aparecido apresentou o Manifesto da Bossa Nova,<sup>233</sup> no qual defendia-se: as reformas agrária, tributária, bancária e urbana; a política externa independente; a democratização do ensino; a consolidação de Brasília; o monopólio estatal do petróleo; a Eletrobrás e o Plano Trienal. A Bossa Nova defendia a reforma agrária com emenda à Constituição, aceitando, inclusive, a tese do PTB a favor “do arrendamento compulsório”.

A disputa baseava-se na reforma ou não da Constituição a fim de realizar as reformas sociais. Para os “progressistas”, era necessária a reforma constitucional, pois “não haverá reforma agrária séria e autêntica sem a reforma da Constituição”. Para os conservadores e lacerdistas, “a Constituição é intocável”.<sup>234</sup> Esta foi a posição que prevaleceu na Convenção, isolando os “progressistas” dentro do partido, restando a eles se articularem politicamente fora dos limites da própria UDN. No final da Convenção, o presidente do partido, Bilac Pinto, encerrou conclamando as Forças Armadas a “interromperem o curso visível desse processo revolucionário”.

A divisão agravou-se com o lançamento, pela seção do Paraná, da candidatura à presidência de Lacerda, fato que devia ser homologado pela Convenção Nacional do Partido, marcada para 10 de abril. Se Lacerda controlava boa parte do partido, buscando se colocar como candidato natural, havia setores anti-lacerdistas, que se agrupavam em

---

<sup>233</sup> Assinaram o manifesto 23 deputados: Adahil Barreto, Adolfo de Oliveira, Arnaldo Nogueira, Celso Passos, Costa Lima, Djalma-Marinho, Edilson Távora, Edson Garcia, Francelino Pereira, Gil Veloso, Heitor Cavalcanti, Horácio Bettonico, José Aparecido, José Carlos Guerra, José Meira, José Sarney, Oscar Cardoso, Pedro Braga, Simão da Cunha, Tourinho Dantas, Vital do Rego, Wilson Falcão e Wilson Martins. Havia o grupo dos “Chapas-brancas”, que eventualmente apoiavam a Bossa Nova, mas não ingressaram formalmente no grupo. São exemplos: Virgílio Távora, Leandro Maciel, José Candido Ferraz e Antonio Carlos Magalhães. Citado em BENEVIDES, 1981, p. 123.

<sup>234</sup> Idem, p. 123-124.

torno de Magalhães Pinto, buscando se aproximar dos “agressivos” do PSD e do PTB ligado a San Tiago Dantas.

Para o intelectual petebista, a perspectiva de apoio da Bossa Nova representava não apenas um incremento em torno de 30 deputados à base de apoio ao governo e às reformas, como também aumentava a facilidade para a negociação com outros grupos de centro, como o PDC e, principalmente, os conservadores do PSD. Além disso, como demonstrou Argelina Figueiredo e Fernando Limongi (2007) ao analisar a experiência do presidencialismo brasileiro pela ótica do apoio legislativo, notou-se, durante o governo Jango, um índice de coesão partidária da UDN relativamente mais baixo, quando comparado com os governos anteriores. Neste momento, portanto, tornou-se mais comum o voto dos correligionários destoarem da direção do partido. E era esse apoio que Dantas buscava para sua frente.

Foram também comuns as articulações políticas envolvendo Miguel Arraes e Magalhães Pinto, tendo em vista as eleições presidenciais. Este em busca da candidatura de seu partido, apostava em uma pregação mais reformista e anti-Lacerda para angariar apoios à esquerda. Em 14 de novembro, seu nome foi lançado como candidato pela Bossa Nova.<sup>235</sup> Revertendo a decisão da direção do partido de antecipar a Convenção Nacional que escolheria o candidato,<sup>236</sup> em uma manobra para beneficiar Lacerda, única candidatura consolidada, Magalhães Pinto corria contra o tempo, procurando fortalecer sua campanha pela indicação do partido. Para isso, seria importante o apoio de Arraes, que muitos cogitavam poderia sair como vice na chapa encabeçada pelo governador mineiro. No final de janeiro, Dantas encontrou-se com Magalhães Pinto algumas vezes, chegando a entregar a ele uma cópia do documento da Frente, antecipadamente apoiada pelos membros da Bossa Nova.<sup>237</sup> Havia, inclusive, a disposição do governador mineiro de romper com a UDN e ingressar no PDC, na condição de candidato a presidente. Esse movimento tornava ainda mais premente o apoio de forças políticas consideráveis, com um vice como Arraes. Alguns contemporâneos corroboram essa aproximação entre os governadores. Raul Ryff afirmou: “Arraes era legalista, não só no sentido de apoio ao governo, mas também de que o processo político seguisse normalmente. Segundo se dizia na época, ele estava engajado com Magalhães Pinto para ser candidato a vice-

---

<sup>235</sup> *Última Hora*, 14 de novembro, p. 3.

<sup>236</sup> *Idem*, 23 de janeiro, p. 4.

<sup>237</sup> *Idem*, 18 de janeiro, p. 4. Há encontros também de João Goulart com líderes da Bossa Nova, como José Aparecido e José Sarney, para discutir a Frente Progressista. Ver: *Idem*, 31 de janeiro, p. 4

presidente da República”.<sup>238</sup> Theotônio dos Santos, no mesmo sentido, declarou que “Arraes estava em composição com Magalhães Pinto para ser seu candidato à vice”.<sup>239</sup> Importante destacar que eram apenas cogitações da época, não tendo ocorrido nenhuma aliança formal entre os dois líderes.

## O PSD e a Frente

No entanto, o apoio político principal, para San Tiago, não anunciou apoio imediatamente à Frente Progressista. O PSD, principal alvo das negociações da Frente, visto como indispensável para a sustentação do governo e a aprovação das reformas, não se posicionou formalmente com relação à Frente-Dantas. O partido estava dividido entre os setores que defendiam a Frente e o apoio ao governo e outro setor que se aproximava da “UDN tradicional”. No primeiro grupo, destacava-se a posição dos chamados “agressivos do PSD”,<sup>240</sup> defensores das reformas de base, reunia deputados federais de todos os estados, buscando atrair para o grupo o apoio do candidato pessedista às eleições de 1965, Juscelino Kubitschek. Do outro lado, havia o grupo ligado ao PSD mineiro, grande crítico do governo, e também outros setores do partido mais conservadores. O fiel da balança entre os dois grupos era a ala de centro do partido, principalmente ligada a Amaral Peixoto, e de cunho mais fisiológico. Esse setor dividia-se entre criticar um governo demasiadamente progressista para suas bases e não se afastar desse mesmo governo que era sua fonte de benesses. Além disso, para muitos conservadores a aliança com Goulart e, principalmente, a participação na Frente Progressista, era uma forma de frear o ímpeto reformista do governo. Nas palavras do jornalista Carlos Castelo Branco sobre a importância da Frente para os grupos conservadores: “poderá constituir-se em instrumento de pressão em favor do regime e do enquadramento do Presidente da República no âmbito das soluções políticas legais”.<sup>241</sup>

No início de janeiro, o apoio do partido parecia pender para a Frente Progressista. Pesava na decisão do partido, a necessidade de preservar a aproximação

---

<sup>238</sup> Depoimento em MORAES, op.cit, p. 273.

<sup>239</sup> Idem.

<sup>240</sup> Termo refere-se ao grupo mais jovem e progressista do PSD que defendia a aproximação com o governo e a aprovação das reformas de base.

<sup>241</sup> Coluna de Carlos Castelo Branco (*Jornal do Brasil*, 2 de outubro de 1963).

com a esquerda e o apoio do PTB à candidatura de Juscelino Kubitschek. Era evidente as constantes tentativas do PSD em conseguir uma declaração de Goulart favorável ao candidato pessedista. Além disso, era, no mínimo, bastante difícil para o partido se posicionar contra a Frente e contra as reformas de base, tendo em vista o grande apoio popular às reformas.

Argelina Figueiredo (op.cit:162-163) acrescenta ainda a “vocaçãõ governista” do partido, que temia perder espaço na mudança ministerial iminente. Romper com o governo significava ficar em uma posição extremamente desconfortável para um partido acostumado a gerir a máquina pública. Consequentemente, teria um impacto bastante negativo no desempenho eleitoral do partido. Por isso, a decisão de se separar do governo Goulart era politicamente difícil de ser adotada.

No entanto, se essas razões pressionavam o partido a apoiar a Frente Progressista, havia outros três fatores que o afastavam da aliança. Em primeiro lugar, os setores conservadores do partido, principalmente de Minas Gerais e das regiões centrais do país, com forte influência dos proprietários de terra, eram contrários a qualquer tipo de mudança na estrutura agrária. Outro fator a atuar contra a participação na Frente era a desconfiança com relação às intenções do presidente quanto à reforma constitucional. Havia o temor de que Goulart alterasse a cláusula constitucional que proibia a reeleição do presidente. Finalmente, os líderes pessedistas eram reticentes quanto às chances de sucesso da Frente, seja pelas imprecisões do seu programa mínimo, seja pela falta de engajamento do próprio presidente.

A partir disso, como mencionado, em janeiro, os fatores favoráveis ao apoio à Frente prevaleceram. Mesmo com a oposição dos conservadores, o PSD articulava-se na Frente. Líderes pessedistas como Renato Archer, Vieira de Melo, Humberto Lucena e Hélio Ramos possuíam atuação destacada não só nas conversas para o ingresso do partido, mas para o sucesso da frente, negociando com outras forças políticas. Significativo, neste momento, foi a declaração de Kubtschek em favor das reformas sociais, fato que provocou a insatisfação de sua base política em Minas Gerais. O apoio do partido tinha duas exigências: uma definição precisa dos limites das reformas e uma posição definitiva do presidente a favor da candidatura de JK (Figueiredo, op.cit:163-165).



Com relação ao primeiro ponto, San Tiago esforçava-se para elaborar um programa mínimo de reformas, capaz de satisfazer os anseios dos setores nacionalistas e populares e também passível de ser aceito pelos grupos conservadores. Neste ponto, residia, a meu ver, uma das principais fragilidades do esquema desenvolvido pelo intelectual trabalhista: a tentativa de conciliar grupos contrários com um programa que, a despeito de se afirmar mínimo, possuía reformas profundas.

A segunda exigência não foi atendida por Goulart, apesar das insistentes tentativas dos pessedistas de conseguir uma declaração de apoio à Kubitschek. A hesitação do presidente alimentou a desconfiança dos membros do partido, que temiam uma movimentação de Goulart a favor da reeleição ou da candidatura de seu cunhado, Leonel Brizola.

No início de fevereiro, San Tiago levou ao presidente um documento com o conjunto das opiniões das forças políticas consultadas sobre a Frente Progressista. Seria uma espécie de “mínimo múltiplo comum”, capaz de reunir os diferentes grupos políticos em um bloco de sustentação ao governo e à aprovação das reformas. O documento apresentava, inclusive, o aval do presidente do PSD acerca da legalização do Partido Comunista.

## **O fracasso da Frente Progressista**

A iniciativa de San Tiago dependia do apoio dos pessedistas. Tanto Goulart quanto Dantas entendiam que o PSD desempenhava um papel-chave dentro da Frente Progressista. Dono da maior bancada federal, qualquer medida sujeita à aprovação do Congresso necessitava dos votos do PSD. Daí, o grande esforço para a obtenção do apoio do partido. No entanto, o clima de radicalização do país se agravou a partir de fevereiro de 1964, com a radicalização política dos trabalhistas e dos comunistas, bem como com a ruptura dos conservadores do PSD e do PDC com o governo.

O primeiro sinal do desgaste da composição de forças da Frente Progressista veio com a vitória dos conservadores no PDC. Na Convenção Nacional, realizada no início do mês, a proposta do grupo “progressista”, composto por Paulo de Tarso, Plínio de Arruda Sampaio e João Dória, pertencentes à Frente Parlamentar Nacionalista, de

aproximar o partido das forças populares, apoiando as reformas sociais, foi derrotada. Decidiu-se por “proibir a participação dos pedecistas em organizações apartidárias, superpartidárias ou extrapartidárias de caráter político”,<sup>242</sup> em um claro recado à Frente organizada por San Tiago.

A seguir, o Partido Comunista, grupo de esquerda que mais se articulou para o sucesso da Frente, recuava, abandonando sua posição anterior. De acordo com Renato Archer, Prestes, secretário-geral do PC, depois de uma viagem à União Soviética, mudou sua posição inesperadamente, declarando, em uma reunião com San Tiago, que os comunistas não fariam parte de uma Frente com a participação de Amaral Peixoto (Moreira e Soares, 2007:174).

Argelina Figueiredo (op.cit:158) acrescenta uma outra causa para a dissensão do Partido Comunista. Crescia dentro do PC e de outros grupos de esquerda, a crença de que poderiam lançar uma candidatura de esquerda à presidente em 1965. Daí o temor dos comunistas de que apoiando uma frente que contava com a participação do PSD, estariam fortalecendo a candidatura de JK. Vale ressaltar a forte resistência entre os comunistas ao nome de Kubitschek.

No final do mês, o Partido Comunista e Arraes aproximaram-se de Brizola. O Partido Comunista, através de Prestes, apresentou objeções à participação do PSD na Frente Progressista, pedindo a retirada da proposta de reforma administrativa elaborada pelos pessedistas.<sup>243</sup> Em Pernambuco, a disputa política do governador Miguel Arraes com os setores conservadores intensificou-se. Decretando *lockout*<sup>244</sup> no comércio e na indústria, as classes produtoras exigiram também a renúncia de Arraes. No mesmo dia, em nota, a FMP, o CGT e a PUA manifestaram-se a favor do governador.<sup>245</sup> Nesse momento, a posição de Arraes já havia mudado, com a manifestação de seguidas declarações reivindicando a participação de Brizola na Frente. A partir de agora, o governador pernambucano anunciava que apoiava as articulações de Dantas mediante duas exigências: “a ação pessoal de Jango nas articulações e a reformulação do governo para que os executores das medidas sejam pessoas identificadas com as reivindicações

---

<sup>242</sup> *Última Hora*, 3 de fevereiro de 1964, p. 4.

<sup>243</sup> *Correio da Manhã*, 27 de fevereiro de 1964, p. 6.

<sup>244</sup> Definição de *lockout*, segundo o dicionário *Houaiss* da língua portuguesa: fechamento de uma fábrica, usina ou estabelecimento pela direção, constringendo os empregados a uma baixa de salário, até que aceitem as propostas ou condições de trabalho apresentadas.

<sup>245</sup> *Correio da Manhã*, 4 de março de 1964, p. 6.

populares”.<sup>246</sup> O contraste com o mês anterior fica evidente, os comunistas e Arraes uniram-se a Brizola, minando o sucesso da Frente Progressista.

Acentuando as críticas ao PSD e à “política de conciliação” de Goulart, Brizola e a Frente de Mobilização Popular radicalizavam suas posições, pressionando o presidente a mudar sua política econômica e a adotar “medidas concretas” a favor das reformas. Em uma estratégia de desmoralização do Congresso, a FMP passou a defender que este fosse fechado. A partir daí, seria realizado um plebiscito em que o povo seria consultado sobre a necessidade da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Sem a influência do poder econômico, acreditava-se que camponeses, soldados e operários seriam eleitos. Uma nova Constituição seria, assim, elaborada, abrindo caminho para a aprovação das reformas de base. (Ferreira, op.cit: 393).

No mesmo tom respondia o PSD. O partido passava a impor condições mais estritas para participar da Frente. Anunciava que não aceitava a participação de grupos não parlamentares, como o CGT, na Frente. Com relação aos comunistas, a radicalização do PC foi um alívio para as lideranças pessedistas, que não precisavam mais pactuar com a proposta de legalização do partido. Retornava-se ao ponto de condenação do PC, novamente colocado como uma ameaça, junto com Brizola e Julião.

Portanto, o movimento crescente da esquerda de rejeição à proposta de Dantas foi acompanhado pela vitória dentro do PSD dos grupos mais conservadores. Diferentes investidas da ala mais “progressista” do PSD sucumbiram diante da radicalização. Um encontro de deputados do grupo “agressivo” com o presidente Amaral Peixoto, pedindo o apoio do partido e a aproximação de JK com as forças nacionalistas e populares em apoio às reformas foi frustrado.<sup>247</sup> Em vez disso, o partido anunciou sua posição contra a iniciativa do governo de proclamar um plebiscito sobre as reformas de base.<sup>248</sup> Essa posição refletia a preponderância do grupo conservador dentro do PSD e, portanto, a derrota dos setores “progressistas”.

Com a recusa do partido em participar da Frente, uma avalanche de acontecimentos afastou ainda mais o PSD do governo. Primeiro, com a renúncia de Amaral Peixoto ao ministério extraordinário para a reforma administrativa<sup>249</sup>, Depois, com o rompimento formal com o governo em 10 de março de 1964. O PSD selava,

---

<sup>246</sup> Idem, 25 de fevereiro, p. 6.

<sup>247</sup> *Correio da Manhã*, 23 de fevereiro de 1964.

<sup>248</sup> *Correio da Manhã*, 25 de fevereiro de 1964.

<sup>249</sup> Amaral Peixoto, 1977-84. Citado em: Hippolito, 1985, p. 240-243.

assim, o fracasso da Frente Progressista, impelindo Goulart a se aproximar de Brizola e da FMP.

A minha hipótese é que, paradoxalmente, a proposta de formar um consenso geral em torno de um programa mínimo de reformas era, simultaneamente, a principal força e a maior fragilidade da Frente Progressista. Cada força política passou a sustentar uma posição diferente, com exigências específicas para apoiar o esquema desenvolvido por San Tiago. Sem ceder espaço ou flexibilizar suas crenças e disposições políticas, as esquerdas e o centro minaram, gradativamente, as iniciativas do intelectual trabalhista. Acometido por um câncer, San Tiago Dantas, recolheu-se em sua casa na Rua Dona Mariana, restando a ele torcer por um melhor desenrolar dos acontecimentos políticos.

Sem o apoio da centro-esquerda, Goulart temendo perder o apoio e a liderança das forças populares, aproximou-se da esquerda radical. Segundo Jorge Ferreira (2007b: 574), consciente de que o centro, sobretudo o PSD, e a esquerda, em particular o PTB radical, não estavam dispostos a acordos e compromissos, e diante do insucesso das articulações de San Tiago Dantas, Goulart preferiu se voltar para as organizações que sustentaram sua trajetória política: o movimento sindical, o PTB e o PCB.

Historicamente um político de perfil moderado e disposto sempre à negociação, Goulart, temendo perdendo perder a liderança das forças de esquerda e se tornar refém dos grupos mais conservadores, optou por radicalizar sua ação política e suas propostas.

Como nos ensina Jorge Ferreira (2005: 336), no momento em que Jango decidiu se alinhar com a esquerda revolucionária, ele passou a compartilhar a crença de seus aliados: no momento do “desfecho”, as forças populares sairiam vitoriosas. Era a hora de enfrentar os conservadores.

A estratégia do confronto tinha hora e local para começar: 13 de março na Central do Brasil. O governo decidiu, em aliança com o movimento sindical urbano, as esquerdas “revolucionárias” e os trabalhadores rurais, realizar um grande comício pelas reformas de base. A ideia era mobilizar milhares de pessoas em um grande evento para pressionar as forças conservadoras a aceitarem o projeto reformista do governo.

O evento foi um sucesso, reunindo mais de 300 mil pessoas que lotaram o espaço compreendido entre a Central do Brasil e o Ministério da Guerra. A multidão ocupou a pista da Avenida Presidente Vargas do lado do Panteão Militar e os jardins e a calçada do Campo de Santana, onde a voz dos oradores chegava através de poderosos

alto-falantes para os espectadores situados em pontos mais afastados. Milhares de faixas e cartazes a favor das reformas de base completavam o cenário. Uma grande encenação pública das esquerdas em uma demonstração de força e apoio às reformas e a Jango.

A proposta do comício era promover a aproximação dos movimentos sociais e dos trabalhadores com seu presidente. Procurava-se com o comício ressaltar a força “política que vai até o povo” (Barreira, 1998), que ultrapassa os rígidos espaços institucionalizados, deslocando a política para a periferia, em um movimento de revalorização desta com relação ao centro. O centro não seria mais o Congresso ou as instituições liberais, acusadas como “burguesas”, mas a periferia, com as ruas e a participação popular, em um processo de radicalização da democracia, como acontecia em Cuba, referência para muitos grupos da esquerda brasileira no período.

Faixas foram estendidas em apoio ao governo: “Para salvar, só reformar”; “A reforma é a solução para o desemprego”; “Reforma agrária já”; “Jango. Assine a reforma agrária que nós cuidaremos do resto”.<sup>250</sup> Mais do que isso, o comício da Central do Brasil, simultaneamente, colocou-se como centro e periferia, provocando proximidade e distância. Naquele momento, por um lado, o ritual político tornou-se o centro da sociedade, ponto de convergência de diferentes autoridades. No alto do palanque, a figura do presidente exemplificava bem a noção de distância com o público. Os trabalhadores chegavam para ouvir seu presidente. Acompanhando as declarações dos participantes do evento torna-se difícil não submetê-las a uma análise de corte weberiana, através de categorias como *carisma*.<sup>251</sup> Afirmou o trabalhador Lourenço Ferreira Costa: “vou ao comício e espero que meus colegas e o povo em geral façam uma manifestação ao homem que será nosso redentor”. O eletricitista Afonso Porto destacou: “tenho muita confiança e fé no presidente João Goulart”.<sup>252</sup> É o carisma, intrínseco ao cargo de presidente, o elemento de devoção afetiva ao presidente que transparece nas declarações. Por outro lado, o evento é também uma forma de descentralizar o poder, na medida em que busca cumprir o ideal de visibilidade do poder das democracias modernas. A publicidade dos atos do poder, como foi a assinatura do decreto Supra e a encampação de refinarias particulares por Jango, seria uma forma de

---

<sup>250</sup> Para mais detalhes sobre as opiniões dos trabalhadores presentes ao comício, ver: FERREIRA, 2005, p. 351-365.

<sup>251</sup> Não farei, propositalmente, uma análise deste tipo na presente dissertação, apesar de acreditar ser bastante interessante examinar o comício por este prisma.

<sup>252</sup> Jornal *Última Hora*, 13 de março de 1964, p. 2.

levar o poder para a periferia, para mais próximo do povo, permitindo uma maior participação e controle dos governados sobre os governantes. É o governo do poder público em público.<sup>253</sup> Para o trabalhismo revolucionário, era o exemplo de uma nova forma de democracia, a democracia popular, diferente da democracia representativa-burguesa vigente. Como ilustravam os cartazes, era o povo com Jango fazendo as reformas.

O comício organizado por líderes sindicais, reuniu, no mesmo palco, comunistas, trabalhistas e outras lideranças das mais variadas forças de esquerda. A princípio, o próprio Jango, pensou em não comparecer temendo por sua segurança. Só mais tarde, com a garantia de sua integridade, decidiu ir ao comício. Inebriados pela agitação popular, foram ao microfone, diversos líderes da esquerda: presidentes de sindicatos, o governador de Sergipe (Seixas Dória), líderes petebistas, o presidente da SUPRA (João Pinheiro Neto), Miguel Arraes, entre outros. Até que subiu ao palanque, um dos oradores mais aguardados, o ex-governador gaúcho Leonel Brizola.<sup>254</sup> Falando, em nome e como principal líder, da Frente de Mobilização Popular, começou elogiando o presidente por comparecer ao comício, decidindo ficar ao lado das forças populares. Mas, logo em seguida, cobrou de João Goulart medidas mais definidas, como o fim da “política de conciliação”. Para Brizola, era o momento de decretar o fechamento do Congresso, substituindo-o por uma Assembleia Constituinte. Para ele, era premente acabar com o Congresso reacionário, composto por velhas raposas, proclamando um governo nacionalista e popular, constituído por operários, camponeses e sargentos.

Próximo às 21 horas, aproximou-se do microfone o orador mais esperado da noite. João Goulart iniciou sua fala de mais de uma hora sob os olhos de uma multidão inquieta e esperançosa. Começou pregando mudanças na Constituição, dizendo ser imprescindível para as necessárias reformas do país. Dirigiu-se ao povo como o presidente que, enfim, levaria desenvolvimento e justiça social para o país. Falou na luta contra os poderosos, comprometendo-se com a emancipação econômica e social da nação.

A seguir, o gesto mais emblemático do comício: com uma canetada, anunciou a expropriação de refinarias particulares e terras improdutivas ao longo de eixos

---

<sup>253</sup> Para uma discussão mais aprofundada a respeito da democracia e da visibilidade do poder, ver: BOBBIO, 1984.

<sup>254</sup> Segundo Muniz Bandeira (1979), Brizola não constava inicialmente da lista de oradores, apenas recebeu o convite para comparecer e falar no último instante.

ferroviários e rodoviários. Era o caminho aberto para a reforma agrária. Mais simbólico do que prático, o ato, no entanto, provocou a ira dos setores conservadores ao sinalizar a opção do enfrentamento. Os dias de negociação, de debates, ficaram definitivamente para trás. A hora, agora, era de radicalização. Contavam-se os minutos para o “desfecho”.

Necessário relembrar o potencial de conflito do comício. A ofensiva das esquerdas acontecia ao mesmo tempo que as direitas conspiravam abertamente contra o governo. Setores conservadores da UDN e do PSD reuniam-se com frequência com militares em conluio contra Goulart. Enquanto os preparativos do comício aconteciam, o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, inimigo declarado do presidente, não economizava esforços para prejudicar o evento: decretou ponto facultativo para o funcionalismo público; determinou que o dia 13 não contaria nos prazos fixados nos contratos assinados com as empreiteiras; proibiu as empresas de transporte de cederem ônibus para levar os trabalhadores à Central; ergueu barreiras no interior para impedir a passagem de ônibus especiais. Tudo para, em suas palavras, evitar que a Central do Brasil ficasse entregue aos promotores da desordem, cujo agente direto é o deputado Hércules Correa e cujo orador oficial é o presidente da República (Ferreira, op.cit). Se o comício pode ser visto como um grande evento de apoio ao governo, não deixa também de nos revelar as divisões da sociedade da época. O próprio Goulart cogitou não comparecer ao comício temendo pela própria vida. Para convencê-lo a ir, foi escalado Oswaldo Pacheco com a missão de honra de proteger o presidente em caso de algum atentado. Naquele dia 13, a Central do Brasil era um microcosmo do país que lhe dá nome. A euforia das esquerdas mascarava um país polarizado, bem diferente do clima de consenso presente no comício.

A partir daí, uma espiral de eventos agravou a situação política, fomentando a polarização entre os radicais de esquerda e direita. Primeiro, o envio de uma Mensagem ao Congresso. Nela era proposto: o voto dos analfabetos, praças e sargentos; um plebiscito sobre a reforma de base; a reforma universitária; a reforma agrária; a delegação dos poderes do Legislativo ao Executivo; e, por último, a revisão do capítulo das inelegibilidades, sendo substituídos pela frase “são elegíveis os alistáveis”, abrindo espaço para que tanto Brizola quanto Goulart pudessem concorrer nas eleições de 1965 (Ferreira, op.cit: 365).

Segundo Argelina Figueiredo (op.cit: 183), a oposição a partir desse momento se apoderou da bandeira da legalidade. Se João Goulart não considerava mais os canais democráticos, propondo plebiscitos e alterando as regras das próximas eleições, supostamente a direita teria o caminho livre para desrespeitar o presidente. Os papéis estavam invertidos. Quem defendera a ordem legal e constituída em 1961, passou para a ofensiva. Os conspiradores de ontem tornaram-se os cínicos guardiões da democracia.

A posição das direitas, apoiada por grande parte da imprensa, conquistou cada vez mais espaço na opinião pública. Exemplo da reação dos conservadores foi uma marcha ainda maior que o comício da central. No dia 19 de março, 500 mil pessoas saíram às ruas em São Paulo, em uma demonstração de poder das forças conservadoras. O sinal estava dado: não só as reformas tinham apoio popular, a conspiração também tinha ao seu lado um apoio significativo.

O auge do processo aconteceu quando a radicalização atingiu as Forças Armadas. No final de março, estourou, no Rio de Janeiro, uma rebelião de marinheiros, insatisfeitos com as medidas disciplinares ordenadas pelo ministro da Marinha. Diante do apoio maciço das esquerdas ao movimento e da recusa do presidente em aceitar a punição dos revoltosos, a crise política tornou-se uma crise militar. Para as Forças Armadas, a disciplina e a hierarquia, base da estrutura militar, estavam em perigo. Nesse momento, mesmo oficiais legalistas cederam às aspirações dos golpistas. Agora, a conspiração ganhava os quartéis. Bastava um movimento para desencadear o processo. Em 31 de março, saíram de Minas Gerais, as tropas militares que iniciaram o levante que afundou o país em sua mais longa ditadura. Vinte e um anos separariam o país da democracia. As ações e discursos das direitas e das esquerdas, de tão pouco apreço às instituições democráticas, pagarão um preço caro com a queda de Goulart.



## Considerações finais

Nesta dissertação, tive como objetivo analisar a trajetória do político e intelectual trabalhista San Tiago Dantas, dando destaque para sua atuação como teórico de uma proposta particular do *trabalhismo*, bem como seu desempenho em posições de destaque nos governos de Jânio Quadros e João Goulart. Figura singular no PTB, o ingresso de San Tiago, em 1955, respondeu a uma carência do partido de ideólogos proeminentes, após as mortes de Lucio Bittencourt e Alberto Pasqualini e a saída de Fernando Ferrari.

Filiado, desde o início, ao grupo ligado a João Goulart, Dantas exerceu, a meu ver, papéis distintos durante as décadas de 1950 e 1960, ainda que sempre tenha se portado como um político e ideólogo do Partido Trabalhista. Em seus primeiros anos, foi encarregado de reorganizar o PTB mineiro e, depois, o nacional. Tendo sido eleito deputado federal, disputou, sem êxito, a eleição para o governo do estado de Minas Gerais, na condição de vice-governador na chapa do pessedista Tancredo Neves. Derrotado, não concorreu mais a cargos do Executivo. A partir daí, na década de 1960, apesar de continuar sendo deputado federal, passou a atuar mais como estadista do que político. Ainda era um membro importante do PTB, mas, nesse momento, se afastou da tribuna parlamentar, exercendo cargos principalmente no primeiro escalão do Executivo. Ministro das Relações Exteriores no governo parlamentarista de João Goulart, ministro da Fazenda no governo presidencialista, dedicou-se, já no final de sua vida, acometido por um câncer, à organização de uma frente suprapartidária para evitar um golpe contra a democracia brasileira.

Ao descrever a trajetória política de San Tiago, não pretendi montar um quadro perfeito do personagem, calcado em suas coerências. Também evitei focar em suas incoerências. Como nos lembra Vavy Pacheco Borges, “os atores históricos não são modelos de coerência, continuidade e racionalidade; as tensões entre o vivido, o imaginado e o desejado são fundamentais” (Borges, 2006). Assim, interessei-me por examinar a figura de San Tiago a partir de suas ambiguidades, e não de suas incoerências. Influenciado por Pierre Bourdieu, procurei evitar o que o sociólogo

francês chamou de “ilusão biográfica”, um falso destino incontornável, vocação irresistível do personagem retratado.

Esforcei-me, ademais, para captar os momentos decisórios do personagem, seus momentos de conflito, hesitações e dúvidas. Abordando suas realizações, procurei narrar também as possibilidades perdidas. Esta foi uma das minhas intenções ao examinar a constituição da Frente Progressista. Uma coalizão de centro-esquerda que expressou um projeto político de San Tiago Dantas e das forças políticas “moderadas”, que nos ajuda a entender o contexto político e social brasileiro anterior ao golpe-civil militar.

Como a Frente Progressista, acredito que o estudo da trajetória política de San Tiago e seu projeto trabalhista nos ajuda a conhecer mais sobre a época, assim como sobre a sociedade em que ele viveu. Reconheço não ser possível esgotar a vida do personagem e de sua obra política. Tenho consciência dos limites deste tipo. Diante da impossibilidade de captar a complexidade de uma vida, contento-me com a advertência de William Faulkner, mestre da literatura estadunidense: “Todos nós malogramos quanto a alcançar nosso sonho de perfeição”.

## *Arquivos*

Arquivo Afonso Arinos (FGV/CPDOC)

Arquivo Angelo Nolasco de Almeida (FGV/CPDOC)

Arquivo Augusto do Amaral Peixoto (FGV/CPDOC)

Arquivo Ernani do Amaral Peixoto (FGV/CPDOC)

Arquivo Marcílio Marques Moreira (FGV/CPDOC)

Arquivo San Tiago Dantas (Arquivo Nacional)

Setor de periódicos (Biblioteca Nacional)

## *Periódicos*

*Correio da Manhã*

*Jornal do Brasil*

*Jornal do Commercio*

*Panfleto*

*Última Hora*

Todos disponíveis no Rio de Janeiro.

*Memórias, biografias e análises interpretativas*

BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

CORRÊA, Hércules. *Memórias de um stalinista*. Rio de Janeiro: Opera Nostra, 1994.

GARCIA, João Carlos Vitor e ROCHA FILHO, Álvaro. *Renato Archer. Energia atômica, soberania e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MOREIRA, Regina da Luz e SOARES, Leda (orgs.). *Renato Archer. Diálogo com o tempo*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

TALARICO, José Gomes. *O presidente João Goulart*. Depoimentos feitos na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo:Globo, 1999.

VÁRIOS AUTORES. *Os idos de março e a queda de abril*. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1964.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver. Memórias de um repórter*. São Paulo: Editora Planeta, 2010.

*Fontes publicadas*

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary D.; CASTRO, Celso. *Visões do golpe. A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GOMES, Angela de Castro e FERREIRA, Jorge. *Jango. As múltiplas faces*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

MORAES, Denis. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MOREIRA, Marcílio Marques. *San Tiago Dantas*. Perfis parlamentares, 21. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983.

## Bibliografia

- ABREU, Alzira Alves de *et al.* *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, versão em CD-Room.
- ABREU, Martha & SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de História, conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- ABRANCHES, Aparecida Maria. “John Stuart Mill: a luta contra a opressão.” In FERREIRA, Lier Pires, GUANABARA, Ricardo & JORGE, Vladimyr Lombardo (orgs.). *Curso de ciência política*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ANDRADE, Auro de Moura. *Um Congresso contra o arbítrio – diários e memórias – 1961-1967*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.
- ANSART, Pierre, *Ideologias, conflitos e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- ATTLEE, Clement. *Bases e fundamentos do trabalhismo*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.
- BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil (1961- 1964)*. Brasília: UnB, 2001.
- BARREIRA, Irllys Alencar F. *Chuva de papéis. Ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1998.
- BENEVIDES, Maria Victória. *O PTB e o trabalhismo*. São Paulo: CEDEC/Brasiliense, 1989.
- \_\_\_\_\_. *A UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. Brasília: UNB, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. *O futuro da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Direita e esquerda*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

- BORGES, Vavy Pacheco. “Grandezas e misérias da biografia”. In PINSKY, Carla B. (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da história. Novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “Associated-Dependent Development: Theoretical and Practical Implications.” In STEPAN, Alfred. *Authoritarian Brazil*. New Haven: Yale University Press, 1973.
- CASTELO BRANCO, Carlos. *Introdução à revolução de 1964; a queda de João Goulart*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações sociais*. Lisboa: Difel, 1990.
- \_\_\_\_\_. “A história hoje: dúvidas, desafios, propostas”. In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV (13), 1994.
- DANTAS, San Tiago. *D. Quixote: um apólogo da alma ocidental*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1948.
- \_\_\_\_\_. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962a.
- \_\_\_\_\_. *Ideias e rumos para a revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963.
- \_\_\_\_\_. “Rui Barbosa e a Renovação da sociedade”. In *Figuras do Direito*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1962b.
- \_\_\_\_\_. “Cairu, protagonista de sua época”. In *Figuras do Direito*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1962c.
- D'ARAUJO, Maria Celina. *O segundo Governo Vargas (1951-1954)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Sindicatos, carisma e poder. O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

- DREYFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- ERICKSON, Kenneth. *O sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- FAUSTO, Boris (dir.). *O Brasil Republicano. Sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004a.
- \_\_\_\_\_. (dir.). *O Brasil Republicano. Economia e cultura (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004b.
- FERREIRA, Jorge L. (org.). *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O imaginário trabalhista. Getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- \_\_\_\_\_. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- \_\_\_\_\_. “A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular.” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, vol.24, jan-jun, 2004.
- \_\_\_\_\_. . “Entre a história e a memória: João Goulart”. In FERREIRA, Jorge & AARÃO, Daniel (orgs). *As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical (1945- 1964)*, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a.
- \_\_\_\_\_. “Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular”. In FERREIRA, Jorge & AARÃO, Daniel (orgs). *As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical (1945- 1964)*, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.
- FERREIRA, Jorge L. e REIS, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical (1945- 1964)*, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a.
- \_\_\_\_\_. *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia (1964...)*, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.
- FERREIRA, Jorge L. e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*, volume 3. O tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.



\_\_\_\_\_ & GOMES, Angela de Castro. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

FERREIRA, Lier Pires. “Alexis de Tocqueville: o argumento liberal de defesa da liberdade”. In FERREIRA, Lier Pires, GUANABARA, Ricardo & JORGE, Vladimir Lombardo (orgs.). *Curso de ciência política*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

\_\_\_\_\_ & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FICO, Carlos. *Além do golpe*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas*. Alternativas democráticas à crise política (1961–1964). São Paulo: Paz e Terra, 1993.

\_\_\_\_\_ & LIMONGI, Fernando. “Instituições políticas e governabilidade. Desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira”. In MELO, Carlos Ranulfo e SÁEZ, Manuel Alcántara (orgs.). *A democracia brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

GARCIA, João Carlos Vitor e ROCHA FILHO, Álvaro. *Renato Archer. Energia atômica, soberania e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

\_\_\_\_\_ “Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas”. In GOMES, Angela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

\_\_\_\_\_. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. In SOIHET, Rachel; BICALHO, Fernanda & GOUVEA, Maria de Fátima (orgs.). *Culturas políticas*. Ensaios de história cultural, história política e ensino da História. Rio de Janeiro: FAPERJ/MAUAD, 2005.

\_\_\_\_\_. “Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base”. In FERREIRA, Jorge L. e REIS, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil*. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964), volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GOMES, Angela de Castro e D'ARAUJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989.

GOMES, Angela de Castro e FERREIRA, Jorge. *Jango. As múltiplas faces*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

GRIJÓ, Luis Alberto. “Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo”. In FERREIRA, Jorge L. e REIS, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil*. Nacionalismo e reformismo radical (1945- 1964), volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRYSZPAN, Mario & DEZEMONE, Marcus. “As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950 – 1964)”. In FERREIRA, Jorge & AARÃO, Daniel (orgs). *As esquerdas no Brasil*. Nacionalismo e reformismo radical (1945- 1964), volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HIPPOLITO, Lúcia P. *De raposas e reformistas*. O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64). Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.

IANNI, Otavio. *O calapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

LABAKI, Amir. *1961. A crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *A política domesticada: Afonso Arinos e o colapso da democracia em 1964*. Editora FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. “Edmund Burke: a estética conservadora da arte política”. In FERREIRA, Lier Pires, GUANABARA, Ricardo & JORGE, Vladimyr Lombardo (orgs.). *Curso de ciência política*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

LEVY, Giovanni. “Usos da biografia”. In FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da biografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

MILL, Stuart. *Da liberdade*. São Paulo: Ibrasam, 1963.

MOREIRA, Marcílio Marques. *San Tiago Dantas*. Perfis parlamentares, 21. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983

- \_\_\_\_\_, NISKIER, Arnaldo & REIS, Adacir. *Atualidade de San Tiago Dantas*. São Paulo: Lettera.doc, 2007.
- MOREIRA, Regina da Luz e SOARES, Leda (orgs.). *Renato Archer. Diálogo com o tempo*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- MOTTA, Marly Silva da. “Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estados.” In BOM MEIHY, José Carlos Sebe (org.). *(Re)introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo, Xamã, 1996.
- MOTTA, Rodrigo Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anti-comunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.
- NEVES, Lucília de Almeida. *PTB. Do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- \_\_\_\_\_. “1964: Temporalidade e interpretações”. In REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2002)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- OLIVEIRA, Francisco. *Economia brasileira: a crítica à razão dualista*. São Paulo: Cebrap, 1975.
- OLIVEIRA, Francisco e RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros. História e memória do PCB*. Rio de Janeiro: FGV, 1995.
- PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. *Praças em pé de guerra. O movimento político dos subalternos militares no Brasil, 1961-1964*. Niterói: PPGH/ICHF/UFF, dissertação de mestrado, 1992.
- PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.
- POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v.5, n.10, 1992.
- PROUST, Marcel. *Em busca do tempo perdido*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, 3 vols.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_ ; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. Artistas da revolução, do CPC à era da tv. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ROSANVALLON, Pierre. "Por uma história conceitual do político". In: *Revista Brasileira de História*, n. 30. São Paulo, 1995.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos. Comunistas e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro/ São Paulo: UniRio/Boitempo, 2001.

\_\_\_\_\_. "Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964)". In FERREIRA, Jorge L. e REIS, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil*. Nacionalismo e reformismo radical (1945- 1964), volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa & AVRITZER, Leonardo. "Para ampliar o cânone democrático", in Santos, Boaventura de Sousa (org.). *Democratizar a Democracia. Os caminhos da democracia participativa*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *1964: anatomia do golpe*. São Paulo: Vértice, 1986.

\_\_\_\_\_. *Paradoxos do liberalismo: teoria e história*. São Paulo: Vértice e Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

\_\_\_\_\_. *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo*. Estetização da política e carisma. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

SILVA, Helio. *1964: golpe ou contragolpe*. Porto Alegre: L&PM, 1975.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

STARLING, Heloísa. *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.

THOMPSON, Edward P. “Folclore, antropologia e história social” In: A.L.Negro e S.Silva (orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

TOLEDO, Caio Navarro. *O governo João Goulart e o golpe de 1964*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

WINOCK, Michel. *As vozes da liberdade. Os escritores engajados do século XIX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.